



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**A DINÂMICA DO USO DA TERRA NOS LOCAIS ONDE HÁ
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: O CASO DA COMUNIDADE CAI
N'ÁGUA, MANAQUIRI-AM**

CARLOS AUGUSTO DA SILVA

**MANAUS - AMAZONAS
2010**

CARLOS AUGUSTO DA SILVA

**A DINÂMICA DO USO DA TERRA NOS LOCAIS ONDE HÁ
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: O CASO DA COMUNIDADE CAI
N'ÁGUA, MANAQUIRI-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de Concentração a Dinâmica Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Góes Neves

Co-Orientadora: Prof^a Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

**MANAUS - AMAZONAS
2010**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Silva, Carlos Augusto da

S586d

A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da comunidade Cai N'água, Maniquiri-AM / Carlos Augusto da Silva. - Manaus: UFAM, 2010

153 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2010

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Góes Neves

Co-orientador: Prof.^a Dr.^a Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

1. Sítios arqueológicos – Maniquiri (AM) 2. Solo – Uso - Maniquiri (AM) 3. Agricultura Familiar – Maniquiri (AM) I. Neves, Eduardo Góes (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU(1997): 504.03:631.47(811.3)(043.3)

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Prof. Dr. Ernesto Oliveira Serra Pinto

Prof.^a Dr.^a Helena Pinto Lima

OFEREÇO

Aos meus amados filhos, **Carlos Augusto Borges da Silva** e **Carlos Alberto Borges da Silva**, e à minha esposa, **Helena Borges**.

DEDICO

Aos meus **pais, irmãos e irmãs**, sempre incentivadores e apoiadores em todas as fases da minha vida. E a todos os indivíduos moradores da beira do rio Solimões-Amazonas, que no passado pré-colonial deixaram fontes de sua história de grande conhecimento sobre o meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor *Deus*, que sempre me protegeu e respondeu às minhas orações.

Aos meus pais, *Clóvis Inácio da Silva (in memorian)* e *Umberto Gomes da Silva*, pois sem eles não chegaria até aqui. Sempre foram os maiores torcedores.

Ao *Doutor James Petersen (in memorian)*, que foi o grande incentivador para que eu entrasse na história indígena pré-colonial do Amazonas.

Aos meus irmãos *Mimi* e *Chico*, que foram os parceiros ao conduzir a canoa e ao contribuir com a ajuda financeira nas etapas de campo.

A professora *Heloisa Borges*, pelas orientações e contribuição na discussão e na formatação do trabalho.

Ao professor *Orlan Souza dos Santos*, pelo contato junto a Secretaria de Educação e Meio Ambiente de Manaquiri.

À *Helena Borges*, que teve de interromper seus trabalhos na escola para contribuir nas etapas de campo, além de sua paciência de subir e de descer o barranco nas localidades de coletas de dados.

Aos *Professores do Programa de Pós-Graduação do CCA*, que contribuíram para o entendimento do uso dos bens culturais e ambientais na Amazônia.

Ao *Professor Henrique dos Santos Pereira*, pelos ensinamentos acerca da Legislação Ambiental Brasileira.

À *Dra. Sandra do Nascimento Noda*, excelente profissional, cujas pesquisas são interessantes para o diálogo sobre uso da terra na comunidade Cai N'água, pois isso fundamenta a realidade da agricultura familiar na Amazônia.

À *Dra. Theresinha de Jesus Pinto Fraxe*. As suas pesquisas em comunidades representam algo importante para o conhecimento sobre as práticas alternativas desenvolvidas pelos moradores na Amazônia Central. A pesquisa fez perceber como as pessoas interagem com o meio ambiente.

Ao *Doutor Eduardo Góes Neves*, profundo conhecedor das diferentes facetas da Amazônia.

A todos os *colegas do Projeto Amazônia Central*, que contribuíram com o ensinamento sobre os padrões da história indígena pré-colonial da região.

Ao *Doutor Michael Heckenberger*, que foi o primeiro elemento nos ensinamentos sobre a história indígena da Amazônia pré-colonial.

Aos *agricultores e agricultoras da comunidade Cai N'água*, em especial as ceramistas, que foram gentis com o nosso trabalho.

À *doutora Helena Pinto Lima*, que me ensinou a ver as dinâmicas de abordagem em campo.

Ao *Fernando Walter Costa*, que contribuiu durante as suas viagens à Amazônia trazendo-me exemplares sobre a arqueologia dessa região.

Aos colegas do Lago do Limão, em Iranduba-AM, em especial o *Sr. Hermenegildo Gomes*, homem corajoso, que ficou rindo do grave acidente aéreo ocorrido em 2008, do qual saímos bem.

Aos colegas do CCA, prof. *Ernesto*, Prof.^a *Ana Gomes*, Prof.^a *Maria Olívia*, o *Sr. Joaquim*, o *Clausewykson (Munguba)*, a *Dona Dorinha*.

Às *Professoras Adorea Rebello e Ivani Faria* do Departamento de Geografia, pelo apoio e pelo incentivo às coisas da Amazônia.

À colega *Maria das Graças Luzeiro* do Departamento de Geografia, pessoa que tem poder de liderança e capacidade.

A todos os colegas da Prefeitura do Campus Universitário, em especial a *Edson Silva de Medeiros*, homem sério, que me salvou a vida.

Ao *Custódio Rodrigues* e à *Jane Cony*, pessoas de alta capacidade do Museu Amazônico.

Ao *NUSEC*, da Faculdade de ciências Agrária da UFAM.

Ao *NERUMA INPA/UFAM*.

Ao *Projeto PIATAM*, que me proporcionou várias idas a campo, o qual já conhecia, mas não no âmbito da arqueologia da região.

Ao *Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, por meio do Projeto Amazônia Central, que foi responsável pela minha participação em algumas etapas de campo do projeto, cuja coordenação foi do Professor Doutor Eduardo Góes Neves.

A todos, os meus sinceros votos de agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho foi realizado junto à comunidade Cai N'água, em Manaquiri-AM. O objetivo era de estudar a dinâmica do uso de solo onde há vestígios ou fragmentos de ocupações humanas ameríndias pretéritas. O caminho percorrido em busca de resultados incluiu a realização de entrevistas abertas e caminhadas ao longo de 7,5 km. Após as etapas de campo, chegou-se aos padrões de como é realizado o uso do solo, conforme o calendário, cuja determinação é definida e organizada pelas subidas, pela cheia, pela descida e pela seca dos rios, dos lagos e dos igarapés. Por isso, há três padrões de dinâmica do uso do solo. O primeiro em práticas de agricultura familiar e em plantações de diversas espécies que servem na dieta alimentar e na medicina popular. O segundo na utilização em pasto para o gado, o qual fica por seis meses na área de terraços, ou seja, na área de terra firme, na época das cheias dos rios; no período da seca, o gado é transportado para a área de várzea. O terceiro é utilizado em área de lazer, na construção naval e nas edificações residenciais e serviços sociais. Assim, 40% estão em uso na produção de alimentos; 36%, em área de pasto; e 14%, nas outras atividades de serviços na comunidade. A introdução do gado pelas famílias na área da comunidade ocorreu por volta dos anos 60 do século passado, e essa criação funciona como uma poupança, pois, se existe a necessidade de recursos, a família recorre a ele. E, na região, há uma linha no tempo-espaço de técnicas de produções de cerâmicas a qual permite considerar que, no passado, a área seria um dos centros fornecedores de modelos ou da tradição de ceramistas.

Palavras-chave. O uso do solo na agricultura familiar; área de pasto na criação de gado; vestígios arqueológicos.

ABSTRACT

This work was carried out in the community falls into the water in Manaquiri-AM. The aim was to study the dynamics of land use where there are traces of human occupation or fragments Amerindian preterit. The path in search results was the implementation of open interviews and hiking along a 7.5 km. After the phases of the field reached the standards of how it is done using the soil as the calendar, whose determination is defined and organized by the rise, full, descent and siltation of rivers, lakes and streams. Therefore, there are three patterns of land use dynamics. The first is in practices of family farms and plantations of several species that are used in diet and in folk medicine. The second is the use of pasture for livestock. The cattle stays for six months in the area of terraces or in the area of land during the flood season the rivers; in the dry season, it is transported to the wetland. The third is used in the leisure area, shipbuilding and in residential buildings and social services. Thus, 40% are used in food production, 36% in the pasture area and 14% in other service activities in the community. The introduction of livestock by households in the community area occurred around the 60's of the last century and that process works as savings, because, if there is a need for resources to family, this resorts to the animals. And, in the region, there is a line in space-time of techniques for production of ceramics which permits to consider that the area would be one of the centers of the suppliers for model or tradition of potters.

Keywords: The land use in agriculture family, area of pasture for raising cattle; archaeological remains.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Teses e Dissertações concluídas no âmbito do PAC (Projeto Amazônia Central	49
Quadro 2	A área pré-estabelecida para o Levantamento Arqueológico	70
Quadro 3	Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo Preliminar	70
Quadro 4	Área diagnosticada de uso comum pelos comunitários	72
Quadro 5	Espécies de plantas cultivadas pelo casal – Sítio São João	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Padrão de uso do solo na área de concentração de registros arqueológicos	84
Gráfico 2	Área de ocupação do solo	92
Gráfico 3	Padrão de uso do espaço onde há vestígios arqueológicos	96
Gráfico 4	Distribuição do uso do solo	102
Gráfico 5	Uso da terra	104
Gráfico 6	Distribuição do uso do solo	107
Gráfico 7	Área de Ocupação da Terra	109
Gráfico 8	Área de Uso do Solo	111
Gráfico 9	Distribuição do Espaço no terreno	114
Gráfico 10	Grau de intensidade dos Sítios Arqueológicos	126
Gráfico 11	Dinâmica do Uso do Solo	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fundo do Lago em Manaquiri	24
Figura 2	Árvores aparentemente velhas pela acidez d'água do rio Negro, na área rural de Barcelos-AM	24
Figura 3	Piranha pescada de linha comprida	25
Figura 4	Piranha moqueada à beira do Rio Aracá, tributário da margem esquerda do Rio Negro, no sentido da cidade de Barcelos-AM	25
Figura 5	Campo de futebol, em área de <i>terra preta</i>	30
Figura 6	Urnas Funerárias e fragmentos cerâmicos em superfície	30
Figura 7	Milhões de peixes mortos pela seca	32
Figura 8	O dinamismo socioambiental das populações beiradinas	32
Figura 9	Alguidar revestida de engobo branco, base plana – Tradição	
Figura 10	Cultura Policroma da Amazônia	38
Figura 11	Placa alusiva à inauguração da cidade	39
Figura 12	Dispersão de população do período pré-colonial.....	43
Figura 13	A gamela é um artefato em uso em casa de farinha	46
Figura 14	Área de Pesquisa	52
Figura 15	Uma extensão de 30 km de peixes mortos	53
Figura 16	Lâmina de machado	56
Figura 17	Fragmentos cerâmicos arqueológicos em superfície	56
Figura 18	Solo de <i>Terra Preta de Índio (TPI)</i>	57
Figura 19	Edificação do Centro Social sobre o sítio arqueológico São Francisco	58
Figura 20	Plantação de maracujá	59
Figura 21	Área de prospecção arqueológica	60
Figura 22	Nas etapas de campo, utilizou-se o motor de popa tipo <i>voadeira</i>	61
Figura 23	Os meios de adaptação ao ambiente	62
Figura 24	Mapa de solos e limites	69
Figura 25	Árvore adaptada para o arvoredo do gado	74
Figura 26	Plantação de cebolinha e pimentão	75
Figura 27	Cerca com estacas e com arame farpado dividindo os espaços	77
Figura 28	Pote utilizado para armazenar água potável	78
Figura 29	Vaso cerâmico da cultura cabocla	80
Figura 30	A área de descartes de resíduos sólidos	81
Figura 31	Fragmento cerâmico em superfície	83
Figura 32	Pote contendo água para o uso do casal	87
Figuras 33 e 34	Alguidar impermeabilizado por <i>jutaí-sica</i> (interna-figura 33a) e polido com engobo branco (externa-figura 34b)	88
Figura 35	O casal de aposentados; Dona Raimunda, 79 anos, ex-ceramista	89
Figura 36	“Panelão” utilizado para depositar leite de gado	90
Figura 37	Arranjo de Dona Raimunda na confecção de cerâmica	91

Figura 38	Solo de Terra Preta preparado para o plantio de hortaliça	94
Figura 39	Peça de metal encontrada por Dona Tomé	95
Figura 40	Lâmina de machado em superfície	97
Figura 41	Lâmina de machado sendo escavada pelas águas pluviais.....	98
Figura 42	Vestígios cerâmicos próximo ao curral do gado	100
Figura 43	Bacabeira introduzida como elemento de transformação de paisagens	101
Figura 44	Estrutura de madeira para realizar serviços de carpintaria naval. Ao centro, o senhor Raimundo Pires, informando a serventia da estrutura	103
Figura 45	Perfil escavado pelo proprietário para alocação de fosso séptico	105
Figura 46	Fragmentos cerâmicos em superfícies	106
Figura 47	Dona Altarisa Oliveira de Matos descreve o prazer de estar presente na mudança do lugar	108
Figura 48	Crianças brincando e, ao fundo, as edificações da escola e da igreja	109
Figura 49	Área de pasto de gado na área de terra firme	110
Figura 50	Fragmento lítico encontrado no pasto do gado	112
Figura 51	Batedor utilizado na confecção de artefatos utilitários.....	114
Figura 52	A árvore de caraípe(...), espécie de várzea	116
Figura 53	Pescadora realiza captura de peixe por meio de flecha	117
Figura 54	Peixe à disposição da família	118
Figura 55	Área de várzea em formação de pasto natural	119
Figura 56	Representação esquemática sobre o padrão de uso dos recursos naturais e culturais na Comunidade de Cai N'água, em Manaquiri-AM. (Adaptado de Guarim Neto & Carniello 2010:110)	129
Figura 57	Fragmento de borda da Tradição Guarita	132
Figuras 58 e 59	Moringa e Alguidar	134
Figura 60	Pote para depositar água potável	135
Figura 61	Alguidar	135
Figura 62	Alça da tradição ceramista Paredão	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA	20
1.1 A percepção do ambiental natural ou cultural dos povos amazônicos	20
1.2 O Registro de Ocupação Humana na Amazônia Pré-colonial	25
1.3 Dinamismo da história de pesquisa na Arqueologia Amazônica Brasileira	30
1.4 Aspectos de abordagem de logística na região	31
1.5 As Fases de Pesquisa Arqueológica na Amazônia Brasileira	34
1.6 Os debates sobre a ocupação pré-histórica da Amazônia Brasileira	40
1.7 A atuação do projeto Amazônia Central	47
CAPÍTULO 2 – MATERIAL E MÉTODO	52
2.1 Localização da Área de Estudo	52
2.2 Contato aos órgãos educacionais e ambientais na sede municipal	54
2.3 Caminho Metodológico	55
2.4 A Observação participante	57
2.5 As etapas de Campo e Laboratório	59
2.6 A metodologia norteadora da pesquisa	61
2.7 Informações documentais	63
2.8 As Políticas Públicas para o Ambiente e para o Patrimônio Cultural	64
2.9 A Convenção de Estocolmo	65
2.10 A Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano – 1972	65
2.11 O ambiente	66
2.12 O patrimônio cultural	66
CAPÍTULO 3 – PADRÃO DE USO DO SOLO	68
3.1 Breve Histórico do Município de Manaquiri-AM	68
3.2 A ocupação dos espaços	69
3.3 Diagnóstico preliminar das propriedades prospectadas	70
3.4 Descrições das entrevistas semi-estruturadas	72
3.4.1 Localidade Igarapé do Cai N'água – Sítio São João	72
3.4.1.1 Descrição do Sítio Arqueológico São João	82
3.4.2.1 Localidade Igarapé do Cai N'água – Sítio São Jorge	84
3.4.2.1 Descrição do Sítio Arqueológico São Jorge	92
3.4.3 Descrição do terreno Bela Vista	93
3.4.3.1 Descrição do Sítio Arqueológico Bela Vista	94
3.4.4 Descrição do Sítio Arqueológico Santa Maria	96
3.5 Descrição do Sítio Arqueológico São Francisco	99
3.6 Descrição do Sítio Arqueológico Sant'Ana	102
3.7 Descrição do Sítio Arqueológico Porto Jurará	104
3.8 Descrição do Sítio Arqueológico (Centro Social da Comunidade Cai N'água)	108

3.9	Descrição do Sítio Arqueológico Igreja de São Francisco	110
3.10	Ocorrência Arqueológica (comunidade Caminhando com Cristo)	111
3.11	Sítio Arqueológico Santo Antônio	112
	3.11.1 Local de tradições de famílias de oleiras	115
3.12	A área de várzea da comunidade da qual os comunitários se servem na seca e na cheia dos lagos	117
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES		121
4.1	Em busca de parcerias	121
4.2	Procedimento de campo	122
4.3	A Análise dos Resultados	124
	4.3.1 Características dos sítios arqueológicos	125
	4.3.2 O uso do solo onde há sítios arqueológicos	126
	4.3.3 A cerâmica em superfície	130
	4.3.3.1 Fragmentos de memória de tradições ceramistas	133
CONSIDERAÇÕES		137
ANEXOS		140
I	Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento	141
II	TERMO DE ANUÊNCIA	142
III	Carta de Responsabilidade do Pesquisador	143
IV	Declaração	144
V	Entrevista Semi-estruturada	145
REFERÊNCIAS		147

INTRODUÇÃO

A Amazônia de hoje possivelmente pouco se parece com a de antes da conquista. As populações pré-coloniais detinham bom conhecimento do grande laboratório de biodiversidade e de sociodiversidade (Moreira, 2010). As biodiversidades possivelmente eram calibradas pelo uso de temporalidades, ou seja, para se abater uma determinada caça, havia período ou fase do mês ou do ano em que era permitida a realização dessa prática; já quanto à pesca, poderia haver épocas favoráveis a ela; o sistema de produção de roçados também tinha fundamento para as áreas que seriam utilizadas nas atividades de agricultura.

As características pontuadas possivelmente representaram leis no imaginário das populações humanas que interagem com os saberes locais (Moreira, 2010). Em cada área, havia um conjunto de valores que era decifrado pelo processo de adaptação (Moran, 2008). Foi por meio do domínio de ecossistema que as populações foram transformando ambientes nativos em passagens ou em lugares (Monteiro, 1957) para serem celebrados, o que, supostamente, foi o motor de transformações de ambiente não habitável em habitável, normatizado pelas populações humanas de antes da ocupação portuguesa. Cada conhecimento do lugar era visto como a própria vida do homem da floresta (Monteiro, 1957), que é algo que se purifica a cada instante e, conseqüentemente, possibilita condições à nova vida.

Nesse sentido, realizar viagem na Amazônia é perceber que o homem se convencionou a denominar de beiradino pelo fato de as residências estarem geralmente à beira dos rios e por tudo estar associado a estes, nos quais acontecem as transformações nos sistemas de relações sociais e também há as despedidas daqueles que partem para a vida eterna. Apesar disso, as pessoas que moram à beira do rio, na região do Estado do Amazonas, não se sentem felizes quando são

chamadas de “ribeirinhos”, pois a elas sempre associadas práticas indevidas contra outros indivíduos.

O interesse pela história indígena pré-colonial iniciou-se pela leitura de histórias das sociedades clássicas da Grécia e da Roma antigas; e, durante a graduação, nas aulas de História do Amazonas, cujos fatos que ocorreram durante a sua conquista me chamaram ainda mais a atenção. Ao concluir a graduação em Ciências Sociais, tive a oportunidade de exercer a função de servidor público no Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas. Lá convivi com uma infinidade de fatos sobre a pré-história da Amazônia. Então, esses acontecimentos me traziam à memória a minha infância em vários lugares que tive a oportunidade de conhecer. No Museu Amazônico, tive a oportunidade de realizar, junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi, o curso de “Práticas em Arqueologia Amazônica”. No curso, houve uma parte teórica realizada nas dependências do MPEG. Entretanto a sequência do curso, com a etapa de campo, foi realizada na Reserva Nacional de Caixuana, e a coordenação foi do arqueólogo norte-americano Michael Heckenberger

Em Caixuana, de fato, presenciei os primeiros vestígios cerâmicos e de *terra preta de índio*, que foram elaborados pelas populações humanas que transformaram o ambiente de acordo com a sua necessidade de consumo.

No Estado do Amazonas, devido a sua porção territorial e às grandezas da rede hidrográfica que alimenta o gigante rio Amazonas, em lugares de terra firme ou de várzea, lá estão os vestígios de populações humanas que realizaram amplo conhecimento de manejos dos ecossistemas (Ab’Sáber, 2008). A área compreendida na confluência da margem esquerda do rio Purus até a margem direita do rio Madeira tem vários rios, lagos, paranás, furos, os quais foram introduzidos na transformação na paisagem (Albuquerque *et alli*, 2010; Baleé, 2006); essa transformação tinha a função de possibilitar ou de abrigar assentamentos humanos.

No sentido da boca da localidade da “Costa do Barroso”, em uma pequena entrada, está o acesso a um longo caminho, no qual inúmeras pessoas interagiram há milênios deixando registros importantes de como manejar o ambiente. O caminho é chamado pelas populações beiradinas de “Paraná do Manaquiri”. Nessa extensa área por cerca de 30 km, está a Sede Municipal de Manaquiri, denominada de Lago do Jaraqui. Em direção à cidade de Manaquiri, encontra-se a comunidade de Cai N’água.

A presente dissertação foi realizada em conjunto com alguns dos segmentos dos saberes locais (Moreira, 2010), assim como os recursos das teorias que fundamentaram os estilos, os modos de ocupações humanas em áreas de várzeas e de terra firme (Morán, 1994). A comunidade Cai N’água interage nos dois ambientes há milênios.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro faz uma breve discussão sobre as teorias que predominaram em torno do processo de ocupações humanas na Amazônia pré-colonial; o segundo apresenta procedimentos metodológicos os quais interagiram com as teorias que discutem o processo de interação entre as populações humanas e o meio ambiente; o terceiro mostra a dinâmica e o padrão de uso do solo onde há vestígios arqueológicos; e o quarto apresenta os resultados e as discussões.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA

“Mestre é aquele que, de repente, aprende.”

Guimarães Rosas

1. 1 A percepção do ambiente natural ou cultural dos povos amazônicos

O primeiro olhar para o ecossistema da Amazônia (Ab’Saber, 2003; Witkoski, 2007) pode ser creditado à primeira expedição documentada (Neves, 2003), sob o comando do explorador Francisco Orellana, na primeira metade do século XVI, na qual foram percebidos vários assentamentos humanos, às margens norte e sul do alto, do médio e do baixo Solimões, estendendo-se pelo médio e baixo Amazonas (Porro, 1996). *Rio Amazonas* é o termo utilizado pelas populações que vivem na região de tríplice fronteira (Peru, Colômbia e Brasil). Por sua vez, no Estado do Amazonas, o rio é conhecido pelas populações ribeirinhas com dois títulos: o primeiro é de Rio Solimões, trecho compreendido da confluência do Rio Negro até as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant, limites da tríplice fronteira. O segundo é de Rio Amazonas, a partir das confluências do Rio Negro até o seu estuário. As populações humanas possivelmente mantinham extensos diálogos interativos com meio ambiente (Moran, 2008). Do ambiente natural retiravam a base da dieta alimentar e também deles, as demais atividades para as funções sociais, medicinais, rituais etc.

A transformação do ambiente natural em cultural se deu, possivelmente, por meio da introdução de intensas atividades no manejo do ecossistema, cuja função era atender à necessidade da demanda populacional, mas também manter uma linha de compensação dos recursos naturais, ou seja, poderia haver amplo diálogo no sentido de racionalizar os recursos florísticos e faunísticos disponíveis até então na região.

Ainda seguindo a leitura de Porro (1996), a percepção dos assentamentos humanos à beira do gigantesco rio permitiu que se observassem as aberturas de

caminhos ou trilhas culturais (Noda, 2009), que faziam a interligação entre assentamentos no sentido de subida ou de descida do rio, ou seja, havia um sistema de comunicação entre eles, o qual Neves (2003) traduziu como padrão de organização social e política hierarquizada.

A hierarquização poderia estar associada aos saberes ecológicos sobre as diversas atividades de manipulação dos ecossistemas, durante a investida na pesca ou na caça, visto que, nos sistemas de *Várzea* ou de *Terra Firme*, deixavam marcas de ocupação do espaço (Boaventura, 2006). Dos sistemas retiravam as espécies de vegetais, que manipulavam no sentido de atender à demanda social em vários níveis: alimentares ou medicinais. Assim, é comum ainda que se vejam, nos antigos assentamentos (sítios arqueológicos), possíveis espécies que serviram a essas populações humanas.

Talvez nessas investidas tenham surgido as práticas de se transformarem os ambientes naturais em culturais, nos antigos assentamentos humanos pretéritos. É possível que houvesse a supressão vegetal do lugar, mas logo eram reflorestados por novas espécies frutíferas. E essa prática ainda hoje é frequentemente fomentada por populações ribeirinhas amazônicas, conforme se tem percebido nos sítios arqueológicos na região. Pode ser que essa atividade tenha contribuído para que a Região Amazônica, no passado pré-colonial, tenha sido umas das áreas de centro de domesticação de plantas (Neves, 2006).

Ainda hoje, as populações humanas que estão distantes de áreas urbanas utilizam frequentemente práticas de medicina popular, com a presença de curandeiros ou de rezadeiras, geralmente liderados pelo sexo feminino, cujo saber é transmitido entre os grupos familiares. As rezadeiras fazem longos percursos no rio, no paraná, nos furos etc. para realizar serviços em domicílio no sentido de fazer o tratamento de saúde, cujos principais alvos são pessoas idosas, mulheres gestantes e crianças. Os medicamentos são as ervas retiradas da floresta de igapó, de várzea ou de terra firme (Witkoski, 2007) ou ainda as plantas que são cultivadas em

cercados em terreiros, em caixas, em vasos cerâmicos históricos ou arqueológicos, em jiraus afixados perto das casas, conforme Fraxe (2010).

Outra forma de cultivar as plantas é sobre as boias de sumaúma (*Ceiba pentandra*), que erguem as residências conhecidas como casas flutuantes, atrás das quais usualmente há cultivos em caixas, em vasos, em latas ou em canoas, que não são mais utilizadas. A canoa, quando não tem mais condições de uso, serve para acondicionar as diversas espécies de plantas medicinais, além do uso de tempero, na dieta alimentar. Essa atividade é primordial à vida humana, ou seja, o homem amazônico cria e recria hábitos (Boudieu, 2007) de interação com o meio ambiente (Moran, 1990) Boudieu (2007), o que representa uma forma de adaptação, ou seja, há correlação entre indivíduos e objetos, de forma que ambos têm a função de permanecer sempre com olhares diferentes no que tange ao ato de criar e de recriar ambientes voltados para as funções sociais.

As plantações adaptadas funcionam como um bem portátil pelo fato de se integrarem à família. Às vezes, se esta realiza viagens por determinado período, as plantas também vão com elas, tanto a eventos sociais, quanto a culturais ou de trabalho, ou seja, a prática de cultivar plantas é algo que está no sistema cognitivo das populações humanas que habitam a região, muito embora amiúde sejam descaracterizadas pelas práticas da ciência.

É provável que, nos grandes deslocamentos, houvesse as mesmas funções nas sociedades beiradinas pré-coloniais de levar o necessário para novas áreas conquistadas. Essa linha histórica de domesticação de espécies da floresta, na Amazônia, é algo de tradição milenar, e a bacia do alto rio Madeira e de seus tributários foi provavelmente centro de domesticação de plantas como a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e a pupunha (Neves, 2006), que hoje são quase unânimes em algumas áreas da região e, conseqüentemente, fundamentais para as populações humanas que estão à beira dos rios, lagos, paranás, ilhas, furos e igarapés.

Assim, é possível que qualquer indivíduo que depare, pela primeira vez, com o grande tapete verde amazônico, na visão de Branco (2007), diga que a Amazônia é um sistema natural, mas, em verdade, não é; de fato, é um grande sistema que há milhares de anos vem sendo interagido por populações humanas (Neves, 2006), a exemplo das representações com características geométricas que foram identificadas no Estado do Acre. As alterações físicas no solo vêm sendo discutidas no sentido de se avaliar o que realmente representam (Machado, 2009).

Por outro lado, as sequências de ocupação na linha do tempo, provavelmente, sejam heranças de ancestralidades. Assim, na Amazônia, há processos de povoamentos distintos (Neves, 2006). A região, há um século, vem sendo observada por diversas disciplinas científicas; uma delas é a Arqueologia, que vem buscando informações por meio dos vestígios deixados em boa parte desse grande tapete verde, na visão de Branco (2007), ou na “Velha Hileia”, na visão do arqueológico Eduardo Góes Neves.

Os olhares de cunho científico podem estar associados, possivelmente, à diversidade de ambiente na Amazônia, visto que, dependentemente do lugar que se queira observar, as diferenças são visíveis. As **figuras 1 e 2**, a seguir, representam dois ambientes na Amazônia Central.



Figura 1 - Fundo do Lago em Manaquiri

Fotos: Carlos A. Silva. 2010



Figura 2 - Árvores aparentemente velhas pela acidez d'água do rio Negro, na área rural de Barcelos – AM

Fotos: Carlos A. Silva. 2010

A figura 1 mostra o fundo do Lago de Manaquiri, que, durante as estações de cheia e de seca, é sempre representado pelo verde (Witkoski, 2007). Já a figura 2, a vegetação, com características aparentemente secas. Esse fenômeno ocorre devido, nos últimos quatro meses, ao fato de as árvores terem sido cobertas pela água do Rio Negro. Em síntese, as figuras representam a dinâmica que ocorre nas estações de cheia e de seca na região.

As duas áreas, mesmo apresentando coloração diferente de águas – branco-barrenta e preta (Witkoski, 2007) –, são propícias à utilização de pescaria; é no verde do arroz selvagem que os peixes, tais como tucunaré, curimatá, acari, e outros, buscam refúgios no sentido de se protegerem de pedrador; já nas árvores aparentemente secas é que se encontram espécies de peixes como acarás, aracus e piranhas, típicos da Bacia do Rio Negro no Amazonas. As espécies buscam alimentos nesses ambientes, junto às árvores secas, carinhosamente chamadas pela população de pescadores de “galhadas”. É nelas que, por meio de pescaria utilizando-se os apetrechos como a “linha comprida ou de caniço”, são capturadas as piranhas, cujo peso varia entre 2 a 3 kg, conforme se vê nas **figuras 3 e 4**.



Figura 3 - Piranha pescada de linha comprida

Fotos: Carlos A. Silva. 2010.



Figura 4 - Piranha moqueada à beira do Rio Araçá, tributário da margem esquerda do Rio Negro, em direção à cidade de Barcelos – AM

Fotos: Carlos A. Silva. 2010

Assim sendo, as populações amazônicas que se adaptaram ao ambiente nas estações de subida, de cheia, de baixa e de seca dos rios (Witkoski, 2007) desenvolveram sistemas de interações diversificadas, possivelmente devido ao alto grau de complexidade auferida nas localidades. As percepções sempre estão conectadas por meio de conjuntos de símbolos, que representam o dia a dia, seja no sistema de pesca, seja no sistema de caça e/ou nas lavouras; há o tempo conveniente de alterar o ambiente com o intuito de garantir às espécies as reproduções, com o propósito de garantir os mesmos direitos às próximas gerações, conforme se observou nas escavações realizadas nos últimos 13 anos, nas confluências dos rios Negro e Solimões, por meio do projeto social desenvolvido por grupos de arqueólogos de instituições públicas de São Paulo e do Estado Amazonas.

1. 2 O Registro de Ocupação Humana na Amazônia Pré-colonial

A dispersão de grupos humanos na pré-história da Amazônia inicialmente foi identificada nas áreas onde hoje estão os Estados do Pará e do Amapá, sendo que as pesquisas arqueológicas acusam datas próximas a 11 mil anos (Roosevelt, 1991). No entanto esse intervalo pode ser bem mais longínquo, podendo até chegar próximo ao final da Era Geológica Pleistocênica (Neves, 2006), cujos locais inicialmente selecionados para alocar ou para depositar os vestígios do modo de vida daqueles grupos foram as áreas de cavernas próximas a fontes d'água. A escolha dos locais deveria estar associada às condições de segurança dos grupos. Foi dessa maneira que os vestígios associados a atividades humanas foram identificados em ambientes de cavernas (Prous, 2006).

Os grupos humanos, no que diz respeito à substância na dieta alimentar, alimentavam-se da caça por meio da coleta de espécies silvestres e da pesca (Prous, 2006). Na caça, havia uma abundância de animais que poderiam ser, de certa forma, facilmente capturados, dentre os quais citamos aqui a anta (*Tapirus terrestris*), a paca, a cutia, o tatu, o caititu, o queixada, a capivara, além de aves,

como o mutum, a inambu, o jacamim etc. Nesse sentido, para todas as atividades em busca de alimentos, poderia haver diversos apetrechos de captura, com formato diversificado, no sentido de se assegurarem os abates de espécies de animais de porte grande, como é o caso de antas (*Tapirus terrestris*).

É muito possível que a captura de antas, porcos e outros animais tenha levado os homens pré-ceramistas amazônicos à necessidade de confeccionarem ponta de projétil cuja matéria-prima de rocha sílex tinha alta resistência a impacto. Nas capturas, havia algo importante e, ao mesmo tempo, interessante, pois é possível que, no abate de antas, houvesse todo um ritual de organizar a espera (uma espécie de armadilha /moita). Geralmente esses instrumentos ou tecnologias são erguidos nos altos das forquilhas das árvores de pequeno porte pelo caçador, sobre as veredas dos animais. O caçador ficava camuflado na *moita*, à espera dos animais, já em posição de ataque a ele, que estava passando debaixo da armadilha (*moita*); no ataque, era utilizada uma haste, possivelmente de *paracuuba* (*Mora paraensis* Ducke *Caesalpinaceae*), madeira nativa da região. No início da haste, afixava-se a ponta de projétil; quando o animal se aproximava, o caçador fazia o ataque, golpeando a jugular da presa.

Essa prática é hoje realizada por caçadores na reserva indígena entre os municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara, no Amazonas. Conforme a informação obtida por caçadores na reserva, essa atividade é razoavelmente menos impactante, pois, em um único local, dependendo da abundância de alimentos e da disponibilidade do luar, em uma única noite, poder-se-ão abater vários animais. Ressalte-se que porcos e antas, quando estão em bandos, são fáceis de serem capturados.

Esses animais frequentam ambientes de matas (campinaranas, de várzea alta, terra firme e restingas). E, nesses ambientes, há uma variedade de palmeiras, tais como buriti, açaí, bacaba etc., preferidas por esses animais. A caçada realizada pelo homem pré-cerâmico poderia estar associada às estações de noites de luar.

Assim, havia toda uma cronologia nas caçadas, haja vista que as palmeiras disponibilizam frutos em determinada época do ano. Assim, é provável que isso seja uma das causas de baixos números de ponta de projétil na Amazônia; por outro lado, o fato de as pontas de projétil estarem em área de sítios arqueológicos cobertos por densas florestas, à medida que as pesquisas arqueológicas avançam na região, podem mostrar outro cenário das populações humanas pré-cerâmicas.

Outra atividade de busca por alimento poderia ser executada durante as estações de secas dos rios, quando uma variedade de espécies fica fácil de ser capturada nos ambientes de lago, de paraná, de igarapés, onde as águas se tornam muito baixas, e os peixes e os quelônios poderiam ser pescados com certa facilidade. Essas práticas de interagir com o ambiente podem ter contribuído para que nos grupos humanos pré-históricos crescesse a taxa de natalidade e, conseqüentemente, a migração para novos espaços amazônicos fosse necessária, como para o rio Madeira, o terceiro rio da margem direita do rio Amazonas. A baía do rio Madeira é composta por vários rios; um deles é o rio Guaporé, numa localidade chamada de Lapa do Sol. Ali foram encontrados vestígios humanos que remontam a datas de 12.000 anos a.C. (Neves, 2006). Assim, de qualquer modo, o que se tem hoje, por meio de pesquisa arqueológica na Amazônia, é que a bacia dos grandes e pequenos rios da região foi interagida por populações humanas antes do advento da produção agrícola.

É comum esperar que boa parte do legado desses grupos, devido às estações climáticas na região e aos apetrechos de caça e de coletas de espécies silvestres ou de pesca, tenha sido possivelmente destruída pelos fenômenos naturais. Desse modo, as pesquisas vêm mostrando que, nas áreas de cavernas Neves (2006) e de floresta de campinaranas Costa (2009), geralmente os vestígios identificados são líticos, restos de semente silvestre e pinturas rupestres (Pereira, 2003).

Segundo Pereira (2003), as manifestações de arte rupestre são representadas nos cinco continentes, que remontam a idades em torno de 30 mil

anos. Na Amazônia, as primeiras crônicas faziam referências a elas. Foi assim que as informações iniciais sobre essas gravuras foram registradas pelo padre João de Sotto Maior, em 1656, durante a viagem para catequizar índios e para procurar ouro Pereira (2004). Porém, durante todo o período colonial, monárquico e republicano, as pesquisas arqueológicas não deram muita importância às gravuras ou arte rupestre da Amazônia, onde a dispersão ocorre por toda a região e cujas informações foram registradas por naturalistas, que estiveram em busca da coleta de informações etnográficas, botânicas e entre outras (Pereira, 2003).

Contudo essa concepção muda a partir dos anos 90, por iniciativa da arqueóloga Edith Pereira, do Museu Paraense Emílio Goeldi, a qual privilegiou as pesquisas voltadas para as pinturas rupestres, tendo como eixo principal contribuir com a história indígena pré-colonial da Amazônia. Tais pesquisas devem alcançar demandas no âmbito geral na Amazônia. Assim, no Pará, as pesquisas vêm ocorrendo nas bacias hidrográficas que compõem o Estado. Às vezes, essas pesquisas são bancadas por meio de grandes projetos que foram desenvolvidos na região, como a Usina Hidroelétrica de Tucuruí, o processo de extração de ouro nas Serras de Carajás e nos rios Trombetas (PA), Jamari (RO) e Uatumã (AM), onde foram identificados 21 sítios de arte rupestre (Pereira, 2003).

A arqueologia de contrato contribuiu bastante para a identificação de inúmeros sítios arqueológicos associados à arte rupestre na Região Amazônia. No Estado do Pará, segundo Pereira (2003, p. 39.), “são conhecidos, atualmente, 111 sítios com arte rupestre. Esse número cresce a cada dia em razão das pesquisas arqueológicas que estão desenvolvidas (...)”. De fato, à medida que os ambientes são utilizados para qualquer atividade na Amazônia, a qual envolva a supressão vegetal, lá estão sítios arqueológicos associados à *terra preta de índio* – TPI – (Lima, 2008) ou a centenas e milhares de fragmentos cerâmicos (Lima & Silva, 2004), como se vê nas **figuras 5 e 6**, as quais demonstram que os sítios arqueológicos foram ocupados por milênios e, ao longo do processo de habitação, as sociedades registravam os espaços por meio de funções que representassem ou

demarcassem o ambiente; a terra preta e os sepultamentos são duas dessas características das populações pré-coloniais.

O fenômeno de transformar o solo de coloração amarelada em cor preta pode ter ocorrido devido ao acúmulo de deposição dos restos de alimentos ou, também, pelo processo de limpeza ao redor as aldeias, tendo em vista que, em locais de floresta, tende-se a manter os ambientes limpos no sentido de deixar animais peçonhentos afastados das aldeias. Desse modo, a prática de fogueira ao redor das aldeias, possivelmente um papel realizado por mulheres, tinha duas funções: a primeira era de limitar as aproximações de animais junto às aldeias; a segunda se refere ao fato de que, nas áreas de rios de águas brancas ou pretas, dependendo do mês, havia muitos insetos, como carapanã, pium etc.; assim, essa hipótese levantada pode ter ocorrido na região.

A escavação em sítio arqueológico, na Amazônia Central, tem essas características, quando o lago ou o rio o recebe; as duas águas, *brancas/barretas* e *pretas*, durante as estações de subida e de descida das águas, foram evidências de ocupações, além de feições ou estruturas de fogueiras nos arredores da aldeia, que podem ser analisadas pelas duas atividades no sentido de minimizar a frequência de presença de corpos indesejáveis ao convívio social.



Figura 5 - Campo de futebol em área de *terra preta*

Fotos: Cláudio R. P. Cunha, 2004. Município de Barreirinha, Amazonas – Brasil.



Figura 6 - Urnas funerárias e fragmentos cerâmicos.

Fotos: Carlos A. Silva, 2004. Município de Maués – Amazonas – Brasil.

1.3 Dinamismo da história de pesquisa na Arqueologia Amazônica brasileira

A interação com o ambiente amazônico no período pré-colonial da Amazônia foi intensa pelas populações humanas que habitavam o vale dos rios da região. Durante esse processo, o homem pré-colonial deixou encastelados no subsolo fragmentos de sua história, cujo modelo de vida ocorreu por milênios. Nesse sentido, as pesquisas investigativas nas áreas de arqueologia, antropologia, geografia e etnologia, segundo Cunha (1989), são atribuídas a dois brasileiros, que são pioneiros nesses estudos. São eles: Domingos Soares Ferreira Penna e Francisco da Silva Castro:

O paraense e o mineiro foram, sem dúvida, os primeiros pesquisadores a estudarem e deram real valor científico aos objetos de cerâmica dos índios extintos de Marajó, Maracá (Amapá) e provavelmente outros sítios. Foram eles que mostraram àqueles cientistas estrangeiros a existência e a importância dos achados. (Cunha, 1989. p.43)

Foi por intermédio desses olhares que os pioneiros efetivaram a real percepção sobre a cultura material pretérita, além de serem responsáveis pela divulgação dos achados arqueológicos da Ilha de Marajó e adjacentes, na segunda metade do século XIX, pela comunidade científica. A repercussão no mundo científico em relatar “(...) a riqueza arqueológica amazônica (...)” (Cunha, 1989.p. 34) era algo maravilhoso, que mereceu a atenção de uma série de naturalistas brasileiros e estrangeiros, com diversas formações acadêmicas, cujos fundamentos objetivavam produzir acervos para se constituírem cenários em museus no Brasil e no exterior. Entre os naturalistas que estiveram nesse período (séculos XIX e XX) se incluem Charles Hartt, J.Steere, Orville Derby, Herbert Smithe, João Barbosa Rodrigues, W. Barnard, Ladislau Neto, S.Linné, C. Nimuendaju, Carlos Estêvão, Heloísa Torres, H. Palmatary, Bethe Meggers & C. Evans, P. Hilbert e Mário Ferreira Simões. Eles “(...) prestaram a devida consideração aos trabalhos de Ferreira Penna, pois os seus estudos têm sido um guia inestimável” (Cunha, 1989.p.35) na arqueologia amazônica. Foi por meio desses estudos que o arqueólogo Eduardo Góes Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), direcionou a história indígena pré-colonial da Amazônia brasileira em dois níveis de abordagens.

1.4 Aspectos de abordagem de logística na região

Realizar sobrevoo sobre os rios e a floresta na Amazônia ainda hoje causa inúmeras imaginações, mesmo em áreas onde há elevado grau de degradação ambiental, tendo como parâmetro que o observador tende a imaginar que a floresta, as águas, os animais e os homens estão intimamente interligados por processo de adaptação (Moran, 2008).

Mas isso nem sempre é assim no que tange a adaptação ou a não adaptação devido ao alto grau de complexidade que existe na região, por vários fatores, dos quais se destacam dois:

1) a complexidade ambiental (Leff, 2002), já que os fenômenos naturais ocorrem com maior frequência na região durante a subida, a cheia, a baixa e a seca dos rios (Witkoski, 2007), nos quais qualquer falta de atenção pode acarretar problemas, às vezes com perda de bens culturais ou naturais, a exemplo do fenômeno de *terras caídas*, em que parte da casa ou de cultura material pode ser arrolada em deslizamentos, como aconteceu com o sítio-cemitério Miracanguera, (Neves, 1999), e recentemente há informações, por meio de comandantes de barcos que navegam para o município de Coari, que, no Sítio Arqueológico localizado na comunidade de Lauro Sodré, boa parte foi alterada por deslizamento de terra. Com isso, ocorreu a perda de valiosas informações sobre a história daqueles assentamentos pré-coloniais;

2) a questão de logística na região em período das grandes secas, já que há dificuldades de deslocamento para todos os indivíduos que compõem a biodiversidade da região; foi o que ocorreu em 2005, quando, em algumas áreas da Amazônia Central, a seca dos rios, dos lagos e nos igarapés matou milhões de peixes. Já na subida e na cheia dos rios em 2009, as populações de peixes tiveram mais espaços nas grandes áreas alagadas de várzeas e, com isso, aumentou em número de exemplares; as **figuras 7 e 8** caracterizam essa forma de complexidade que, ao mesmo tempo, consegue manter a adaptabilidade (Morán, 1994).



Figura 7 - Milhões de peixes mortos pela seca

Fotos: Carlos A. Silva, 2005 e 2009 – Área da Amazônia Central



Figura 8 - O dinamismo socioambiental das populações beiradinas

Fotos: Carlos A. Silva, 2005 e 2009 – Área da Amazônia Central

No entanto, há um século, realizar viagem no vale da Amazônia possivelmente só era viável mediante duas possibilidades. A primeira seria seguir os cursos dos rios por meio de canoas, cuja movimentação era realizada por meio de fortes remadas de músculos braçais, de sorte que o cabo e a calda do remo eram polidos devido ao cúmulo de horas de contato com a mão do remador. O remo era ou/e é ainda uma tecnologia importante que contribui nas inter-relações nas redes sociais e ambientais (Morán, 1994); a segunda seria realizar caminhadas paralelas aos rios. É possível que as duas estratégias tenham contribuído para que os primeiros pesquisadores que se aventuraram na região tenham encontrado certas dificuldades logísticas para o campo. Assim, a vistoria técnica em lugares afastados das vilas e das cidades poderia deparar com dificuldades. Pode ser que isso tenha contribuído para que os inúmeros de sítios arqueológicos não tenham sido identificados na região e, conseqüentemente, tenha havido a perda de inestimáveis informações sobre “as relações homem/ambiente (...)” (Morán, 1994, p. 27). (p. 32)

Devido aos fenômenos naturais, às grandes distâncias, aos inúmeros insetos, isso pode ter contribuído para diagnosticar a região como “Amazônia, a ilusão de um paraíso” (Meggers, 1987); nesse sentido, a questão implica diferentes olhares. Quantos às populações humanas que habitam hoje as calhas dos rios de águas

brancas – Purus, Juruá, Japurá e tributários –, neles as picadas de insetos como de mutuca, de mosquito, de pium, de micuim etc. são combatidas por inseticidas retirados do espaço da própria floresta. Dessa forma, há toda uma combinação de fatores que mantêm o equilíbrio de altos e baixos níveis de complexidade ambiental na região. Acerca desses fatores de combinações, Enrique Leff salienta que

Na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que se produz e se reproduz determinada formação social. As práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas, geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio. Mas, ao mesmo tempo, a capacidade simbólica do homem possibilitou a construção de relações abstratas entre os entes que conhece. (Leff, 2002, p.21)

Assim, o ambiente é o elemento regulador das ações que depende da localização, podendo ser simbólico ou não. As sociedades humanas pré-coloniais foram mestres em transformar os ambientes, contudo havia um amplo diálogo entre as partes, o que se vem configurando na identificação de antigos assentamentos na Amazônia Central. Todas as partes ou grupos representavam os significados dos espaços, que eram demonstrados ou representados por símbolos na produção ou na reprodução de determinado elemento diretamente relacionado aos aspectos de cultura; como exemplo, citemos os grafismos representados nas cerâmicas encontradas na região, que criavam e recriavam o modo de viver na floresta.

1.5 As Fases de Pesquisa Arqueológica na Amazônia Brasileira

Consoante Neves (1999), o processo de pesquisa arqueológica na Amazônia brasileira está dividido em duas abordagens: a primeira atravessa todo um período de instabilidade política em nível nacional e internacional e inicia-se na segunda metade do século de XIX e vai até a Segunda Guerra Mundial; a outra vai do Pós-Guerra e chega até o presente. As primeiras pesquisas tinham caráter principalmente de recolher coleções arqueológicas ao longo das áreas do vale dos

rios da região. Nesse sentido, as incursões exploratórias realizadas por Ferreira Penna, nos anos de 1863-1864, estiveram na região do Rio Tocantins, na cachoeira Guaribas, na região do atual município de Breves, no Rio Anapu e no estuário do Rio Pará (PA). Entre 1867 e 1868, na viagem à Província do Amazonas, a área escolhida foi Manaus, nas proximidades do baixo Rio Negro (Cunha, 1989).

Entre 1871 e 1882, conforme Cunha (1989), as cronologias foram de intensas atividades desenvolvidas por Ferreira Penna, em vários pontos na área do Estado do Pará, sendo a Ilha de Marajó a mais visitada pelo pesquisador e por seus comandados. Da ilha inúmeras coleções arqueológicas foram coletadas e exumadas. Em princípio, as coleções foram acondicionadas nas dependências do recém-inaugurado Museu Paraense, cuja data de abertura foi 25 de março de 1871 (Cunha, 1989); as demais coleções foram destinadas ao Museu Nacional. Ferreira Penna também foi responsável em comunicar às autoridades paraenses sobre os saques de sítios arqueológicos na Amazônia por naturalistas brasileiros e estrangeiros.

Em 1882, o diretor do Museu Nacional Ladislau Neto chegou à cidade de Belém-PA com o objetivo de realizar estudos sobre a cultura marajoara. As estratégias foram aplicadas aos sítios arqueológicos de Pacoval (Ilha de Marajó) e aos estudos antropológicos sobre as tribos indígenas da Ilha, como Tembé, Amanajá e Turiwara. Ferreira Penna acompanhou toda a expedição (Cunha, 1989). Em seu retorno ao Rio de Janeiro, Lasdilau Neto solicitou, a título de empréstimo, algumas coleções arqueológico-etnográficas para a exposição que foi inaugurada em junho de 1882. O despacho foi feito sem, contudo, ser consultado o conselho administrativo do Museu. Porém, até hoje, não se tem notícias do retorno das coleções ao Museu Paraense Emílio Goeldi. No sentido de evitar que coleções fossem levadas indevidamente para outras províncias, Ferreira Pena escreveu ao Presidente da Província do Pará:

Mas, a respeito dos saques aos sítios arqueológicos, Ferreira Penna enviou, no dia 4 de maio de 1833, ao Presidente da Província, Rufino Enéas Gustavo Galvão, solicitação das necessárias ordens para que não fosse transportado para outras Províncias ou países estrangeiros

qualquer um dos artefatos constantes da relação junta, pertencentes aos “cerâmios” dos antigos índios de Marajó, fazendo ainda outras ponderações a respeito (Cunha, 1989, p.29).

A solicitação foi aceita, e o presidente da Província manifestou a importância de vetar a depredação do patrimônio nacional, expedindo ofícios, solicitando que tais medidas fossem realmente realizadas por todos os órgãos provinciais. Foi por meio dessa comunicação que nasceu o embrião para a legislação patrimonial em níveis arqueológicos e históricos no Brasil.

Em 1873, o botânico João Babosa Rodrigues (Monteiro, 2001) realizou incursões entre as fozes dos rios Trombetas (PA), Tapajós (PA), Nhamundá (AM) e Urubu (AM), tendo como pano de fundo identificar sítios arqueológicos na região. Foi durante esses trabalhos que Barbosa Rodrigues identificou o sítio arqueológico Miracanguera, hoje localizado entre os municípios de Rio Preto da Erva e de Itacoatiara, na margem norte e na sul de Nova Linda do Norte e Urucurituba, respectivamente, no Rio Amazonas; o sítio, segundo Neves (1999), tem uma extensão de 5 km.

Em 1877, o sítio arqueológico foi novamente visitado por Ferreira Penna. Na década de 20 do século passado, o etnólogo Curt Nimuendaju esteve nele, mas, devido às *terras caídas*, boa parte do sítio arqueológico Miracanguera fora destruído pelo fenômeno fluvial.

Segundo informações de Cunha (1989), durante a visita de Ferreira Penna, o sítio localizava-se próximo da foz do Rio Madeira. Nessa região, hoje, encontra-se a cidade de *Nova Urucurituba*; a área é quase toda de formação de estratos de *terra preta*. Pode ser que a cidade, hoje, ocupe parte do sítio arqueológico Miracanguera, ou *Cãoera*, identificado por Barbosa Rodrigues. Se a fonte de Cunha (1989) estiver certa, provavelmente a área denominada de *Costa do Vital/Tabocal* ainda hoje é utilizada em plantações de hortaliças no sentido da cidade de Urucurituba. No entanto, devido às constantes *terras caídas* e às cheias do rio Amazonas, forçou-se a migração, na década de 60 do século XX, para a Nova Urucurituba. Nessa área, apesar das fortes erosões e das *terras caídas*, ainda há vários fragmentos de

cerâmicas arqueológicas em superfície. No local, foram coletadas pelo Professor José Alberto Neves, residente na *Nova Urucurituba*, inúmeras coleções pertencentes às tradições culturais Konduri (Curt Nimuendaju, 1927) e Guarita (Lima, 2008). Na *Excursão pela Amazônia* Curt Nimuendaju descreve que

Uma malária muito forte me prendeu no Pará até janeiro do ano seguinte, mas depois encenei uma nova viagem com os objetivos principais de estudar os índios Mura e o cemitério de urnas de Miracanguera, um pouco acima de Itacoatiara, na margem norte do Amazonas, descoberto por Barboza Rodrigues nos anos 80 do século passado. Ambos fracassaram: os Mura, nos 16 assentamentos visitados, perderam quase por completo as suas características, e o terreno com a necrópole de Miracanguera fora inteiramente arrancado pela correnteza do Amazonas. Toda a longa viagem de quase cinco meses foi feita numa pequena canoa com dois homens. Partindo de Alter-do-Chão, no Tapajós, ela passou pelos lagos e afluentes da margem sul do Amazonas rio acima. Os antigos sítios do lago Curumucuri ainda revelavam a nítida influência da cerâmica de Tapajós, enquanto os da Serra de Parintins evidenciavam em contrapartida o estilo Konduri, conhecido da margem setentrional. Ao entrar no Paraná do Ramos, saí finalmente da área de ocorrência da cremação, penetrando na área dos sepultamentos em urnas. Por esse curso d'água que é um braço do Amazonas, cheguei ao Paraná de Urariá, um braço da foz do rio Madeira que subi até a sua bifurcação no rio principal. Aqui encontrei os primeiros restos de bandos Mura completamente desculturados. De Maués para cima, nos afluentes meridionais do Urariá (Apocuitaua, Paracuni, Abacaxi e Canumã), vivem índios Munduruku em condições não muito melhores; visitei-os no rio Paracuni. Os que habitavam o Canumã acabavam de ter um sangrento embate com castanheiros. Continuei a viagem pelo rio Madeira acima até a altura do rio Maturá, visitei os bandos Mura que habitam os lagos e afluentes de ambas as suas margens, sempre obtendo maus resultados. A despeito da minha boa expectativa, o resultado das investigações nos antigos assentamentos da tribo Iruri no rio Maturá foi pobre. Já conhecendo numa ocasião anterior os bandos Mura que habitam mais acima no Madeira, regressei daqui e por um afluente entrei na região dos lagos do Autaz, que preenche o ângulo entre o baixo-Madeira e o Amazonas, no caso o Solimões. Durante cinco semanas revistei até os mais afastados confins procurando representantes razoavelmente primitivos da tribo dos Mura. Nesse momento, a minha última esperança era o bando Yuma, mas encontrei sua aldeia abandonada; topei depois com o mísero resto de um bando, outrora numeroso, numa fazenda onde, arruinados pela doença e pelo vício de fumar liamba, "trabalhavam" para o seu proprietário. Pelo rio Autaz alcancei de novo o Amazonas; mas dos Mura, no lugar de uma coleção etnográfica, eu trouxe um maço de queixas sobre invasões de terras e outros maus tratos por parte dos civilizados, as quais eu submeti conscienciosamente ao inspetor do SPI em Manaus. Transferi agora o campo de trabalho para o lado norte do Amazonas e, depois de ter verificado que em Miracanguera nada mais se podia fazer, entrei no rio Urubu através do canal Arauató, acima de Itacoatiara, subindo um trecho e depois descendo por ele até a foz no lago Saracá. Depois de ainda visitar rapidamente o curso baixo do rio Uatumã, que se parece com um lago, atingi outra vez o Amazonas através do Paraná de Urucará. Dos Mura do rio Urubu, apenas

encontrara alguns indivíduos, e nenhum representante dos Arauaki de Sant'ana no Uatumã, o que muito lamentei, pois o único vocabulário dessa tribo outrora muito importante, recolhido por Barboza Rodrigues, pelo visto se extraviou. Em compensação, ouvi falar de um conflito de seringueiros com uma tribo desconhecida no alto Atumã; as flechas recolhidas, de tão parecidas, podiam ser confundidas com as dos aguerridos Yauaperi do afluente homônimo da margem esquerda do baixo rio Negro (Curt Numuendajú, 1927, p.4-5)

Em verdade, o trecho, no sentido da foz do rio Madeiras até após o Lago do arrozal, que divide a parte leste da cidade de Nova Urucurituba, é um grande sítio arqueológico, que, durante o levantamento arqueológico, conforme nota de campo de Silva (2004), foi estimado entre 10 a 15 km. Assim, pela descrição de Curt Nimuendaju, o sítio arqueológico Miracanguera ou *Cãoera* ainda resiste às ações naturais e à interação do homem. Foi o que proferiu um senhor que, durante a pescaria que realizava no sentido da foz do rio Madeira, ouvira um estrondo n'água. Ao se dirigir ao local, deparou com uma área de *terra caída* que acabara de desbarrancar. Entre as raízes avistou um vaso de cerâmica, de cor branca, com listas pretas, então o pescador recolheu o artefato e o transportou consigo até a sua residência. Pelo fino acabamento que havia na peça, o pescador resolveu pintá-la com as cores de seu clube preferido e de estimação, como se vê nas **figuras 9 e 10**.



Figuras 9 e 10 - Alguidar revestido de engobo branco, com base plana – Tradição Cultura Policroma da Amazônia.

Foto: Carlos A. Silva 2004. Acervo da Primeira Superintendência Regional do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1.ª SR/AM-IPHAN)

Na região é comum encontrar peças arqueológicas sendo utilizadas como brinquedo de crianças ou sendo usadas para plantar pimenta e/ou outras espécies

que da medicina popular. No tocante à peça, o *alguidar* é termo utilizado pelas populações que residem na região. Em visita recentemente à cidade de Nova Urucurituba, verificou-se que a peça foi destruída (Silva, nota de campo, 2008).

Em 1973, houve o processo de urbanização da cidade de Nova Urucurituba. Durante os trabalhos de terraplanagem, nas principais ruas da cidade, foram vistos milhares de fragmentos cerâmicos, os quais, entretanto, não receberam a devida atenção enquanto patrimônio pré-histórico. Assim, após os três anos de canteiro de obras e de massacre a centenas de urnas funerárias, a cidade de URUCURITUBA-AM foi entregue à população em janeiro de 1976, como se vê na **figura 11**.

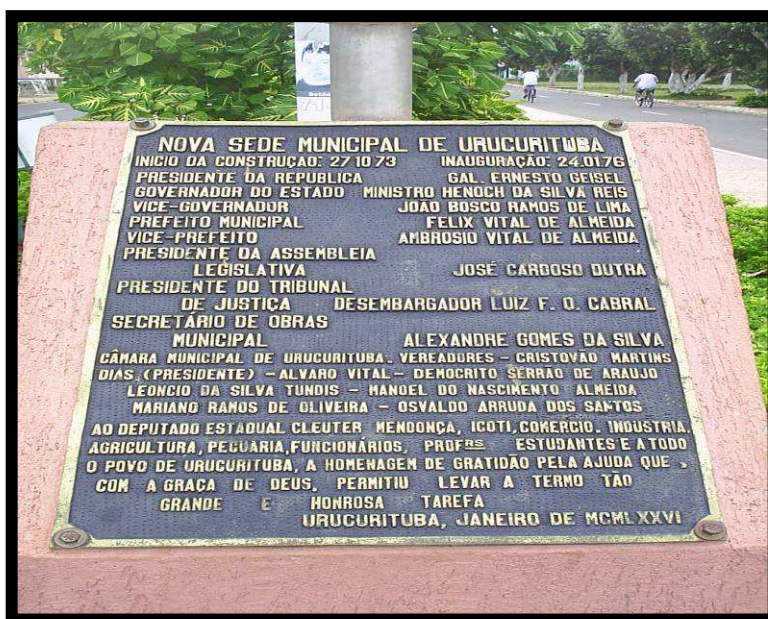


Figura 11 - Placa alusiva à inauguração da cidade

Foto: Carlos A. Silva 2008.

Devido ao impacto ao sítio arqueológico, a *COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS* viabilizou junto à SPHAN (SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL), de acordo com o Art. 180. Cap. V da Constituição da República, por meio da Lei n.º 3924, de 26 de julho de 1961 - Art. 8.º; Cap. II., Projeto de salvamento arqueológico, cujo nome foi a “CAMPANHA

ARQUEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE URUCURITUBA (*CAMUR I*)”, sob a coordenação do arqueólogo Walter Rocha (1983).

A etapa de campo, representada por várias instituições do Estado do Amazonas, ocorreu entre os dias 13 de setembro a 2 de outubro de 1983. Foram realizadas escavações arqueológicas, de sorte que várias coleções foram exumadas e conduzidas a Manaus. Hoje, vários desses fragmentos estão em exposição no Palacete Provincial, localizado no Centro Histórico de Manaus; as demais coleções estão acondicionadas no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, sediado em Manaus-AM.

Em 2000, a direção do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas participou da Expedição Humboldt, chefiada pelo historiador Victor Leonardi da UnB (Universidade de Brasília). Dentre os pontos de coleta de informações sobre as interações das populações do baixo Amazonas, estavam as cidades de Itacoatiara, Silves, Itapiranga, Uricurituba, Urucará, Parintins, Boa Vista dos Ramos, Maués e Barreirinha; em todas, elas foram identificados grandes sítios arqueológicos. Na localidade denominada de “Comunidade Canaranas”, em Maués, cujo acesso é pelo Paraná do Arariá, foi identificado o sítio arqueológico homônimo. Numa das casas próximas à igreja, foram encontradas três urnas depositadas em um espaço, juntamente com um pequeno trator agrícola, e mais de 250 circunferências de urnas funerárias expostas por toda a primeira rua da comunidade. Debaixo do assoalho de uma residência, foram identificadas duas urnas funerárias, servindo de chocadeira de galinha. Na cidade de Uricurituba foi identificada uma coleção arqueológica com mais 1.750 peças, dentre as quais urnas funerárias pertencentes à filiação cultural Policrômica da Amazônia (Neves, 2006; Lima, 2008). No Paraná de Boa Vista dos Ramos, onde se encontra o município homônimo e Barreirinha, foram identificados vários sítios arqueológicos, todos com grande extensão de **terra preta**. Na Vila de Pedras, foi identificado um sítio-cemitério associado à *terra preta* com urna funerária em superfície. Na comunidade, quase todos os moradores guardavam coleções arqueológicas; foi numa dessas coleções que foi identificado um fragmento de parte de uma ponta de flecha. Esses dados foram compilados de diário de campo de Silva (2000).

Em 1923 a 1926, (Barreto, 1992, p. 228 Apud Moraes, 2006, p.6) o etnólogo Curt Nimuendajú realizou pesquisa arqueológica entre o município de Aveiro (PA) e a cidade de Santarém (PA), durante a pesquisa identificou grandes sítios arqueológicos de cultural material de requintado valor cultural. De fato, o trecho entre a cidade de Santarém até as antigas instalações da Indústria Ford do Brasil, em todas as comunidades há vestígios arqueológicos, Silva (2000).

1.6 Os debates sobre a ocupação pré-histórica da Amazônia Brasileira

Depois dessa rápida digressão sobre os acontecimentos no que tange à pesquisa arqueológica na Região Amazônica, de 1863 a 1949, faz-se necessário conhecer o segundo momento, o qual, conforme Neves (1999), Pereira (2003) e Prous (2006), corresponde ao período que se inicia a partir de 1949 e vai até 1990.

A Amazônia foi pouco explorada arqueologicamente entre 1950 e 1990, sendo por isso uma área muito mal conhecida. Durante boa parte da segunda metade do século do XX, supunha-se que o ambiente amazônico não sustentaria grupos humanos numerosos o bastante para desenvolver sociedades “complexas” hierarquizadas, nem facilitaria a sobrevivência de caçadores-coletores. Nesse caso, os relatos dos cronistas que desceram o rio Amazonas nos séculos XVI e XVII e que descrevem populações numerosas seriam totalmente fantasiosos (Prous, 2006, p.109).

Foi nessas fantasias e perspectivas de postular as origens das populações humanas e as interações nas terras baixas da Amazônia que, em 1949, foram realizadas escavações arqueológicas nos “aterros” na Ilha de Marajó-PA, com o objetivo de averiguar a antiguidade do processo de ocupação e de construção de aterros e a requintada cerâmica Marajoara. Nesse sentido, após a análise de algumas coleções, o casal de arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans sugeriu hipóteses segundo as quais as sociedades humanas que ocuparam a Ilha de Marajó teriam realizado um longo percurso dos Andes ou de outra parte da América do sul, caminhando no sentido oeste-leste, aportando na Ilha de Marajó. Lá, conseqüentemente, concretizaram sua instalação e desenvolveram técnicas e

habilidades advindas de seus antepassados, no sentido de transformarem ambientes inundáveis pela subida do rio Amazonas em área perene, ou seja, ao longo do tempo, construíram ambientes que não mais eram inundados pelo rio. A finalidade disso era garantir fixação e estabilidade no assentamento, assim como a finíssima cerâmica seria todo um legado que estava no cognitivo daquela sociedade. No entanto, devido às pressões ambientais, gradativamente a sociedade foi atingida por estágios marginais (Neves, 1999).

O postulado seguia a linha teórico-metodológica alinhavada pela corrente da *ecologia cultural* norte-americana (Moran, 2008), a qual preconizava que as populações que habitavam as florestas tropicais estavam limitadas por fatores ambientais. Consequentemente, o não desenvolvimento delas estava atrelado ao baixo nível de nutrientes naturais, não ofertados nos ecossistemas de floresta tropical. A origem dessa linha, segundo Moran (2008), começa na obra de Kroeber em 1939.

(...) *Cultural and natural Areas of Native North America*, Kroeber fornece diversos exemplos de como os fatores ambientais limitam práticas culturais como a exploração agrícola do milho, a concentração populacional e as fronteiras tribais e linguísticas. A abordagem de Kroeber é comparável à do geógrafo e antropólogo britânico C.D. Forde. Ambos os autores enfatizavam a necessidade de coletar dados ecológicos e consideravam tais dados como potencialmente úteis na explicação das similaridades culturais (Moran, 2008, p.53).

Mas Moran (2008) argumenta que a obra de Kroeber foi de vital importância, pois abriu novos horizontes para a sequência da teoria. O próximo a continuar compartilhando a mesma teoria foi o antropólogo norte-americano Robert Lowie (1948) *apud* Moraes (2006), a propor que as populações que interagem no ambiente de floresta tropical estavam fadadas às pressões ambientais.

Assim, o topo do modelo teórico ocorre com o ideário de Julian Steward (Moraes, 2006), quando elaborou o conceito de cultura de “floresta tropical”. Conforme o seu ideário, as pressões ambientais eram responsáveis por determinar

taxas demográficas. Logo não poderia haver grandes escalas populacionais nem sociedades do tipo complexa.

E o que teria ocorrido, em verdade, foi um processo de migração de populações humanas subandinas, cujo padrão cultural atingia estágios do tipo “Circum-caribe”, as quais se desprenderam do noroeste da América do Sul (**figura 12**) e realizaram um longo percurso até chegar ao litoral do Oceano Atlântico. E não se sabe o porquê de terem continuado a viagem até a foz do rio Orinoco. Desse ponto, houve a cisão entre os grupos. O primeiro deles direcionou o roteiro de viagem rumo à parte norte da América do Sul, firmando-se nas terras da América Central; lá se estabeleceram e mantiveram o mesmo o padrão cultural. Já o segundo tomou o sentido sul da América do Sul e chegou à foz do Rio Amazonas, conforme já comentado; esse grupo, possivelmente, não foi capaz de continuar os mesmos padrões da matriz cultural. Assim, a hipótese dos arqueólogos Betty & Evans se encaixaria com a mirabolante teoria de que o ambiente de floresta tropical era o balizador limitante demográfico. Dessa forma, as sociedades perderam motivação em prosseguir o padrão matricial de cultura, do qual o solo pobre foi um dos marcadores nos padrões culturais da Amazônia pré-colonial.



Figura 12 – Dispersão de população no período pré-colonial

Para continuar as séries de pesquisas arqueológicas na Região Amazônica brasileira, o casal de arqueólogos elaborou um curso destinado a treinar novos pesquisadores. Assim, em 1964, foi criado o “Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos” (Pereira, 2003, p.23), cujo objetivo era o de que as pessoas treinadas fossem capazes de continuar os trabalhos iniciados pelo casal de arqueólogos. Ao término do curso, surgiram as bases para a formulação de dois projetos que contribuiriam para o aprofundamento de pesquisas arqueológicas na região. Desse modo, o primeiro projeto, de abrangência em nível nacional, foi o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), entre 1965-1970, o

qual tinha a função de padronizar não só as etapas de campo, mas também a análise de cerâmicas pré-históricas (Pereira, 2003).

E, na sequência, surgiu outro programa com a mesma base teórico-metodológica, liderado pelo desejo do casal de arqueólogos nortes-americanos Meggers & Evans, que preconizava que os ecossistemas amazônicos eram responsáveis pelo baixo índice de populações humanas, cujo principal responsável era o solo. O Programa foi denominado de PRONAPABA (Programa de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica), com duas metas: a primeira de verificar maior número de assentamentos humanos ao longo dos rios, sobre a possibilidade de identificar os caminhos de dispersores de populações na Amazônia, no período pré-colonial; a segunda destinava-se a identificar um único vestígio de cultura material, assim o alvo foi escavar sítios arqueológicos e recolher artefatos cerâmicos, a partir da justificativa de que o ambiente era limitador de outros artefatos produzidos pelas populações humanas, assim a pesquisa recaiu só para a análise de sítios cerâmicos (Pereira, 2003); os demais vestígios foram mencionados, porém jamais analisados.

No sentido de tornar ou mencionar os padrões de assentamentos humanos na Amazônia Pré-Colonial, outro arqueólogo também norte-americano, Donald Lathrap (1970), estabeleceu correlações apontando que alguns ecossistemas amazônicos teriam possibilidades de ter contribuído para que, no período pré-colonial, as sociedades humanas se tivessem desenvolvido enquanto complexas. Essa dedução está embasada na abundância de proteínas animais, visto que, nos ecossistemas de várzea, há variedades de peixes, aves, porcos, macacos etc., além das disponibilidades das espécies de palmeiras como o açaí e outras espécies que podem ter contribuído na dieta alimentar daquelas populações.

Assim, Lathrap deduzia que o ambiente amazônico foi palco de sedentarismo já por volta de 10 mil AP (Neves, 1999). E, à medida que a população humana crescia, a taxa de natalidade avançava e também a ocupação por toda a área da Amazônia Central. Por outro lado, as populações foram responsáveis pelo centro de

inovação cultural. Sendo assim, a Amazônia pretérita não era marginal, mas, sim, centro de fomentação de elementos de transformação das paisagens (Balée, 2006). A domesticação de plantas teria sido realizada por essas populações humanas como também se teria iniciado a dispersão humana utilizando os rios:

(...) na planície inundável do Amazonas central os padrões de produção alimentar e sua utilização continuaram, entretanto, a aumentar em eficiência, de tal forma que se começaram a fazer sentir pressões populacionais ainda mais fortes. Entre 1000 e 500 a.C., novas vagas migratórias de população de idiomas protomaiopuranos começaram a deslocar-se ao longo de todas as vias utilizando pelos primeiros colonizadores: subiram o Madeira, o Juruá e Purus; o ucayalli, o Japurá, o Negro, e desceram o Orenoco (Lathrap, 1970, p.80)

Essas populações foram gradativamente povoando as áreas leste e norte da Amazônia, onde a logística já utilizava a tecnologia de canoas (Lathrap, 1970). A canoa possivelmente foi a grande contribuição tecnológica no sentido de fazer as viagens pelos rios e manter as comunicações com as redes de inter-relações na Amazônia pré-colonial. Na Amazônia Central, há espécies de árvores nativas que, depois de adultas, são fáceis de serem escavadas. Ao serem escavadas, ficam prontas para serem incorporadas em diversas atividades; uma delas é a canoa; a sunga, ainda hoje, na Amazônia Central, é um artefato usado frequentemente nas casas de farinha para acondicionar a massa de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), conforme a **figura 13**. Os povos indígenas do alto Rio Negro, segundo Berta Ribeiro (1995), ainda se utilizam dessa prática em que uma variedade de espécies nativas é empregada na confecção de canoas.



Figura 13 - A gamela é um artefato em uso em casa de farinha

Foto: Carlos A. Silva. Setembro de 2010

A canoa contribuiu para que as populações humanas realizassem grandes expedições por toda a região; assim, o povoamento atingiu as áreas dos rios Xingu, Tapajós, Nhamundá etc. e até a foz do rio Amazonas (Lathrap, 1970), e consigo os habitantes transportavam modelos de manejar a várzea e a terra firme (Sternberg, 1998). As águas que corriam nos rios, furos, paranás etc. eram, em verdade, as vicinais, amplamente compreendidas pelas populações humanas pré-coloniais na Amazônia. Assim, de fato, Lathrap (1970) é responsável por discordar em parte da teoria defendida por Betty e Evans sobre a pré-história das sociedades humanas amazônicas, pois, nos ecossistemas – principalmente nos de terra firme –, havia características marcantes, de forma que “(...) toda a vida vegetal e animal, inclusive a do homem, deve ajustar-se para sobreviver” (Betty Meggers, 1987, p.38).

Parece que o ajuste seria caracterizado nos sistemas de cheia e de seca do rio. Mas essa ideia não foi bem fundamentada, haja vista que o sistema de cheia dos rios facilita a locomoção às áreas longínquas na região. Por outro lado, na estação de secas dos rios, é a época em que os maiores números de peixes e outros animais são de certa maneira fáceis de serem capturadas. Assim, o argumento dos arqueólogos não estava compatível com as hipóteses levantadas por Lathrap

(1970), segundo o qual, na bacia amazônica, em épocas pretéritas, havia elencos de mobilização humana, principalmente nas confluências dos rios Negro e Solimões-Amazonas, segundo Neves (2006). Corroborando com a hipótese de Lathrap (1970), novos estudos buscam fundamentos para explicar por que a Região Amazônica teria possibilidades de proporcionar mobilidades de populações humanas devido aos fatores ambientais terem contribuído com o crescimento demográfico, conforme Heckenberger (2006).

No início da década de 90 do século passado, a arqueóloga norte-americana Anna C. Roosevelt (1991) realizou pesquisa nos arredores de Santarém (PA). Durante as pesquisas, detectou evidências de artefatos que são verdadeiros arsenais de ocupação humana, os quais classificou como “múltiplos estágios” (Roosevelt, 1991, p.65). Essas populações eram especialistas na fabricação de artefatos líticos.

E, na sequência, identificaram-se os produtores de cerâmicas. Os estágios teriam contribuído para que, na pré-história da Amazônia, houvesse o surgimento de grandes assentamentos humanos, principalmente nas áreas de várzeas. Essas fases atingiram um processo crescente, cujo favorecimento seria a plena abundância de recursos disponíveis na região. Desse modo, as sociedades indígenas pré-coloniais, em algumas partes da região, teriam chegado aos níveis de cacicados (Roosevelt, 1991) ou talvez até de “como Estado” (Heckenberger, 2006); as inovações nas funções tecnológicas teriam sido âncoras na transformação dos ambientes propícios à adaptabilidade humana (Moran, 2008). Em 1995, para testar essas hipóteses, foi idealizado o Projeto Amazônia Central, liderado por arqueólogos brasileiros e norte-americanos.

1.7 A atuação do projeto Amazônia Central

O projeto inicia sua atividade de levantamento de campo e as escavações arqueológicas em duas etapas: a primeira realizada entre os meses de setembro e

outubro de 1995; a segunda nos meses de julho e agosto de 1997. A equipe é formada por Eduardo Góes Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade São Paulo (MAE-USP), Michael J. Heckenberger do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, James B. Petersen, do Departamento de Anthropology da Universidade de Vermont, e Robert N. Bartone, do Departamento de Anthropology Binghamton da University of the State of New York. Neves *et alli* (1998).

O objetivo do projeto é testar duas hipóteses levantadas por Lathrap (1970) e na sequência por Brochado (1984); Brochado e Lathrap (1982); Lathrap e Oliver (1987) e Oliver (1989) e Neves (1998). A primeira é a de que esses autores concebiam que a Amazônia Central foi um grande centro de dispersão cultural da Amazônia pré-colombiana, cujos povos seriam supostamente de ancestralidade dos atuais índios falantes dos troncos linguísticos Tupi e Arawak. Essa dispersão remonta a 6.000 anos, e consigo conduziam o *design* da cerâmica da Subtradição Guarita da Tradição Policroma da Amazônia (Heckenberger, Neves & Petersen 1998; Hilbert 1968).

A outra hipótese é sobre a possibilidade de grandes sítios arqueológicos na região, conforme Hilbert (1968). Alguns autores interpretavam como sendo resultados de ocupações do início da Era Cristã, às vezes com padrão hierarquizado sociopolítico (Myers, 1973) e Roosevelt (1987, 1989, 1991, 1992) *apud* Neves (1998). Já outros autores interpretavam como sucessivas reocupações de populações de padrão seminômades, conforme Meggers (1995); Meggers *et alli* (1988); Miller *et alli* (1992) *apud* Neves (1998). A hipótese vem sendo analisada por meio de metodologias confiáveis e da produção de uma série de datações radiocarbônicas, as quais vêm mostrando que, na região, ocorreram eventos de ações humanas intensas, com a transformação das paisagens; um exemplo é a formação de *terra preta* (Neves, 2006).

De 1995 a 2010, o projeto não só vem realizando excelentes e importantes descobertas para o entendimento sobre a história indígena pré-colombiana, mas também contribuindo para uma melhor compreensão do meio ambiente regional,

com diversas publicações em níveis nacional e internacional, além da formação acadêmica de alunos em níveis de pós-graduação; veja-se o **Quadro 1**.

Quadro 1- Teses e Dissertações concluídas no âmbito do PAC (Projeto Amazônia Central

N.º	Autor	Título
01	Helena Pinto Lima	A História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.
02	Fernando Walter da Silva Costa	Arqueologia das Campinaranas do Baixo Rio Negro: Em Busca dos Pré-ceramistas nos Arredores da Amazônia Central. 2009. Tese (Doutorado) em Arqueologia – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.
03	Carla Gilbertoni Carneiro	Ações Educacionais no contexto da Arqueologia Preventiva: Uma Proposta para a Amazônia. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <i>Orientadora:</i> Maria Cristina Oliveira Bruno.
04	Fernando Walter da Silva Costa	As Indústrias Líticas na Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões. 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <i>Coorientador:</i> Eduardo Góes Neves.
05	Luiz Fernando Erig Lima	Levantamento Arqueológico das Áreas de Interflúvio na Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo <i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.
06	Patrícia Bayod Donatti	A Arqueologia da Margem Norte do Lago Grande, Amazonas. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo <i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.
07	Anne Rapp Py-Daniel	Arqueologia da Morte no sítio Hatahara durante a fase paredão. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

		<i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.
08	Ricardo Chirinos	Padrões de Assentamento no Sítio Osvaldo, Amazonas. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.
09	Claide de Paula Moraes	Levantamento Arqueológico da Região do Lago do Limão, Iranduba, AM. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia Universidade de São Paulo. <i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.
10	Lilian Rebellato	Interpretando a Variabilidade Cerâmica e as Assinaturas Químicas e Físicas do Solo no Sítio Arqueológico Hatahara, AM. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.
11	Márcio Walter de Moura Castro	Padrões de Assentamento da Fase Guarita na Amazônia Central. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. <i>Orientador:</i> Eduardo Góes Neves.

Fontes: Banco de dados do CABA (Centro da Biota Amazônica) e Currículo do Sistema Lattes, Neves E.G. A disposição em: www.caba.arq.br.

O recente acordo entre a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Amazonas, por meio do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP) e do Museu Amazônico (MA-UFAM), abre novas janelas para realizações de pesquisas no Estado do Amazonas. Outro fator será todo o acervo do Projeto, que será incorporado às reservas técnicas do Museu Amazônico.

Após breve apresentação dos modelos teóricos construídos para a história indígena pré-colombina da Amazônia brasileira, esses parâmetros incorporam hipóteses que colocam a Região Amazônica em três cenários de grandes mobilidades de populações humanas ou de sociedades em condições extremas, de limitações socioeconômicas devidas ao ambiente de floresta tropical. O primeiro deles é de que as populações pré-colombianas na Amazônia se teriam formado

juntas ao sopé dos Andes; o segundo, após o crescimento demográfico nessa área, defende que migraram para o norte-nordeste da América do Sul e, depois de algum tempo, separaram-se em dois grupos. Um seguiu para a América Central; o outro desceu rumo à Amazônia, chegando à foz do rio Amazonas; nesse local, não deram continuidade ao modelo cultural desenvolvido nos Andes (Meggers, 1971); o terceiro cenário foi iniciado por Lathrap (1970), o qual acusa que, nas confluências dos rios Negro e Solimões-Amazonas, os assentamentos humanos tinham o padrão de tornar ambientes propícios à agricultura em qualquer estação do ano, como é atestado pela disputa de áreas de solo de *terra preta de índio (TPI)* na mesorregião centro-amazonense (IBGE, 2007).

É nesse cenário que este trabalho buscou avaliar o problema da dinâmica do padrão de uso de solo nas áreas onde há sítios arqueológicos, na comunidade denominada de “Cai N’Água”, no município de Manaquiri-AM.

CAPÍTULO 2 – MATERIAL E MÉTODO

2.1. Localização da Área de Estudo

O Amazonas, em decorrência de possuir umas das maiores reservas de águas do planeta – rios, lagos, ilhas etc. –, é separado em microrregiões que compõem o Estado. Desse modo, o município de Manaquiri – AM está localizado à margem direita do Rio Solimões, conforme a **figura 14**. Para o acesso à sede municipal, há duas possibilidades. A primeira pela Rodovia BR/319, na altura do km 102, onde há a Rodovia Estadual AM/354, com 43 km, que faz ligação com a cidade de Manaquiri. Já a segunda é via barco regional; os barcos que fazem o trajeto, ou seja, como são chamados pelos usuários, linhas/recreios – termos utilizados pelos beiradinos da região –, saem da “escadaria dos Remédios”, ou seja, da frente do Mercado Adolfo Lisboa de Manaus, todos os dias.

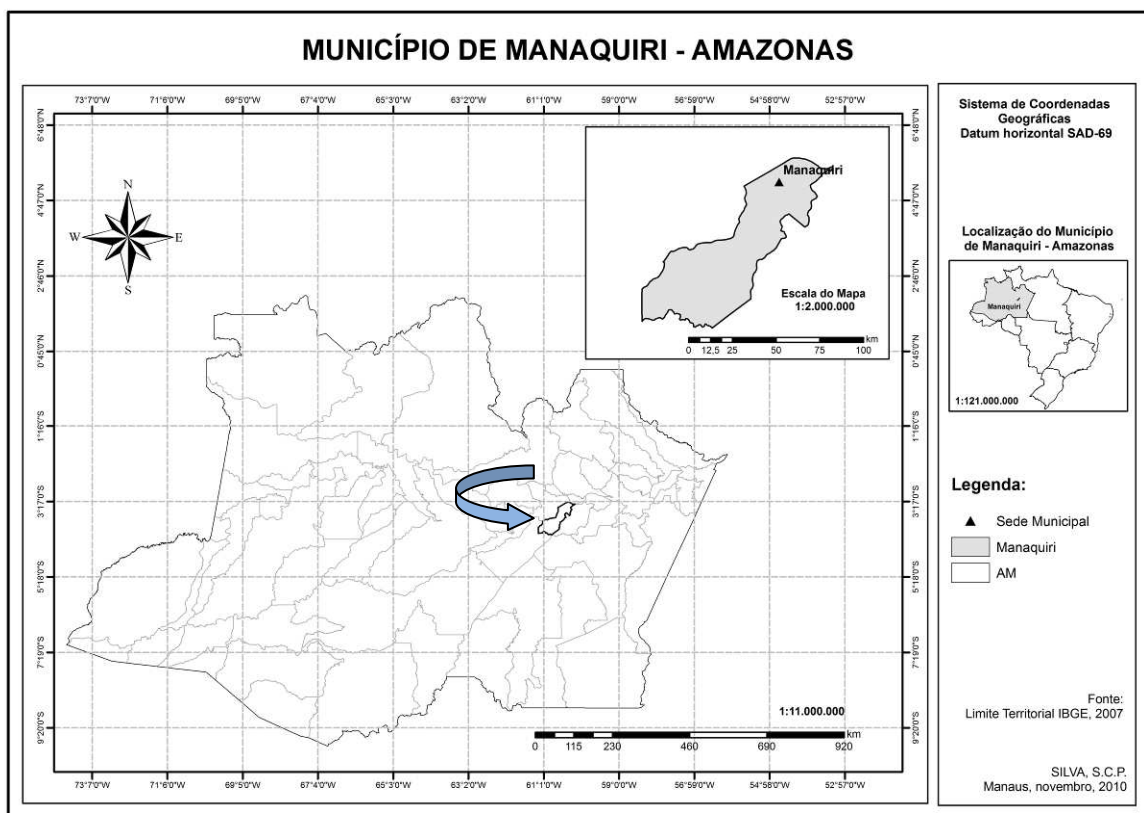


Figura 14 - Área de Pesquisa
Fonte: Imagem de satélite (2009).

O acesso ao local de pesquisa só é possível via fluvial. No período da seca do rio, o deslocamento é bastante complexo, devido ao fato de que, nos últimos 40 anos, o processo de sedimentação vem ocorrendo em toda a área, desde a “Costa do Marrecão” até a Vila de Janaucá, o qual já depositou sedimentos numa extensão de 13 km, fazendo que a foz do rio Manaquiri fique espremida, paralelamente à costa do Aruanã. Isso, na seca do rio, compromete o acesso ao município. Assim, as últimas secas deixaram as populações residentes nas duas margens do rio com dificuldades de acesso às cidades de Manaquiri, Iranduba e Manaus.

Numa comunidade amazônica, no dizer de Walgley (1998), “a cultura de uma região ou de uma nação moderna possui uma organização muito maior do que a simples soma das comunidades que a integram”. A organização ocorre a partir dos laços sociais na comunidade em qualquer área do Amazonas. No entanto nem sempre isso é percebido pelos membros (os líderes, os professores, os pescadores etc.), cuja função é a de manter as relações pluralistas no que tange aos órgãos oficiais de governo. Devido a isso, muitas vezes, as comunidades ficam à mercê, sem a devida visibilidade que deveriam ter frente aos órgãos formais. É o que se observou durante as inúmeras viagens pelo interior da Amazônia. No caso da comunidade que foi objeto de estudo, o primeiro contato ocorreu nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009. Nessas datas, houve o período mais crítico da estiagem na região, quando milhares de peixes morreram devido às altas temperaturas (**figura 15**).



Figura 15 - Uma extensão de 30 km de peixes morto **Foto:** Carlos A. Silva. 2009

Para a realização do estudo, estipulou-se uma área de 7,7km, cujo início foi do igarapé do Limão no sentido da sede social da comunidade; a coordenada é S 03°29'46.4" - 60°30'15.9" W até a foz do Lago do Fuxico, no sentido da sede social; a coordenada é S 03°26'16.1" – 60°31'03.1" W. Nesse trecho, existem vários igarapés. É neles que foi realizado o levantamento arqueológico **Não Interventivo** buscando-se avaliar o padrão de uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos. Enumeraram-se alguns deles: os igarapés do Mosquiteiro, do Cai N'Água, do Sobradinho, todos localizados à margem direita do rio Manaquiri. Na outra margem, o levantamento foi nos lagos do *Mirauá*, do *Cãoera*, do *Caioé* e do *Tataputauá*. Todos estão na área geográfica da Comunidade Cai'N'água, com exceção do Lago do Mirauá, que se liga a outra comunidade denominada Caminhando com Cristo. Eles estão localizados à margem direita do rio Manaquiri. A classificação de solos é: G1- Gleissolo e PT-Plintossolo EMBRAPA (2007); a área da margem direita é formada basicamente de solo de terra firme na classe (PT). Já a outra margem, a da esquerda, é de várzea, com os Lagos, do Mirauá, do Caioé, do Cururu e do Tataputauá na classe G1. Devido ao fato de a área ser de várzea, há poucos moradores. É no lago do Caioé que, segundo informações dos moradores, existem ocorrências de solos de *terra preta*; essa área, nos últimos 50 anos, conforme caçadores e pescadores, foi submersa por três vezes, nas cheias de 1953, 1999 e 2009.

2.2. Contato com órgãos educacionais e ambientais na sede municipal

O primeiro contato foi realizado por meio de uma reunião solicitada ao Subsecretário de Educação Municipal. Mas, devido ao acúmulo de tarefas para serem resolvidas por ele, o primeiro encontro foi bem rápido, porém ficou definido que as Secretárias do Meio Ambiente e de Educação contribuiriam com apoio logístico durante os levantamentos de campo. Para ampliar os contatos sobre o tema da pesquisa, propôs-se realizar uma discussão sobre o tema: **Educação, Ambiente e Patrimônio Cultural**, na escola municipal "São Francisco", localizada na sede social da comunidade de Cai n'Água, a qual se realizou no dia 18 de dezembro de 2009, das 14h às 17h. Na oportunidade, senhoras, senhores e jovens se fizeram presentes na discussão, quando foram exibidos cartazes com figuras da cultura material das sociedades ameríndias.

O contato foi importante para determinar a área para a realização do levantamento, haja vista que os residentes têm amplo conhecimento do local, onde há ocorrências de vestígios arqueológicos em superfície. Assim, lançou-se o caminho das etapas de campo.

2.3 Caminho Metodológico

A entrevista semiestruturada é uma das ferramentas que possibilitam o pesquisador de estar diretamente em contato com o sistema de pesquisa, segundo Morin (2001). Na entrevista semiestruturada, o entrevistador e o entrevistado ficam frente a frente (Gil, 1994, p.92) “Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conservação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados”. Desse modo, optou-se em realizar perguntas abertas, cujo objetivo é de possibilitar que o entrevistado fique à vontade para relatar o seu saber sobre o ambiente (**Apêndice 1**).

No que tange ao levantamento arqueológico, com o fito de se obter êxito na coleta de campo¹, é necessário que se tenha um olhar por inteiro (holístico) do local, pois os vestígios nem sempre estão expostos em superfícies. Daí se faz necessário consultar os moradores para se obterem informações da ocorrência dos resquícios. Assim, para objetivar a interação (Morán, 1990), disponibilizaram-se aos entrevistados fotografias exibindo os tipos de vestígios, tais como **pedras de corisco, caco de pote/alguidar e terra preta índio (TPI)** (**figura 16 a 18**). Essa estratégia foi fundamental para determinar as propriedades em que há vestígios arqueológicos.

¹ No campo o pesquisador deve procurar aproximação das pessoas da área selecionada para o estudo NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.



Figura 16 - Lâmina de machado
Foto: Carlos A. Silva. 2009.



Figura 17 - Fragmentos cerâmicos arqueológicos em superfície
Foto: Carlos A. Silva. 2009



Figura 18 - Solo de *Terra Preta de Índio (TPI)*
Foto: Carlos A. Silva. 2009

2.4 A Observação participante

A observação participante Gil (1994, p.59), é a oportunidade em que “o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados”. Um exemplo é quando o morador ou moradores estão plantando, construindo edificações e/ou é uma das técnicas que, no nosso universo de olhar, são importantes para se realizar um levantamento arqueológico, principalmente onde existe área de floresta. Nos locais de acesso ao lago ou a outros (Monteiro, 1957), é comum encontrar árvores tombadas pelo vento; entre as suas raízes, se for área de potencial arqueológico, os vestígios ficarão expostos. E, durante a caminhada, o pesquisador e o entrevistado ficam interagindo sobre as atividades desenvolvidas no dia a dia da comunidade; segundo Neto limpando o roçando² para introduzir quaisquer atividades agrícolas e/ou pastagens, consoante as **figuras 19 e 20**. Nessas atividades, geralmente, o nível de impacto ao solo é entre 20 a 30 cm, causando, assim, baixa deterioração nos vestígios arqueológicos enterrados.

² O termo *roçado* é a área previamente delimitada onde é retirada ou feita a supressão vegetal. Essa prática é realizada em duas etapas. A primeira é chamada de “brocar”, ou seja, a limpeza por meio de derrubada da vegetação menor; a segunda, depois de 15 ou 20 dias, consiste na derrubada das árvores maiores.

A intervenção pode expor os vestígios que estão soterrados. Essas práticas são uma possibilidade de caracterizar os artefatos e também de possibilitar a avaliação da densidade do sítio. Esses cenários naturais e humanos são frequentes nas áreas de comunidades ou de floresta da região, expondo, assim, os vestígios arqueológicos. Destarte, cabe ao pesquisador realizar intensas anotações consorciadas com o registro fotográfico e com as coordenadas geográficas. E, depois disso, há possibilidade, por meio de caminhada, de realizar preliminarmente a delimitação³ do sítio arqueológico. Se a área for de atividades agrícolas ou de pastagens, a possibilidade de delimitar o sítio fica bem mais fácil.



Figura 19 - Edificação do Centro Social sobre o sítio arqueológico São Francisco
Foto: Carlos A. Silva. 2010

³ É uma estratégia em campo, da qual o arqueólogo se utiliza para fazer uma prévia delimitação do sítio, ou seja, a dispersão dos vestígios arqueológicos, geralmente, é realizada por meio de intensa observação e do uso da passada (Neves, 1998).



Figura 20 - Plantação de maracujá
Foto: Carlos A. Silva. 2010

2.5 As etapas de Campo e Laboratório

As etapas de campo realizaram-se em quatro fases; a primeira de 24 a 29 de agosto; a segunda e a terceira de 4 a 10 e de 20 a 28 de setembro; e a quarta de 4 a 11 de outubro de 2010, perfazendo um total de 26 dias em campo. Durante as etapas, foram levantados cerca de 10 km² da área da comunidade. O levantamento foi sistemático, realizando-se intenso registro fotográfico das áreas que contêm vestígios arqueológicos. Esse procedimento foi totalmente **não interventivo**, ou seja, não foi realizada qualquer coleta de seletiva.

Quanto à caracterização da indústria ceramista pretérita, foi realizada por meio de análise dos registros fotográficos, sendo comparada com as coleções do projeto Amazônia Central. A análise foi feita no Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico, localizado na parte sul do Campus Universitário (MA-UFAM). Já a elaboração da composição de mapas foi confeccionada no Laboratório de Geoprocessamento do Centro de Ciências do Ambiente (CCA). Quanto ao acervo fotográfico produzido durante as etapas de campo, está gravado em DVD. E, também, quanto aos sítios arqueológicos identificados, foram abertas fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-CNSA).

Nas etapas de campo, utilizou-se a prospecção arqueológica ao longo da área previamente delimitada, conforme a **figura 21**. No levantamento, utilizou-se canoa de alumínio de 6mx1m de boco, equipada com motor modelo Yamaha de 15HP, durante a cheia do rio; na estiagem, a mesma canoa, porém o motor foi um *rabeta* de 5,5HP, modelo Honda (**figura 22**); o remo foi o artefato utilizado para guiar ou para parar a canoa. O GPS modelo Garmi-Etrex (Sistema de Posicionamento Global), bússola, trenas de 50m, 3m, facção de 22", máquina digital modelo SP-350 Olympus. Na confecção de mapa, utilizou-se o Untitled – ArcMap ArcView.

No sentido de abordar as relações de utilização do ambiente na comunidade, lançou-se mão da Teoria dos Sistemas de Edgar Morin (2001), visto que essa abordagem interpreta os sistemas de ocupação espacial por inteiro, ou seja, faz uma avaliação de como é utilizado o ambiente por todos na comunidade, nas diversas funções.

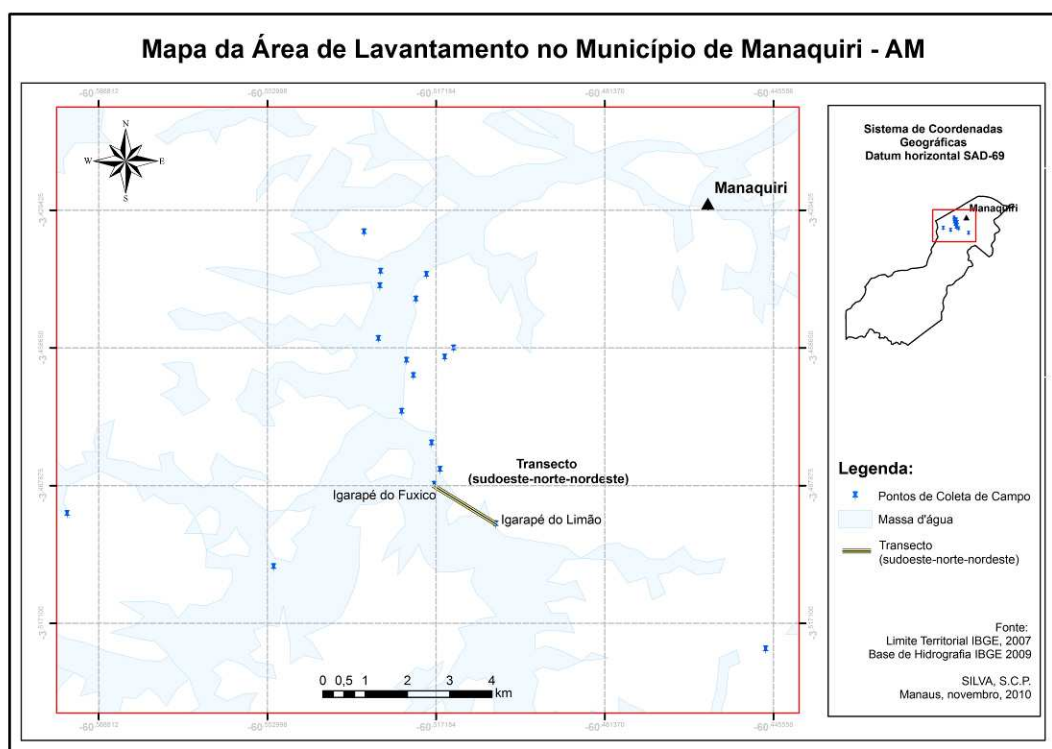


Figura 21 - Área de prospecção arqueológica

Fonte: IBGE, 2007



Figura 22 - Nas etapas de campo, utilizou-se o motor de popa tipo *voadeira*

Foto: SILVA, Helena Borges da, 2010

2.6 A metodologia norteadora da pesquisa

O ponto de partida da Teoria dos Sistemas é o de que ela interpreta qualquer contato social, político, cultural, ambiental etc. Por sua vez, uma das características que o sistema tem como operação básica é a comunicação entre as três ramificações conceituais de abordagem sistêmica. Conforme Morin (2001) são elas:

- ✓ **Sistema:** É a sociedade interpretada como categoria (classe), segundo Gomes (1994), de totalidades das comunicações, em quaisquer estruturas.
- ✓ **Interação:** É o conjunto de ações e de interações em que os corpos presentes se percebem.
- ✓ **Organização do sistema:** É o conjunto de regras que estabelecem as funções das partes, ou que estabelecem as regras.

As três proposições da abordagem sistêmica, em que cada objeto ou fenômeno é estudado, no caso se refere à dinâmica do padrão de uso da terra onde há sítios arqueológicos **na comunidade Cai N'Água, no Manaquiri-AM**, constituindo-se na totalidade entre o todo e suas partes, ocorrendo, assim, uma circularidade construtiva na qual as “partes explicam o todo, e o todo explica as partes”, segundo Morin (2001: 259). Portanto a dinâmica dessa teoria pode contribuir no sentido de entender a inter-relação existente entre o homem o ambiente (Morán, 1990), a interação entre as sociedades e o patrimônio cultural, bem como as inter-relações existentes (**figura 23**). Assim sendo, o conjunto de ações envolvendo os indivíduos na comunidade é realizado por meio de discussão.

As discussões são realizadas por meio do chamado da coordenação local (líder comunitário). Portanto as ideias representadas na figura 22 têm de certa maneira a ver com a teoria dos sistemas elaborada por Edgar Morin (2001), a qual é regulada por atividades nas quais o ambiente é o principal agente de ações que movimentam o sistema por meio das ações, ou seja, a sociedade que se autorregula em conformidades com as estações de subida, de cheia, de descida e de seca dos rios, ou seja, há uma dinâmica do uso do espaço (Carlos, 2001) modelado em consonância com a complexidade ambiental (Leffe, 2003).

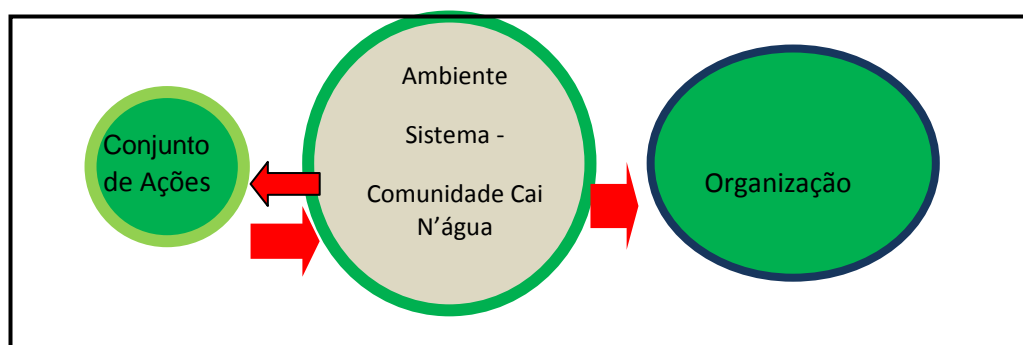


Figura 23 - Os meios de adaptação ao ambiente

Fonte: Adaptado do modelo das inter-relações entre o homem e o meio ambiente (Morin, 2001).

2.7 Informações documentais

Nos órgãos mantenedores sobre ambiente e patrimônio, foi feita uma reflexão tendo como base os referenciais teóricos que estudam a temática, buscando analisar como são trabalhados pelos órgãos públicos (IPHAN, IBAMA, IPAAM e MPF) os processos de preservação do ambiente e do patrimônio cultural. Nesse sentido, o suporte teórico poderá ajudar a compreender a visão das pessoas que residem na comunidade Cai n'Água, em Manaquiri-AM, em relação à preservação e à conservação de herança histórica (Lévi-Strauss, 1989), uma vez que, segundo Neves (1996), o ambiente natural é um instrumento direto de como formular e perceber as funções de significados postos pelos ambientes naturais ou culturais.

Na pesquisa, buscou-se uma abordagem qualitativa, que, segundo Gonzaga (2005), aproxima a compreensão da

[...] realidade tomando como princípio o fato de que o conhecimento das investigações de caráter hermenêutico e interativo é individual e pessoal, fazendo que os valores passem a fazer parte da investigação e façam parte da realidade, e a mesma investigação seja influenciada pelos valores do contexto social e cultural [...] (p.92).

Fez-se um levantamento bibliográfico pautado na discussão supracitada, uma vez que, segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica tem sua importância em função de proporcionar acesso a bibliotecas, a livrarias, a associações, a relatórios, a Internet etc, conforme Severino (2002).

A pesquisa pautou-se na pesquisa documental, pois os documentos são fontes fundamentais para análise da realidade, os quais podem ser representados por relatórios, por registros oficiais etc., segundo Gonzaga (2005).

No decorrer da pesquisa de campo na comunidade, lançou-se mão do método etnográfico, que, segundo Geertz (1973), é uma técnica cuja afinidade é a de buscar a teia de significados elaborados pelo homem, ou seja, a “cultura (está

localizada) na mente e no coração dos homens (...)”, consoante (GEERTZ, p.8, 1973).

De posse dos dados das entrevistas de forma transcrita foram feitas as análises das respostas, tendo como pressuposto a dimensão sociocultural da pesquisa histórica, que, segundo Richardson (1999. p. 245 e 246) *apud* Helmstadter (1970), apresenta dois objetivos básicos: 1) Produzir um registro fiel do passado; e 2) Contribuir para a solução de problemas atuais. Nesse sentido, a pesquisa histórica corresponde aos objetivos da Dissertação. E, na sequência, fez-se uma breve história das convenções ocorridas nas últimas décadas.

2.8 As Políticas Públicas para o Ambiente e para o Patrimônio Cultural

Em realidade, a pressão sobre os recursos naturais iniciou-se a partir da primeira Revolução Industrial, quando os recursos naturais foram utilizados sem haver um cuidado especial. Na sequência, veio a segunda Revolução Industrial, a qual saiu do Hemisfério Norte, atravessou o Atlântico, chegou à América do Norte e rumou em direção à Ásia. Na América, os Estados Unidos investiram pesadamente na indústria e no desenvolvimento de vários instrumentos tecnológicos prejudiciais ao ambiente; por sua vez, o Japão utilizou-se da mesma premissa de agressão aos recursos naturais. (SCHMIDT, 2005).

Após dois séculos de intensa explosão, vários recursos naturais foram sacrificados e, conseqüentemente, condenados à extinção. Foi então no Pós-guerra que o Clube de Roma lançou o manifesto “The Limits of Growth” (**Os Limites do Crescimento**), segundo o qual o consumo em escala exponencial levaria a humanidade a conseqüências desastrosas, de acordo com Dias (1994). Foi assim que ocorreu, em Estocolmo, a primeira conferência sobre o que fazer para amenizar os impactos ao ambiente, ainda segundo o mesmo autor.

2.9 A Convenção de Estoco

A presença humana manejando os biomas vem de um longo período. Inicialmente a espécie humana se adaptou aos biomas africanos. Porém, não se sabe o porquê, o homem começou a praticar a imigração. Assim, rumou para as áreas da Europa e da Ásia; isso por volta de 1.75 milhões de anos, segundo Neves & Piló (2008). Durante o percurso, foram deixados registros de sua ação ao ambiente, que, hoje, é objeto de pesquisas da Arqueologia, da Paleobotânica, da Antropologia e de outros ramos da ciência. Nesse sentido, à medida que as relações sociais e políticas se complexavam, havia a necessidade de buscar alternativas para manter a espécie em evolução. Foi assim que se iniciava a confecção de pequenas cabanas a céu aberto durante os acampamentos (*idem*). Essas informações mostram que o homem, desde o seu aparecimento até os dias atuais, sempre buscou alternativas no sentido de buscar conforto a qualquer custo.

2.10 A Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano – 1972

Na conferência realizada sobre o “Meio Ambiente Humano”, entre 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo – Suíça, sob a direção das Nações Unidas, foram acordados 26 (vinte seis) princípios, cuja premissa era a de atender à demanda de praticar ações saudáveis entre os povos do mundo, além da existência de condições necessárias para a preservação do “meio ambiente humano”, conforme a Legislação Ambiental. VEMAQA, Antonio *et alii* (2005) expressa que:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e goze de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A esse respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o *apartheid*, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeiras são condenadas e devem ser eliminadas... Antonio *et alii* (2005, p.17).

Os princípios garantem às totalidades a ampla disposição de direitos sociais e políticos do ambiente corretamente equilibrado. Todas as nações que assinaram a declaração se comprometeram a realizar atividades que sejam salutares aos

homens de todos os continentes, e também as nações se comprometeram a não realizar atividades que envolvam armas nucleares ou qualquer outro instrumento de destruição em massa.

Passaram-se 20 (vinte) anos para que uma nova conferência viesse a ser deliberada. Assim, em 1992 surgiu a *Carta do Rio* sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento). Havendo-se reunido no Rio de Janeiro, de 13 a 14 de junho de 1992, a Conferência reafirmava os preceitos realizados naquela de Estocolmo, em 1972, e enunciava novos acordos entre os Estados e os parceiros, no sentido de buscar acertos internacionais que atribuíssem à natureza integral e interdependente da Terra um *status* de morada de todos, conforme Antonio *et alii* (2005). E, na esteira das discussões sobre o processo de preservação, novas convenções surgiram tendo como dinâmica a preservação do ambiente em nível internacional.

2.11 O ambiente

O *Minidicionário de Língua Portuguesa* enfoca 04 (quatro) definições a respeito de *ambiente*, incluindo o ambiente que nos cerca, o ar que nos cerca ou o local onde moramos. Segundo Leff (2002), o ambiente é um instrumento de valor que é objeto de desejos e de saberes que são frutos dos processos externos ao sujeito. Assim, o conceito proposto por Enrique Leff indica que o ambiente é um conjunto de reflexão social, o qual, por meio das práticas epistemológicas interdisciplinares, busca o caminho para a racionalidade ambiental.

2.12 O patrimônio cultural

Quanto ao patrimônio cultural há uma infinidade de monumentos produzidos ao longo do tempo pelas populações que estavam no território brasileiro, segundo Prous (2006). A cultura material vai do simples machado de pedra até a paliçada de estratégias militares utilizadas na arte da guerra, segundo Neves (1999), o qual

também nos informa que, no passado, na Amazônia, foram desenvolvidas atividades de domesticação de várias espécies de plantas, além de uma divisão demográfica a qual está atrelada à formação de *terra preta de índio*. Esses elementos são considerados culturas materiais. Além deles, há os complexos paisagísticos que são também inclusos às categorias de artefatos de longo tempo, segundo Balée (2006).

Já na sociedade ocidental, há uma explosão de patrimônio cultural, que, segundo os geógrafos culturais, ocorre devido a uma infinidade de conceitos atrelados às atividades tanto no campo do concreto quanto do imaterial, ou seja, um estilo de dança é considerado cultura imaterial. O antropólogo brasileiro Roque de Barros Laraia (1996) descreve um enunciado de Confúcio: “A natureza dos homens é a mesma; são os seus hábitos que os mantêm separados”, ou seja, cada povo tem o seu jeito de construção dos utensílios que lhe sejam agradáveis.

CAPÍTULO 3 – PADRÃO DE USO DO SOLO

3.1 Breve Histórico do Município de Manaquiri-AM

Manaquiri-AM foi um distrito do município de Manaus. Em 1956, foi elevado à categoria de vila, integrando o município de Careiro Castanho. Manaquiri, no dizer de Monteiro (p.3, 1957), tem o seguinte sentido:

O nome da região, como é grafado atualmente, parece-me uma cacografia de Manaquiri, pois que assim o leio nos velhos documentos. Manaquiri significa *ruinzinho* ou *doentezinho*, de *mara*, ruim, mau, doença, enfermidade; e *quiri*, diminutivo. A região, de fato, já teve fama de insalubre, mas hoje é perfeitamente sadia (...)

Assim, Manaquiri ficou conhecido e hoje é um dos 62 municípios que integram a Mesorregião Centro-Amazonense (IBGE, 2007) do Estado do Amazonas. Em 1981, por meio da Emenda Constitucional de n.º 12, passou a ser “pessoa jurídica de direito público”, conforme a Lei Orgânica do Município (1990).

O município foi desmembrado dos de Borba, Careiro e Manacapuru, contendo os seguintes limites: os municípios de Iranduba ao norte; Beruri ao sul, Careiro da Várzea, Careiro Castanho a leste; e Manacapuru a oeste (**figura 24**). A área territorial é de 3.155 km², situada nas coordenadas -3º33'.23” de latitude sul e 60º18'.34 de longitude a oeste de Greenwich.

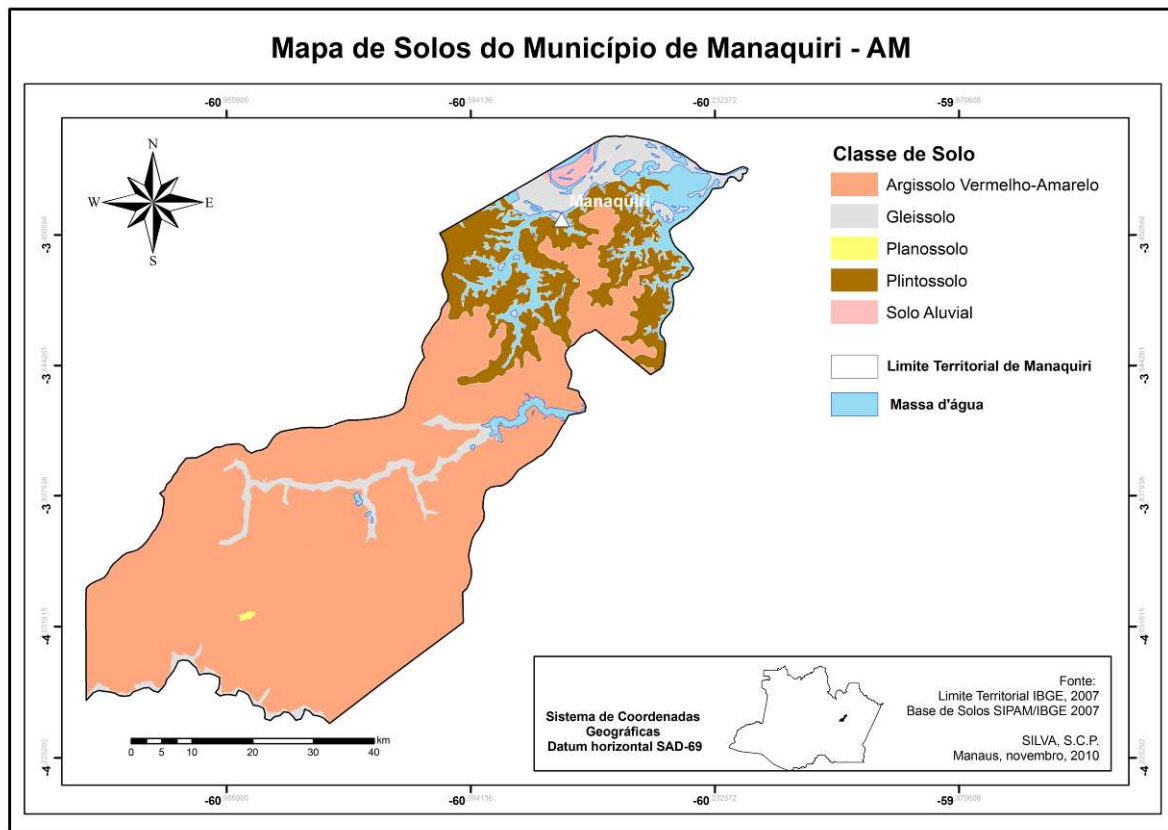


Figura 24 – Mapa de Solos e Limites

3.2 A ocupação dos espaços

Manaquiri é uma área assim como as demais regiões do Estado do Amazonas, onde os espaços são gradativamente ocupados (Harvey, 2006). Na região, os espaços são habitáveis há milênio; os alimentos consumidos pelos indígenas pré-coloniais eram constituídos de produtos manipulados por meio de atividades agrícolas de longas datas (Batista, 2007). O distrito de Manaquiri, (Monteiro, 1957) tem uma característica de ocupar os espaços ao longo do rio, assim como as demais áreas da Amazônia. Essa ocupação se dá por meio de atividades agrícolas, criação de gado, vilas e cidades. A partir dos anos 80 do século passado, a região vem sendo ocupada por paisagens urbanas. Além da sede municipal, há outras áreas de vilas com mínima infraestrutura. A comunidade onde foi realizada a pesquisa tem essas características de núcleos de populações humanas, com pouca estrutura urbana. Mas isso não tem muito a ver com a

pesquisa, visto que seu foco é avaliar a dinâmica dos locais onde há registros arqueológicos.

3.3 Diagnóstico preliminar das propriedades prospectadas

Para se obter o diagnóstico preliminar, percorreram-se os locais previamente selecionados durante apresentação realizada no final de dezembro de 2009, evento feito por meio de palestra, no Centro Social Comunitário. Naquela oportunidade, os comunitários presentes informaram os possíveis locais em que tais vestígios são percebidos com certa facilidade. Os **quadros** de números de **2** a **4** contêm a distribuição espacial dos terrenos/propriedades, nos quais se realizou o levantamento por meio de caminhadas e da aplicação de entrevista aberta com os respectivos moradores.

Quadro 2 - A área pré-estabelecida para o levantamento arqueológico

Nº	Coordenada (S)	Coordenada (W)	Local	Nome do Lugar	Caracterização
01	03°29'46.4"	60°30'15.9"	Igarapé do Limão	Porto do Limão	Área de terra firme
02	03°26'16.1"	60°31'03.1"	Foz do Lago do Fuxico	Área da comunidade Bom Intento	Área de terra firme Centro do social comunitário.

Fonte: Dados obtidos durante a etapa de campo pré-teste dez. 2009

Quadro 3 - Diagnóstico arqueológico Não Interventivo Preliminar

Nº	Coordenada (S)	Coordenada (W)	Local	Nome do Lugar	Caracterização
01	3°27'32.0"	60°30'48.3"	Igarapé do Cai n'Água, margem esquerda, próximo ao	São João	Sítio arqueológico de baixa intensidade, cuja

			igarapé da cobra.		área foi estimada por meio de passadas de 100x150m.
02	03°27'38.9"	60°30'55.1"	Igarapé do Cai n'Água, margem direita.	São Jorge	Sítio arqueológico de média intensidade. A área estimada é de 100x120m.
03	03°27'53.0"	60°31'19.0"	Entrada do Igarapé Cai n'Água, margem direita.	Terreno Bela Vista.	Sítio arqueológico de alta intensidade associado à terra preta de índio. A área estimada é de 250x300m
04	03°29'04.8"	60°30'58.6"	No sentido da Sede Social comunitária, margem direita do rio Manaquiri.	Sítio Santa Maria	Sítio arqueológico de média intensidade. A área estimada é de 100x140m.
05	03°28'44.5"	60°31'05.1"	Próximo à entrada do igarapé Mosquiteiro, margem direita do rio Manaquiri.	São Francisco	Sítio arqueológico de média intensidade, cuja área estimada é de 200x150m
06	03°26'54.6"	60°31'17.2"	Igarapé Santa'Ana, margem direita.	Diocleciano Leite Pires	Sítio arqueológico de baixa intensidade. A área estimada é de 100x80m, associada a manchas de terra preta.
07	03°26'54.6"	60°31'17.2"	Próximo a localidade sobradinho, a margem direita do rio Manaquiri.	Porto Jurará	Sítio arqueológico de média intensidade. A área estimada de 120x100.
08	03°26'35.8"	60°31'09.0"	São Francisco	Porto do Centro Social da	Sítio de meia intensidade. A área é de

				comunidade Cai n'Água	80x100m.
09	03°28'20.3"	60°31'28.0"	Igreja de São Francisco	Centro Social	Sítio arqueológico associado à terra preta de média intensidade. A área estimada é de 300x100m.
10	03°29'38.5"	60°35'43.8"	Igarapé do Cururu	Comunidade Caminhando com Cristo.	Área de várzea. Ocorrência arqueológica.
11	03°27'41.4"	60°31'24,3"	Próximo à entrada do igarapé Cai n'Água	Santo Antônio	Sítio arqueológico de média intensidade.

Fonte: Dados obtidos durante as etapas de campo em agosto, setembro e outubro de 2010

Quadro 4 - A área diagnóstica de uso comum pelos comunitários

Nº	Coordenada (S)	Coordenada (W)	Local	Nome do sítio	Caracterização
01	03°30'19.00"	60°33'05.9"	Acesso ao Lago Cururu	Área de pescaria	Área de várzea, uso comum em pescaria.
02	03°26'44,5"	60°31'44.7"	Lago Miraaúá	Área de pescaria	Área de várzea, uso comum em pescaria.
03	03°26'03.2"	60°31'56,7"	Acesso ao Lago Cãoera	Área de pescaria	Área de várzea, uso comum em pescaria.
04	03°27'24.7"	60°31'45.8"	Boca do Lago Caioê.	Área de pescaria	Área de várzea, uso comum em pescaria.
05	03°26'33.4"	60°31'44.0"	Boco do Lago Tataputauá	Área de pescaria	Área de várzea, uso comum em pescaria.

Fonte: Dados obtidos durante as etapas de setembro e outubro de 2010

3.4 Descrições das entrevistas semiestruturadas

3.4.1 Localidade Igarapé do Cai n'Água – Sítio São João

A localidade está situada ao norte-nordeste da Sede Social da Comunidade homônima, à margem esquerda do igarapé. Contam os moradores do local que, há anos, próximo ao acesso do caminho do porto da residência do casal de

aposentados, ou seja, no local onde são realizados os serviços de embarque e desembarque e outras atividades do casal, havia um enorme buraco que possivelmente era de uma cobra, que provocou alguns sustos no casal. No entanto, devido às atividades de supressão da vegetação, tal animal se retirou, deixando marcas que ainda podem ser vistas no período da estiagem do igarapé.

Conta a senhora Sebastiana, que nasceu na área do igarapé nos anos 70 do século passado, que viera realizar matrimônio com um rapaz, também morador do igarapé. Ela relata que, quando adquiriram a propriedade em 1978, na oportunidade, a área era efetivamente coberta por uma frondosa cobertura vegetal. A água do igarapé era cristalina e muito fria. É tanto que os banhos à beira do igarapé teriam de ser por volta de 16h ou 17h, devido ao grau de temperatura que alcança ao cair no período vespertino.

Já o senhor Arnaldo, 59 anos, disse que os serviços de pescaria eram próximos à propriedade, por estar perto de três entradas de igarapés, e isso facilitava que os peixes como tambaqui, pirarucu e outros tivessem frutas abundantes para se alimentarem. Mas, gradativamente, foi-se extinguindo; hoje só restam míseros carás! Os moradores salientam que vêm buscando alternativas no sentido de diminuir a agressão à mata para que se tenha algo como era antes conforme segue:

Só era mato, o igarapé era cristalino devido ao capim que protegia a água, assim era fria. Hoje, é quente e muito suja, devido às pessoas que moram nas proximidades que despejam dejetos, as frequentes queimadas, veneno nas plantas para expulsar as pragas que perseguem as plantações; essas atitudes prejudicaram a água e o ar, que hoje é quente. (Senhora Sebastiana, 57 anos, agricultura, oleira, líder pastoral, moradora da comunidade Cai n'Água, set. 2010).

Em verdade, a região da Amazônia Central tem uma característica peculiar: as áreas de terra firme estão geralmente próximas aos cursos dos rios, lagos, igarapés etc. A localidade onde mora o casal de agricultores apresenta essa característica de os igarapés terem uma função importante para as populações. Mas, devido ao fato de as pessoas não terem ainda uma preocupação com o meio

ambiente, às vezes, prejudicam os cursos d'água, em função das práticas de desmatamento (Diegues, 1999).

A entrevista detectou que as atividades desenvolvidas na propriedade são múltiplas e que, na propriedade, são realizadas atividades como pasto de gado, plantação de roças de manivas, carás, batatas, plantas que são utilizadas na medicina popular, cupuaçu, bacaba, andiroba, pupunha e outros. As figuras 25 e 26 caracterizam bem essas atividades.



Figura 25 - Árvore adaptada para o arvoredo do gado
Foto: Carlos A. Silva. 2010



Figura 26 - Plantação de cebolinha e pimentão

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Há um processo de transformação nas paisagens (Ballé, 2006), pois a propriedade é utilizada em múltiplas atividades do uso do solo. A **figura 25**, segundo a informação dos proprietários, reproduz uma das condições que foram desenvolvidas, não só para acondicionar o gado durante os horários de alta temperatura no campo, mas também pela altura das árvores durante os meses de agosto e de setembro, visto que é comum a ocorrência de fortes temporais; então a árvore nanica, como é chamada, foi uma alternativa encontrada não somente para evitar a perda das árvores por tombamento promovido pelos temporais, como também para impedir que o gado se machucasse durante esses eventos naturais. Já a **figura 27** mostra o canteiro em canoas nas quais são cultivadas as plantas. A entrevistada detectou que é uma das possibilidades para que os animais – como galinha, porco, cachorro, gato, e outros – não perturbem os canteiros.

Veja você, um simples fato de um cachorro, um gato de fazerem necessidades fisiológicas pode contaminar as plantinhas, que foram plantadas com objetivos de atender uma necessidade nossa, então fazer um cercado em baixo [no solo] é perigoso, porque podemos perder o controle de quais os bichos que entram no cercado, não é? Assim, uma solução é mantê-los suspensos, quando uma canoa velha que não mais serve para ir lá fora ao flutuante [casa submersa por boia de madeiras, e o local em que vendem gêneros básicos: açúcar, café e outros], então pego ela, suspendo, coloco pau [solo associado a resíduo orgânico] e mistura com estrume dos bois e de

galinha; o resultado é isso que você está vendo. (Senhor Arnaldo 59 anos, agricultor, morador da comunidade Cai n'Água, set. 2010).

Então, o cuidado com o uso do solo está associado ao cuidar da saúde, não só do morador; ou, de outro modo, o cuidar do ambiente de modo sustentado, pois usar os recursos naturais é garantir a estabilidade da terra, a qual é um bem de uso comum a todos os humanos. Assim, obteve-se, durante a entrevista, a informação de que o espaço é utilizado para diversas atividades, mas, até então, não há o uso de máquinas para arar o terreno; quanto à presença de vestígios arqueológicos, tem-se conhecimento disso, entretanto nunca houve notícias de que esse material pertencia ou estava ligado à história dos antepassados indígenas, porém se sabia que o terreno, segundo informações dos primeiros moradores do local, foi morada de índios. E, por fim, o entrevistado dissera que, mesmo havendo o desmatamento para as atividades afins, há uma área de preservação ambiental:

Quando comecei a minha vida de casado nesse local, o meu pensamento era de deixar algo de importante para os meus filhos, mas eles cresceram e alguns deles foram morar em Manaus; só vêm aqui a passeio. Hoje, a área que eu cultivo tenho produção suficiente para nos manter; assim, a área que eu deixei lá no fundo do terreno [setor sul] fica para as moradias dos bichos, porque eles também precisam viver. Pra viver precisam de mata para buscar os seus alimentos. Antigamente até que eu matava os veados quando estavam comendo as folhas das manivas [espécie que produz a mandioca e a macaxeira], mas, agora, entendo que o fato de eu derrubar uma área da mata está retirando da barriga do veado a sua alimentação; o veado gosta de comer as folhas bem verdinhas e novas. (Senhor Arnaldo, 59 anos, agricultor, morador da comunidade Cai n'Água, set. 2010).

Dessa forma, no espaço (Carlos, 2001), que é utilizado pelo casal de agricultor aposentado, autorizou-nos a caminhada, a qual foi guiada pelo gentil senhor Arnaldo, o que nos proporcionou a possibilidade de avaliar a dispersão de vestígios arqueológicos por cerca de 100mx150m. Nesse local são praticadas umas espécies de consórcio de atividades, onde há a agricultura familiar (Noda, 2009) e a área de pastagens para o gado, a qual só é utilizada por seis meses, ou seja, quando as várzeas que estão na outra margem (esquerda) do rio Manaquiri começam a ser inundadas por meio da subida das águas (Witkoski, 2007); o início se dá a partir do final de fevereiro quando o gado vem para as áreas de terraços, conforme Campos & Soares (2009), chegando à área de pasto (figura 26); o gado

fica em uma área previamente cercada para separar os espaços a fim de que o rebanho não destrua as plantações.



Figura 27 - Cerca com estacas e com arame farpado dividindo os espaços

Foto: Carlos A. Silva. 2010.

A cerca tem a função de impedir a destruição das plantas. Esse estilo está associado pelo zelo utilizado pelo casal, como foi informado durante a caminhada pelo senhor Arnaldo, que foi pontuando as espécies que são cultivadas no terreno. Então, a caminhada participante foi proporcionada pelo senhor Arnaldo, durante a qual se constatou que, devido ao baixo nível de remoção/intervenção do solo pela dinâmica do uso, percebeu-se baixo índice de vestígios arqueológicos em superfície. Entretanto, pelo fato da sua esposa ser oleira (Monteiro, 1957), observaram-se vestígios de cerâmica da cultura cabocla (Fraxe, 2010) em boa parte da área desmatada (Diegues, 1999). Numa pequena casinha, atrás da residência do casal, havia um exemplar de pote (vaso utilizado para armazenar água potável), que, segundo ela, é guardado com certo apreço, pois representa uma das últimas produções de sua genitora (**figura 28**, o qual iniciará a confecção de artefatos cerâmicos)



Figura 28 – Pote utilizado para armazenar água potável
Foto: Carlos A. Silva. 2010

Quanto às espécies cultivadas, há uma série delas, que são utilizadas como contribuições em nutrientes na dieta alimentar ou na medicina popular do casal, conforme o **quadro 5**, o que se observou durante o levantamento de campo.

Quadro 05 - Espécie de plantas cultivadas pelo casal – Sítio São João

Item	Nome Popular	Nome Científico	Família
01	Abacate	Persea americana	Lauraceae
02	Abacaxi	<i>Ananas comosus L.</i>	Bromeliáceas
03	Alfavaca	Ocimum basilicum	Labiadas
04	Amor crescido	<i>Portulaca pilosa L.</i>	<i>Portulacácea</i>
05	Arruda	<i>Ruta graveolensL.</i>	<i>Rutaceae</i>
06	Andiroba	Carapa guianensis	Meliaceae
07	Açaí	Euterpe oleracea	Bromeliáceas
08	Bacaba	Oenocarpus	Arecaceae
09	Babosa	<i>Aloe barbadensis Lam.</i>	<i>Liliceae</i>
10	Batata	Ipomoea batatas L	Convolvulaceae
11	Boldo	<i>Vermonia Condensata</i>	<i>Asteraceae</i>
12	Biriba	Eschweira ovata	Annonaceae

13	Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Malvaceae
14	Caju	<i>Arrabidaea chica</i> Verlot	Bignoniaceae
15	Cajá	<i>Spondias lutea</i> L	Anacardiaceae
16	Cará	<i>Dioscorea trifida</i> L. F	Dioscoreaceae
17	Capim santo	<i>Cymbopogon densiflorus</i>	Gramíneas
18	Castanha-da-Amazônia	<i>Bertholletia excelsa</i>	Lecythidaceae
19	Castanha-sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>	Lecythidaceae
20	Cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	Gramineae
21	Cipó-alho	<i>Allium sativum</i>	Cucurbitáceas
22	Crajiru	<i>Arrabidaea chica</i> Verlot	Bignoniaceae
23	Cravo	<i>Caryophilus aromaticus</i>	Caryophyllaceae
24	Cuiamançã	Mammee	Rosácea
25	Gergelim	<i>Sesamum indicum</i> , L	Dicotyledonae
26	Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	Annonaceae
27	Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mar	Casca vagem
28	Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L	Rubiaceae
29	Japana branca e vermelha	<i>Eupatorium ayapana</i> Vent	Ajaia
30	Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L	Leguminosae Caesalpiniaceae
31	Mangarataia	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	Zingiberaceae
32	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Euphorbiaceae
33	Malvavisco	<i>Pothomorphe umbellata</i> L	<i>Pouteria guianensis</i> Aubl
34	Pimentão	<i>Capsicum annum</i>	Malvaceae
35	Piquiá	<i>Aspidosperma desmanthum</i>	Apocynaceae
36	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Arecáceas
37	Puruí	marmelada-macho	Rubiaceae
38	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>	Rutáceas
39	Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Palmaceae
40	Urucum	<i>Bixa orellana</i> L	Família das Bixáceas
41	Urubucaá	<i>Aristolochia ligulata</i>	Aristolochiáceas

Fonte: Levantamento em campo, 2010

As espécies de plantas estão em torno da casa do casal, com exceção do roçado de maniva, que está afastado da área de pasto do gado, o que, segundo informação do morador, visa a evitar que o gado perturbe o cultivo de mandiocas, de carás e de macaxeiras. As demais são cultivadas em jiraus (Fraxe, 2010) ou em pequenos vasos cerâmicos, confeccionados como segue:

Fora o prazer que eu tenho de lidar com as pessoas que eu coordeno na pastoral da igreja. Outro é cultivar as minhas plantinhas que tenho como algo importante, pois é delas que eu socorro a mim e as pessoas que precisam delas para amenizar as dores que, às vezes, inesperadamente ocorrem com a gente, né? Assim como você pode presenciar, todos estão ao alcance dos meus olhos. (Senhora Sebastiana, 57 anos, agricultura, líder da pastoral da igreja e moradora da comunidade Cai n'Água, set. 2010)

As plantas estão por toda parte do entorno da casa. No acesso ao porto da residência, há um vaso, que, segundo a Dona Sebastiana, é para atrair energias positivas, ou seja, para que as articulações psicológicas estejam em níveis solidários, pois tratar bem as pessoas “é o mesmo que olhar para uma planta” (informação verbal, 2010), ou seja, as plantas geralmente estão cheias de energias (figura 29).



Figura 29 - Vaso cerâmico da cultura cabocla

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Conforme o relato do casal, as plantas têm uma função idêntica à dos animais, que são criados no espaço (Carlos, 2001), pois ambos têm o seu devido

uso, ou seja, há uma dinâmica a ser utilizada à medida que há necessidade. Assim, as plantas geralmente mais utilizadas são as que servem para o uso em chá, cuja função é para uma série de tratamentos convencionais. E, na sequência, as utilizadas no tempero da culinária, pois os canteiros funcionam como uma espécie de geladeira natural; sempre as cebolinhas, o coentro, o tomate estão à disposição. Ressalta-se que são produzidos à base de adubos orgânicos.

E, por fim, observou-se que o uso da dinâmica do uso do solo é bem distribuído em níveis regulares; cada espaço está relacionado ao uso contínuo ou por temporalidade, como é o caso do pasto do gado. Desse modo, o grau de impacto aos vestígios arqueológicos é razoável, tendo em vista que o corte que se observou atinge níveis entre 40cm ou 50cm no solo, escavado para depositar os resíduos sólidos (**figura 30**).



Figura 30 - A área de descartes de resíduos sólidos
Foto: Carlos A. Silva. 2010.

3.4.1.1 Descrição do Sítio Arqueológico São João

O sítio São João fica à margem esquerda do igarapé do Cai n'Água, nas coordenadas geográficas S 03°27'32.0" – W 60°30'48.3". Durante a caminhada guiada pelo proprietário da terra, ele mostrou os caminhos de acesso ao roçado do *centro*, o qual tem dois caminhos: o primeiro é realizado por caminhada a pé por cerca de 500m no sentido norte-sudeste; o outro é feito por canoas, mas só é possível ser feito durante as subidas das águas, utilizando-se o igarapé que corta o terreno no sentido norte-sudoeste. O local é chamado de roçado do centro por estar deslocado da residência do casal. É nele que os agricultores armazenam ou estocam as hastes de manivas para as novas plantações nos roçados.

No roçado do centro, não se identificaram vestígios arqueológicos. Os poucos resquícios encontrados foram coletados nos arredores da residência do casal e também em uma área de pasto do gado. Pelo baixo nível de vestígio, classificaram-se de sítios de baixo potencial arqueológico. Não há ocorrência de solo de terra preta; a cerâmica é simples com o maior número em superfície, composta de borda e de paredes; pela disposição dos fragmentos, foi possível identificar o antiplástico composto de caraipé (*Licaria utilis*) (MONTEIRO, p.10, 1957), que é uma espécie nativa da Amazônia e geralmente é encontrada em áreas de várzeas. Há duas espécies, segundo a informação das ex-oleiras de Manaquiri (senhoras Sebastiana e Raimunda, set.2010, comunicação oral); a espécie cujas entrecasas têm coloração avermelhada é mais utilizada na introdução como antiplástico para adicionar a pasta (argila) para a confecção de cerâmica; estimou-se a dispersão de vestígios numa área de 100mx150m (**figura 31**).



Figura 31 - Fragmento cerâmico em superfície

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Neste espaço, apresentam-se áreas que recentemente foram roçadas para que o capim do pasto do gado se restabelecesse, levando-se em conta que o gado foi transportado para a outra margem do rio Manaquiri-AM (Carlos, 2001). Foi nesse espaço que foram observados somente vestígios arqueológicos cerâmicos.

Estimou-se que o uso do local onde há vestígios arqueológicos, numa área de 100mx150, apresenta a seguinte distribuição: estão definidos 20% (vinte de porcentagem) para área residencial; 30% (trinta por cento) em uso de plantações introduzidas para a serventia do casal em diferentes funções, e 50%(cinquenta por cento) em uso de pasto do gado, conforme o **gráfico 1**.

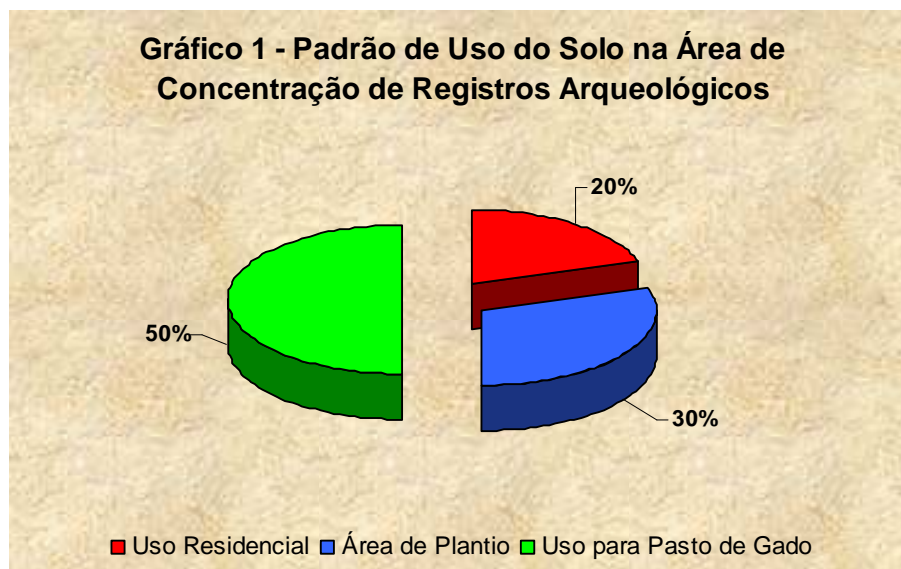


Gráfico 1 - Padrão de uso do solo na área de concentração de registros arqueológicos

Fonte: Dados de campo 2010

Desse modo, avalia-se que as percentagens aferidas por meio de passos e os poucos vestígios em superfície explicariam o baixo uso de intervenção no solo. Assim, os vestígios que estão soterrados pelas práticas de uso do solo estão, de certa forma, protegidos.

3.4.2 Localidade Igarapé do Cai n'Água – Sítio São Jorge

Anteriormente a localidade era conhecida pelos primeiros moradores como *Igarapé da Preciosa*. Posteriormente, por meio de ventos socioculturais e afetivos, passou a ser conhecido como igarapé do Cai n'Água, como segue

É uma coisa engraçada, o meu pai foi o personagem desse episódio, ele gostava de uma cunhantã que morava nas proximidades da casa dele. Toda boca da noite ele ia lá. Encostava a montaria (canoa) debaixo de uma árvore de marimari; esta árvore ficava no caminho do porto da casa da dita cunhã, né? Então, as coisas andavam com tranquilidade até que certo dia o pai dela, que já vinha observando os passos dele, então para não ser visto, o jeito que ele deu foi cair

n'água do igarapé, que naquela época à noite era muito fria. Mas salienta que nunca tocou no assunto; a conversa era contada por outras pessoas que observaram o evento. (Senhor Edmilson, 76 anos, aposentado, agricultor e pescador, comunidade do Cai n'Água, set. 2010)

A partir desse evento, o igarapé passou a ser conhecido por Cai n'Água. Reside no local desde 1988; antes morava numa área de várzea denominada de Lago do Caioê; as frequentes cheias a levaram a adquirir o terreno, no qual cultiva roçado de maniva, consorciado com outros plantios como o cará, a banana, a macaxeira, a batata-doce, o pepino e o milho, além de utilizar uma pequena parte do terreno para o pasto de gado; não utiliza nenhum tipo de atividade com máquina; a supressão da vegetação é feita por meio tradicional, ou seja, na forma de derrubar com facão a vegetação menor; e para a maior usa o machado. Devido ao fato de o terreno ser pequeno, não há área de floresta; todo o espaço é utilizado em atividades de plantio e no pasto para o gado.

Quanto à relação com os vestígios arqueológicos, defende que, quando chove ou está preparando o solo para o plantio, é comum encontrar fragmentos cerâmicos. Dissera que, próximo à residência, há uma pequena área em que há manchas de solo de terra preta. Mas, até então, sabia, por meio de narrativas proferidas por seus bisavôs paternos, que o local era uma “aldeia” ou malo dos índios.

Além das atividades citadas, o casal de aposentados dissera que recentemente a sua esposa, dona Raimunda, exercia a atividade de oleira (Monteiro, 1957). Ela descreve as variedades de artefatos que fabricava:

Há dois anos eu ainda estava com saúde perfeita; hoje, já não faço mais as vasilhas de barro. Mas, por quarenta anos aproximadamente, fiz as vasilhas que perdi a conta de quantos fiz. Eu fazia pote, bilha, moringa, terrina, cuias, fogareiro, alguidar, prato, bacia, fogareiro para defumador de borracha de seringa, torrador para café, torrador para assar beiju, panela para cozinhar peixe no tucupi, cachimbo, gaponga para pescaria, travessa para

lavar peixe, balde grande para depositar leite de gado. Eu aprendi, a fazer e queimar as vasilhas com a minha mãe; na época nós, as mulheres, éramos forçadas a fazer os deveres de nossa mãe. Hoje, poucas pessoas ainda fazem as panelas de barro; a mulherada lá do Mirauá [Lago de várzea, a sudoeste do terreno de Dona Raimunda] fazem os fogareiros, mas os bichos são sem talhos. (Dona Raimunda 79 anos, aposentada, ex-oleira, moradora da comunidade Cai n'Água, set. 2010).

De fato, ainda há alguns exemplares de atividades da ex-oleira. Durante a entrevista semiestruturada, Dona Raimunda, 79 anos, relatou vários testemunhos sobre a arte ceramista. Inicialmente é necessário que a oleira tenha tempo disponível, pois o primeiro passo é coletar a argila, pois os locais de coleta ficam nas áreas de várzeas, as quais só estão fora d'água entre os meses de novembro e de dezembro, então é preciso correr contra o tempo, senão se pode ficar sem a matéria-prima (a argila) para a fabricação das cerâmicas; o segundo é o procedimento de acondicionar as “bolas” de argila; se não estiverem protegidas, não servirão para a produção de vasos; o terceiro é a busca do caraipé (Monteiro, 1957), que também requer certa habilidade para se identificar a espécie na floresta de várzea; o quarto diz respeito ao fato de que quem é oleira tem de se dedicar, pois fabricar vasos de argila requer cuidados especiais, senão o trabalho se torna inútil, visto que, ao levá-los ao fogo, pode-se perdê-los, ou seja, os vasos se fragmentam; o quinto, quanto ao uso do *jutaí-sica*, requer domínio de seu manuseio. Essas etapas são primordiais para que os vasos tenham uma capacidade de durabilidade de uso em diversas funções pelas sociedades.

Na casa do casal, observou-se que, no interior e no entorno da residência, há alguns deles expostos para atividades afins da família, para depósito de água, de uso na cozinha e de bebedouro de animais. No entanto, mesmo havendo outro mecanismo para depositar água potável, a preferência ainda é pelo uso do tradicional pote, conforme as **figuras 32 a 35**.



Figura 32 - Pote contendo água para o uso do casal

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Obteve-se permissão para avaliar o artefato. Segundo Dona Raimunda, o pote tem aproximadamente três décadas, sempre com as mesmas características; realizou-se uma medição sem muita precisão, mas se obtiveram as seguintes medidas: 75 cm de altura por 50 cm de bojo; com quatro alças, medidas em 12cm; o gargalo de 25cm de abertura; a forma da base plana de 20cm; pasta avermelhada, queima oxidante; técnica de manufatura, roletes (cordões) sobrepostas; polimento, com caroço de inajá (*Maximiliana regia*); banho de resina de *jutaí-sica*, na parte externa; tempero caraipé (*Licaria utilis*).

As características do pote têm certas similaridades à cerâmica arqueológica encontrada nas confluências dos rios Negro e Solimões. Dona Raimunda, durante a entrevista, salienta que a arte de fazer cerâmica na área do Manaquiri-AM, possivelmente, atravessa de dez ou mais gerações. Então, fazendo uma adição hipotética, supondo que cada geração tenha sobrevivido 80 anos, possivelmente essa tradição ceramista tem pelo menos 800 anos de intensa interação com a técnica.

Em 1957, o pesquisador Mario Ypiranga Monteiro identificou algumas senhoras que trabalhavam na confecção de cerâmicas em Manaquiri. Dentre as senhoras,

Uma dessas oleiras é a senhora Leonor Marque da Silva, do lugar “Conceição”. Seus oitenta anos bem vividos não a impedem de dedicar-se ao trabalho, que exerce com requintada probidade e polido acabamento (MONTEIRO, p.6, 1957)

Mas, possivelmente, a tradição pode estar chegando ao ponto de estagnação, pois as oleiras não estão conseguindo repassar as técnicas; assim é uma memória ou herança cultural (Lévi-Strauss, 1989) que está ameaçada de desaparecer.



Figura 33a e 34b - Alguidar impermeabilizado por *jataí-sica* (interna-figura 33a) e polido com engobo branco (externa - figura 34b).

Foto: Carlos A. Silva. 2010

O alguidar estava próximo à pequena casinha onde são feitas as refeições do casal. Indagou-se por que elas ficam expostas, e a informação de Dona Raimunda é de que é comum os moradores do interior exporem os artefatos, pois o contato em ambientes abertos pode contribuir para a durabilidade do artefato. O alguidar tem as seguintes medições: 70 cm de abertura; 45 cm de altura; 25 cm de base; a base plana; pasta acinzentada, queima oxidante; o tempero não foi identificado; técnica

de manufatura, com cordões (roletes); polimento, engobo branco (parte externa) e banho impermeabilizante (parte interna) de jutaí-sica; na borda e no meio da parede do alguidar, está circundada por cordões (roletes) para evitar que o artefato se desmorone durante o acabamento. Os pontos pressionados com o dedo indicador da ceramista são para fixar o cordão na parede e na borda do artefato. É uma estética que tanto dá destaque ao vaso como protege o artefato enquanto a pasta se encontra mole. Outra função dos cordões é quanto ao artefato que é utilizado, pois é uma forma de transportá-lo, porque eles não o deixam ficar escorregadio.



Figura 35 - O casal de aposentados; Dona Raimunda, 79 anos, ex-ceramista

Foto: Carlos A. Silva. 2010



Figura 36 - “Panelão” utilizado para depositar leite de gado

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Pelo fato de o artefato (panelão) estar sobre um banco, não foi possível fazer qualquer anotação no que tange à sua morfologia; realizou-se somente o registro fotográfico. O não manuseio foi para evitar qualquer dano ao artefato.

Dona Raimunda, gentilmente, exibiu alguns arranjos que ela utilizava na confecção dos artefatos cerâmicos

(figura 37).

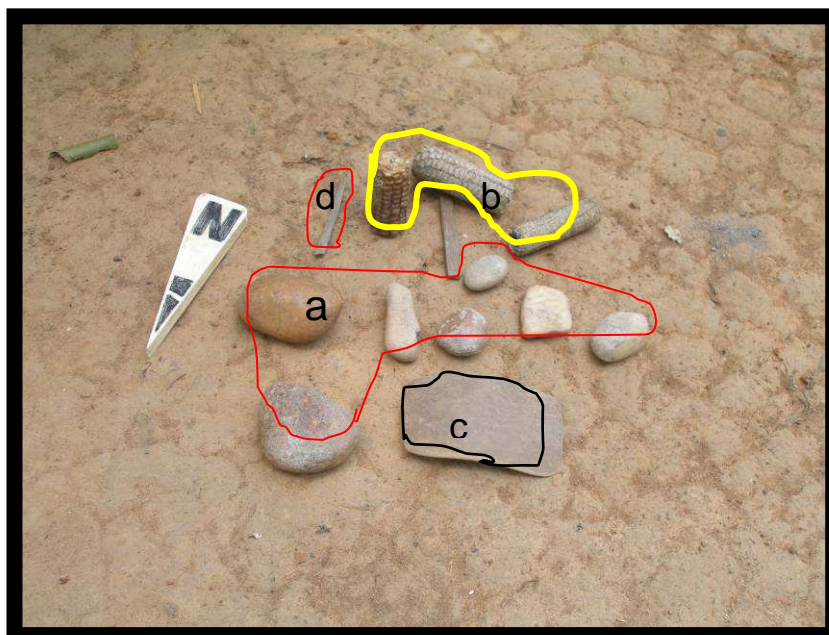


Figura 37 - Arranjo de Dona Raimunda na confecção de cerâmica

Foto: Carlos A. Silva. 2010

A **figura 37** assinala os arranjos utilizados pela ex-ceramista ao confeccionar artefatos cerâmicos, como segue a) seixos utilizados para polir a cerâmica; b) sabugo de milho utilizado para molhar a cerâmica e polir; c) cuiapé (fragmentos de cuiá) para fazer o corte nas arestas do artefato e d) fragmento de paracúba para fazer incisões na cerâmica. Os arranjos, segundo Dona Raimunda, são essenciais para a ceramista.

Quanto ao levantamento das plantações existentes no terreno, não foi possível realizá-lo devido ao fato de o senhor Edmilson ter tido compromisso no Centro Social da Comunidade. Por isso, observou-se somente a dispersão de vestígios arqueológicos em superfície.

3.4.2.1 Descrição do Sítio Arqueológico São Jorge

O sítio está localizado à margem direita do igarapé Cai n'Água, numa área de terraço (Campos & Soares, 2009). A coordenada geográfica é S 03°27'38.9" – W 60°30'55,1"; o sítio cerâmico está associado a manchas de *terra preta de índio*, com vários fragmentos dispersos numa área que se estimou, por meio de passadas, em 100mx120m. Os maiores números de cerâmicas em superfície são compostos de bordas, paredes, alças, bases, mas com poucas decorações. Na caminhada, avaliou-se que cerca de 15% (quinze por cento) do terreno são utilizados na introdução de diversas plantas, como castanheiras, pupunha, jutaí, abacate, andiroba e outras; ademais, na residência do casal de aposentados, já quanto a atividades na agricultura familiar (Noda, 2009), avaliou-se que são estimados 25% para plantação de roça, cará, pepino e outros. O restante, 60%, é destinado para pasto de gado. Segundo informação do senhor Edmilson, ele tem um plantel de 30 cabeças de gado. Assim, é necessário campo com pasto para manter o gado nos meses de cheia do rio, conforme a distribuição demonstrada de ocupação contida no **gráfico 2**.

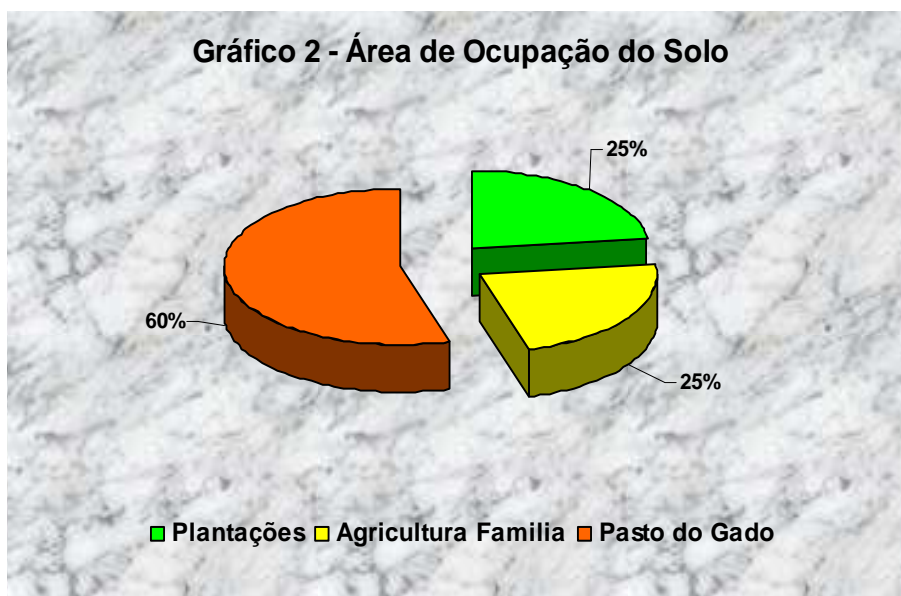


Gráfico 2. Área de ocupação do solo
Fonte: Dados de campo set. 2010

Na área onde está localizado o Sítio São Jorge, segundo o Senhor Edmilson, pelo fato de o uso do solo ser usado sem a presença de máquinas para arar a terra em atividades de agricultura familiar (Noda, 2009), além da relativa dispersão dos vestígios em superfície no espaço de 100mx120m, percebe-se que as atividades desenvolvidas na área provocam impacto não muito elevado nos vestígios arqueológicos. Assim, essas ações, se continuarem nesses níveis de até então, presenciados no ato da entrevista, de certa forma continuarão prolongando a existência do sítio arqueológico.

3.4.3 Descrição do terreno Bela Vista

O nome dado ao espaço (Carlos, 2001) justifica-se por estar na boca do igarapé Cai n'Água, à margem direita, num terraço (Campo & Soares, 2009). No local são cultivadas hortaliças (pimenta de cheiro, quiabo, maxixe, pimentão, tomate), banana, jerimum, macaxeira, mandioca, abacate, milho, feijão. Ocupa o terreno há mais de 28 anos. Nos anos 70 do século passado, a área do terreno foi ocupada para pasto de gado; hoje a ocupação é utilizada para fins de agricultura familiar (Noda, 2009), com residências e com atividades agrícolas.

Na vistoria realizada por meio de caminhada na área de plantio, puderam-se observar vários fragmentos cerâmicos junto às fileiras de solo preparado para o plantio de hortaliça em terra preta (**figura 38**).



Figura 38 - Solo de Terra preta preparado para o plantio de hortaliça
Foto: Carlos A. Silva. 2010.

3.4.3.1 Descrição do Sítio Arqueológico Bela Vista

Sítio cerâmico associado à *terra preta de índio*, à margem direita do igarapé Cai n'Água, com dimensão estimada, por meio de passada, de 250mx300m. Na área, identificaram-se, entre os plantios de bananeiras e de açaí, vários fragmentos cerâmicos simples e decorados. Segundo Dona Tomé, 58 anos, durante a entrevista, informou que, assim que fora residir no local, era comum encontrar vestígios cerâmicos e materiais associados a chumbo ou metal.

Quando meu marido fazia caieira [são vários fragmentos e hastes de madeiras, cobertos por solo, e depois é posto o fogo; após três dias começa a extrair carvão] que escavava a terra, encontrava muitos objetos: caretas de macaco, bonecos com orelhas, nariz, pernas, mãos parecidos com gente, mas os meus curumins [meninos] e as cunhatãs [“cunhatã”, meninas] que brincavam com os objetos de barro, mas o meu avô dizia que aqui era aldeia de índio. (Dona Tomé 58 anos, viúva, aposentada, moradora da comunidade Cai n'Água).

Durante a caminhada, identificaram-se realmente vários fragmentos de cerâmica arqueológica e pacote de terra preta. Devido a esses elementos, classificou-se de sítio de alto potencial arqueológico. Quanto às caretas (Lima, 2009) e às peças antropomorfas, não houve detecção. Mas, dentre os vestígios encontrados por Dona Tomé – um deles ela ainda guarda –, não soube explicar o porquê disso (**figura 39**).



Figura 39 - Peça de metal encontrada por Dona Tomé

Foto: Carlos A. Silva. 2010.

Percebeu-se, por meio de caminhada e de entrevista semiestruturada, que o sítio é arqueológico e histórico. No que tange ao uso do solo, é intenso e foi classificado em duas unidades: a primeira diz respeito à área de residência, que ocupa 10% (dez por cento); e a segunda é de atividades agrícolas, cujo uso é de 90% (noventa por cento). Assim, há 100% (cem por cento) de uso do solo. Por outro lado, não há o uso de máquina para ará-lo. Toda atividade se dá por meio de práticas de supressão vegetal com o uso do facão e do machado. Segundo informação da entrevistada, não há mata “virgem”, até porque a área de paisagens (Baleé, 2006) vem sendo transformada há milênios. **O gráfico 3** explica a distribuição de fatores de ações na área de dispersão do sítio arqueológico:

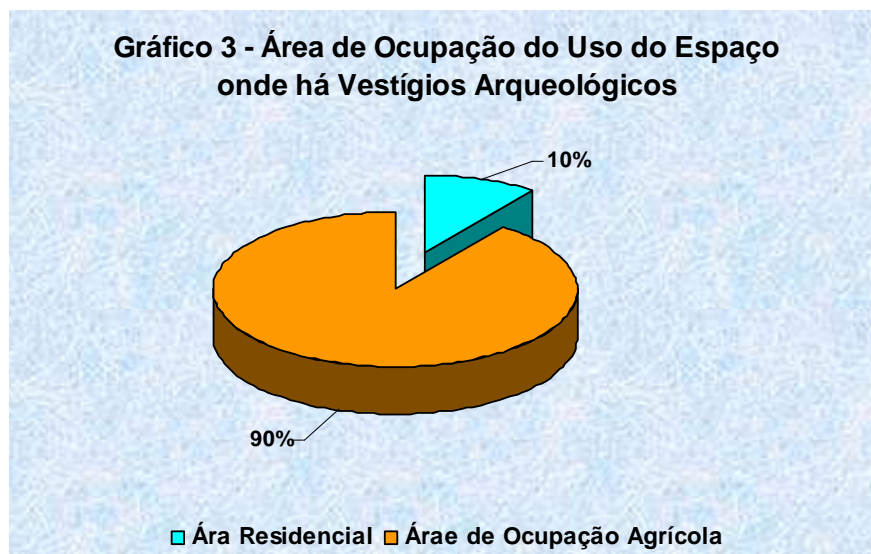


Gráfico 3 - Padrão de uso do espaço onde há vestígios arqueológicos
Fonte: Dados de campo, set. 2010.

No que toca às ações de impactos ao solo, conforme a interação realizada no momento da entrevista, percebeu-se que os níveis de destruição do sítio continuam com pouca ameaça de perturbação, mesmo com as atividades descritas acima, se o material que estiver enterrado a partir de 60cm a 100cm.

3.4.4 Descrição do Sítio Arqueológico Santa Maria

Sítio cerâmico localizado à margem direita do rio Manaquiri, no sentido da sede social da comunidade Cia N'Água; a coordenada é S 03°29'04.9" – W 60°30'50.6", em uma parte alta com muitas árvores introduzidas pelo morador. A entrevista revelou que as atividades desenvolvidas na área do terreno são poucas, haja vista que o terreno é ocupado por duas atividades: a primeira por seis meses a cada ano; a outra é constante em atividades de plantio de manivas (mandioca). Pelo fato de o proprietário estar trabalhando, só se realizou uma caminhada até a casa de farinha, que fica a cerca de 60m da residência do casal de aposentados, no sentido leste. Foi no terreiro (área limpa em torno da casa) da casa de farinha que se identificou uma lâmina de machado (**figura 40**).



Figura 40 - Lâmina de machado em superfície

Foto: Carlos A. Silva. 2010.

A lâmina, cujas dimensões variam de 40cm a 15cm, na parte do cabo, apresenta-se quebrada; encontrava-se quase debaixo da casa de farinha, devido à água pluvial, que desce das palhas de cobertura da casa de farinha e, gradativamente, foi expondo o artefato, o qual também estava próximo de uma das gamelas onde é depositada a massa de mandioca, que, por sua vez, produz bastante água. Assim, quando não há chuvas, a peça é escavada pelas águas produzidas durante as atividades na casa de farinha (**figura 41**).



Figura 41 - Lâmina de machado sendo escavada pelas águas pluviais

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Por dois fatores não foi feita caminhada em toda área do terreno: o primeiro devido ao fato de o proprietário não estar presente; o outro em função de o capim do pasto do gado dificultar o acesso. Assim, não foi possível estipular integralmente a dispersão de vestígios. Contudo se estipulou em cerca de 100mx140m a dispersão de vestígios. Por esse motivo, classificou-se o sítio como de médio potencial. Também não foi possível estipular, por meio de passadas, a porcentagem, com certa segurança, no que tange às áreas de pasto e de roças, mas se estipulou em cerca de 10% de residências; 80% de pasto; e 10% de roçados e de outras plantações. Todavia, por meio de narrativa da proprietária do terreno, identificou-se uma antiga cavidade no solo, sobre a qual Dona Maria Felicidade, 58 anos, narra:

Moro aqui há 58 anos; no terreno os meus avôs contavam que o buraco foi feito pelos índios, os primeiros moradores do terreno. O buraco era para guardar tartaruga, que meu avô chamava de curral. Logo que eu comecei a me entender como pessoa, no grande buraco, os meus pais jogavam restos de comidas, pedaços de vasilhas de barro e as folhas das árvores para fechar o buraco. Hoje, quase não aparece mais. (Dona Maria Felicidade, 58 anos, aposentada, moradora da comunidade Cai n'Água).

De fato, mesmo pelas intensas atividades, ainda há poucos sinais do desnivelamento do terreno. A prática de acondicionar quelônios foi utilizada pelas populações beiradinas (as pessoas que residem na beira dos rios da região, no Amazonas) no período pré-colonial e pós-colonial. Esse procedimento era possivelmente feito para, durante as cheias dos rios e dos lagos, a pesca ser dificultada, devido às grandes extensões que são formadas nas florestas de igapós e de várzeas (Ab'Sáber, 2008). Essa prática pode explicar o uso dos recursos naturais de modo sustentáveis.

3.5 Descrição do Sítio Arqueológico São Francisco

Sítio cerâmico a céu aberto, localizado à margem direita do rio Manaquiri, no sentido do sítio Santa Maria e próximo da boca do igarapé Mosquiteiro. Fica numa área alta, cercada por dois outros igarapés que o dividem em duas partes. Na parte que está ao norte em relação ao rio Manaquiri, durante a caminhada, identificaram-se manchas de terra preta. Não obstante, recentemente, na área do campo de pasto de gado, houve a supressão da vegetação. Assim, inviabilizou-se a identificação de vestígios cerâmicos em superfície. As áreas de maiores ocorrências de resquícios estão próximas ao curral do gado e no entorno da residência (**figura 42**); calculou-se, por meio de passadas, a dispersão de vestígios em cerca de 200mx150; estimou-se que o sítio é de médio potencial; a coordenada é 03°28'44.5" – W 60°31'05.1".



Figura 42 - Vestígios cerâmicos próximo ao curral do gado

Foto: Carlos. A. Silva 2010

A maior concentração de atividades no terreno é de pasto de gado, o qual permanece nele por praticamente por seis meses, durante a subida da cheia do rio. A outra atividade no terreno se dá em plantações de limão, laranjeiras, coqueiros, goiabeiras, mangueiras, andiroba e plantas medicinais (Fraxe, 2010). As plantas medicinais são cultivadas em jiraus ou na boia da casa flutuante. Em toda a área do terreno, que é ocupado pelo casal há 20 anos, houve o processo de desmatamento (Diegues, 1999). A esse respeito, a senhora narra:

O terreno eu considero como algo importante pra mim, pois, aqui, vivo bem, é só procurar trabalhar conforme é determinado pelas ações do tempo. Sempre gostei de morar no interior. Aqui, tenho quase tudo, pois o principal é a saúde da gente. Assim se busca a realização por meio do nosso trabalho. (Dona Nilza, 57 anos, casada, aposentada, moradora da comunidade Cai n'Água).

A narrativa tem a ver, em verdade, com o estilo de vida que é alternado pelas ações da subida e da descida das águas, pois, a cada temporada, as mudanças no ritmo das águas do rio são tomadas como medidas para compensar e/ou replanejar novas formas de interagir no tempo-espaço (Carlos, 2001). Assim, quanto à

ocupação do terreno, chegou-se à seguinte caracterização: 60% (sessenta) para o pasto do gado; 10% (dez por cento) em residências; 30% (trinta por cento) em plantações, como bacaba, jenipapo etc. (**figura 43**).



Figura 43 - Bacabeira introduzida como elemento de transformação de paisagens

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Desse modo, percebeu-se que as espécies de árvores nativas foram substituídas por espécies domesticadas pelo homem (Neves, 2006). Essas espécies têm duas funções básicas: a primeira de contribuir na dieta alimentar e na medicina popular, como é o caso do uso costumeiro de essências de andiroba e de copaíba em diversas atividades no seio da família. A outra se deve ao fato de que as árvores incorporam novas paisagens ou transformações (Ballé, 2006).



Gráfico 4 – Distribuição do uso do solo
Fonte: Dados de campo, 2010

3.6 Descrição do Sítio Arqueológico Sant'Ana

Sítio cerâmico a céu aberto associado a manchas de terra preta de baixo potencial arqueológico. Localizado na boca do igarapé homônimo, há dispersão de vestígios arqueológicos em cerca de 100m x 80m; a coordenada é S 3°26'54.6" – W 60°31'17.2". O terreno é utilizado em pasto de gado, em plantações de roças, estruturado para serviços de construção naval. As residências são casas flutuantes e ficam atracadas paralelamente à margem direita do igarapé, na parte sul do terreno. Segundo informação do senhor Raimundo, há florestas que, nos últimos 60 anos, não foram utilizadas em roçados.

Na caminhada com a participação do senhor Raimundo, ele saiu pontuando os locais onde foram feitas antigas roças e, após a retirada delas, a área era incorporada ao pasto do gado. Durante o processo de supressão vegetal e as atividades de plantio de manivas, era comum encontrar vestígios cerâmicos, consoante narra:

Meu senhor, o meu terreno daqui da terra firme é cheio desses cacos, que acredito ser dos nossos irmãozinhos que viveram aqui, e o outro da várzea [várzea], tenho como se fosse o meu símbolo de vida; é deles que eu venho nos últimos 60 anos retirando o meu sustento e de minha família. Os terrenos são pra nós a alma e o coração de alimentar as vidas; assim, tenho muito cuidado de zelar pelos animais e a terra. Como você vê tudo aqui tem o seu cantinho. Só uso a terra para produzir, não derrubo árvores, porque quero; só faço por necessidade. Creio que o homem deve ter sentimento pela vida; uma árvore é uma vida que sustenta os peixes ou faz sombra pra gente, né, meu senhor? (Senhor Raimundo Pires, 80 anos, morador da comunidade Cai n'Água).

Realmente, a área ocupada por pasto para gado, para o estaleiro naval e para as outras plantas está distribuída em setores previamente planejados. Foi por meio de planejamento que se transferiu a casa de farinha do alto do sítio para a área da boca do igarapé Santa'Ana. E, conforme a dispersão dos vestígios em superfície, estimou-se que o sítio arqueológico é utilizado 60% (sessenta por cento) para pasto de gado; 30% (trinta por cento) em plantações de espécies vegetais; 10% (dez por cento) na atividade de carpintaria naval (**figura 44**); a distribuição padrão de uso do solo pode ser visualizada no gráfico 5.



Figura 44 - Estrutura de madeira para realizar serviços de carpintaria naval. Ao centro, o senhor Raimundo Pires, informando a serventia da estrutura.

Foto: Carlos A. Silva. 2010.

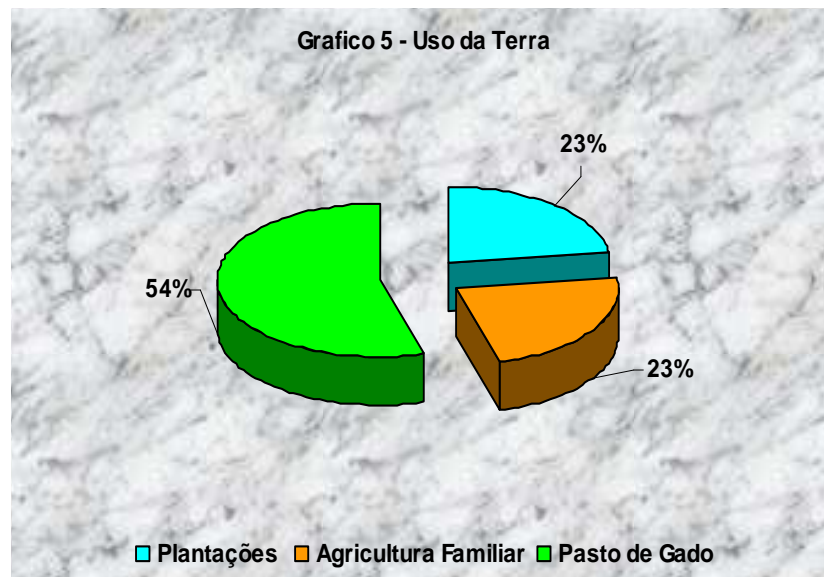


Gráfico 5 - Uso da terra
Fonte: Dados de campo set. 2010

3.7 Descrição do Sítio Arqueológico Porto Jurará

Sítio cerâmico a céu aberto, associado a manchas de terra preta; o solo apresenta-se argiloso; próximo à residência havia um corte, o qual estava sendo escavado pelo proprietário do terreno para o uso de fossa céptica (**figura 45**). O corte foi feito próximo à parte íngreme de acesso ao caminho do porto. Segundo informação do proprietário, o senhor Francisco (comunicação oral, 2010), a escolha do local do corte foi no sentido de preservar as raízes das árvores que estão no entorno da residência.

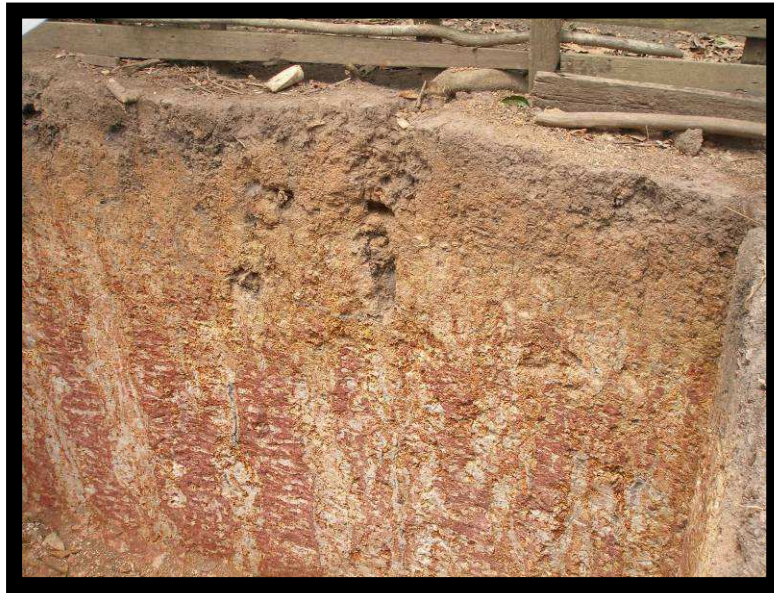


Figura 45 - Perfil escavado pelo proprietário para alocação de fosso séptico

Fonte: Carlos A. Silva. 2010

O sítio está localizado na boca do igarapé do Jurará, numa parte alta; a coordenada é S 03°26'54.6" – W 60°31'17.2". Esse local foi conhecido pelos moradores como "Sobradinho", pelo fato de, na área, no início do século passado, ter sido construída uma casa de dois pavimentos. Por causa desse fato, o lugar-espaço (Magalhães, 2005; Carlos, 2001) passou a ser chamado de Sobradinho. No entanto, hoje, quase não se refere ao lugar como tal. A caminhada realizou-se por meio de autorização do proprietário, mas não foi possível realizá-la por toda a área do pasto do gado pelo fato de o capim dificultar a percepção de vestígios arqueológicos em superfícies. Assim, a área em que se identificou maior intensidade de vestígios cerâmicos foi junto às raízes de árvores de jenipapeiro; os fragmentos cerâmicos foram caracterizados como simples e decorados (**figura 46**).



Figura 46. – Fragmentos cerâmicos em superfícies

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Por meio de passadas, estipulou-se a dispersão de vestígios por uma área de 120mx100m. Desse modo, o sítio arqueológico é de média intensidade e multicomponencial em virtude de haver, possivelmente, duas interações com o meio ambiente (Moran, 2008) de tradições ceramistas (Magalhães, 2005), as quais são a *Paredão* e a *Tradição Policroma da Amazônia* (Lima, 2009; Neves, 2006).

No terreno, as atividades desenvolvidas são o pasto para o gado; as plantações de roças de maniva, banana, cará e árvores foram introduzidas pelo proprietário para a utilização de arvoredo pelo gado ou para contribuir com a dieta alimentar, como é o caso das plantações de palmeiras – a pupunha, o açaí, a bacaba e o tucumã. Toda a área do terreno, segundo informação do proprietário, senhor Francisco (comunicação, verbal, 2010), foi suprimida em função da necessidade de produzir recursos para proporcionar a melhor contemplação na produção de agricultura familiar (Noda, 2009). Assim, estipulou-se o uso do terreno em percentagens: 50% (cinquenta por cento) para o pasto de gado; 30 (trinta por cento) em cultivos da agricultura familiar; 10% (dez por cento) em residências; e 10% (dez por cento) em área de lazer, conforme o **gráfico 6**. Outra característica do lugar, segundo o senhor Francisco narra, é que

Os antigos moradores contam que, nas altas temporadas de seca do rio, defronte do porto da minha casa havia um grande buraco, que atraía as pessoas para observar, mas nunca foi visto algo diferente; a suposição que poderia ser de um bicho qualquer. (Senhor Francisco Pires, agricultor, pescador, morador da comunidade Cai n'Água, set. 2010).

Essa característica de descrições que referenda as teias de informações de lugares “impróprios” pode ser um dos elementos que contribuíram e/ou ainda contribuem para diminuir o grau de desmatamento em algumas áreas na região (Diegues, 1999), onde a base produtiva é o estilo tradicional.

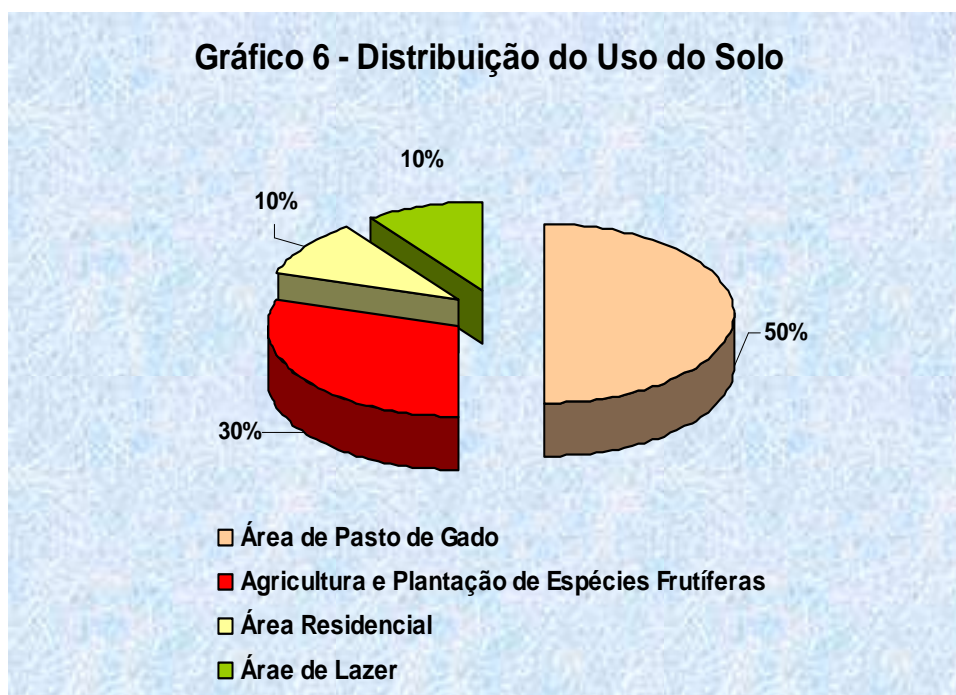


Gráfico 6 - Distribuição do uso do solo

Fonte: Dados de levantamento de campo, set. 2010

3.8 Descrição do Sítio Arqueológico (Centro Social da comunidade Cai n'Água)

Sítio cerâmico associado à terra preta, a céu aberto, localizado à margem direita do rio Manaquiri-AM, numa parte alta; a coordenada é S 03° 28'20.3" – W 60°38'28,0". A entrevistada (**figura 47**), a senhora Altarisa, 82 anos, revela:

Moro aqui nesta área desde que nasci em 1928. Durante esses anos, muitas pessoas moraram aqui, algumas delas já são falecidas, outras foram residir em Manaus; eu sempre morei aqui, gosto daqui. Sempre me deparei com muito caco de barro; a minha família fazia objetos de barro; naquele tempo era a única maneira de ter vasilhas em casa. Hoje, quase não se vê mais. (Dona Alterisa, aposentada, moradora da comunidade Cai n'Água, set. 2010).



Figura 47 - Dona Altarisa Oliveira de Matos descreve o prazer de estar presente na mudança do lugar

Foto: Carlos A. Silva. 2010

A área na qual se identificaram os vestígios arqueológicos abarca acerca de 80mx100m. No entanto a vegetação composta por vários cipós e limorana inviabilizou a mostra de dispersão de vestígios. A área é ocupada por acerca de 25 famílias, conforme atesta o senhor Antônio (comunicação oral, set. 2010), em

ambientes de lazer, de igrejas, de escola e de serviço de saúde (**figura 48**). Assim, a sua distribuição apontou 80% (oitenta por cento) em residências, 10% (dez por cento) em áreas de lazer; na escola e na saúde, 10% (dez por cento) da vegetação são compostas de uma variedade de cipós, conforme a distribuição no **gráfico 7**.



Figura 48 - Crianças brincando e ao fundo as edificações da escola e da igreja

Foto: Carlos A. Silva. 2010

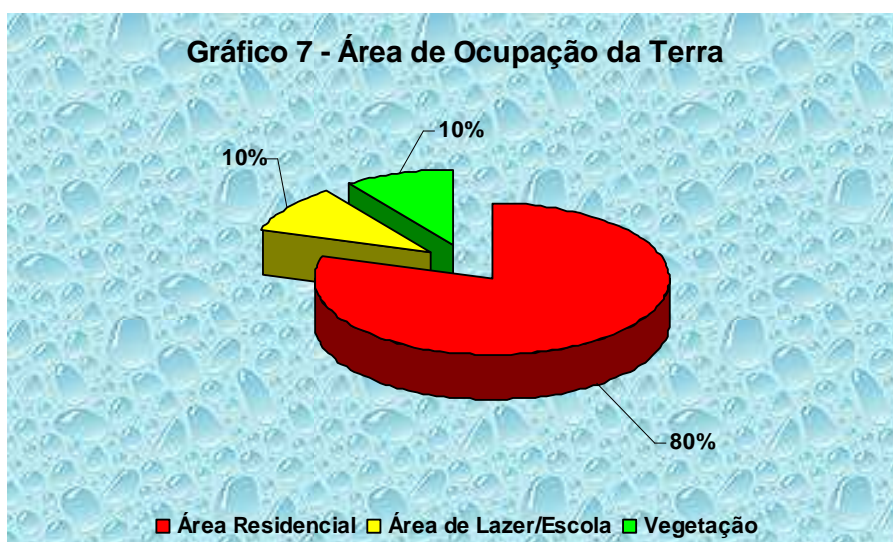


Gráfico 7 – Área de Ocupação da Terra

Fonte: Dados de campo, 2010

3.9 Descrição do Sítio Arqueológico Igreja de São Francisco

Sítio cerâmico associado à terra preta, a céu aberto, localizado na entrada do igarapé do Mosquiteiro, à margem direita, prolongando-se na margem direita do rio Manaquiri, no sentido de juntar-se ao sítio arqueológico Centro Social da Comunidade Cai n'Água, na coordenada S 03°28'20.3" – W 60°31'28.0"; a área é de terra firme (**figura 49**). O local é composto de mata de capoeira (Noda, 2007), que, por meio de passadas, estipulou-se ser aproximadamente 300mx100m. Por outro lado, devido ao fato de a mata de capoeira estar bem densa e, nessas áreas, ser comum o surgimento de serpentes – tais como jararaca, surucucu e outras –, não se realizou a caminhada em toda a área de possíveis dispersões de vestígios arqueológicos, ou seja, a continuação do sítio. Assim, a hipótese é de que somente 20% do sítio estejam sendo usados em pasto de gado; o restante, 80% (oitenta por cento), vêm mantendo-se preservados, conforme a distribuição no gráfico 8.

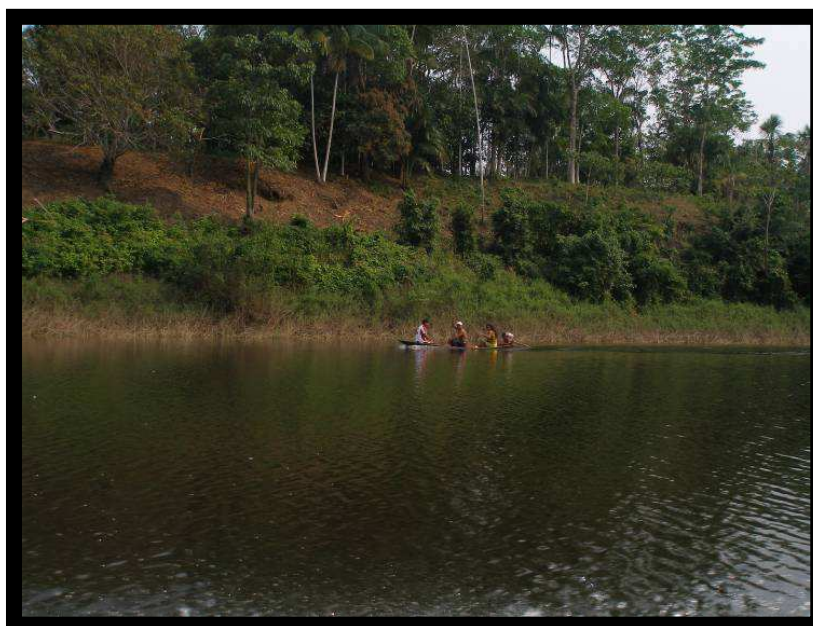


Figura 49 - Área de pasto de gado na área de terra firme

Foto: Carlos A. Silva. 2010

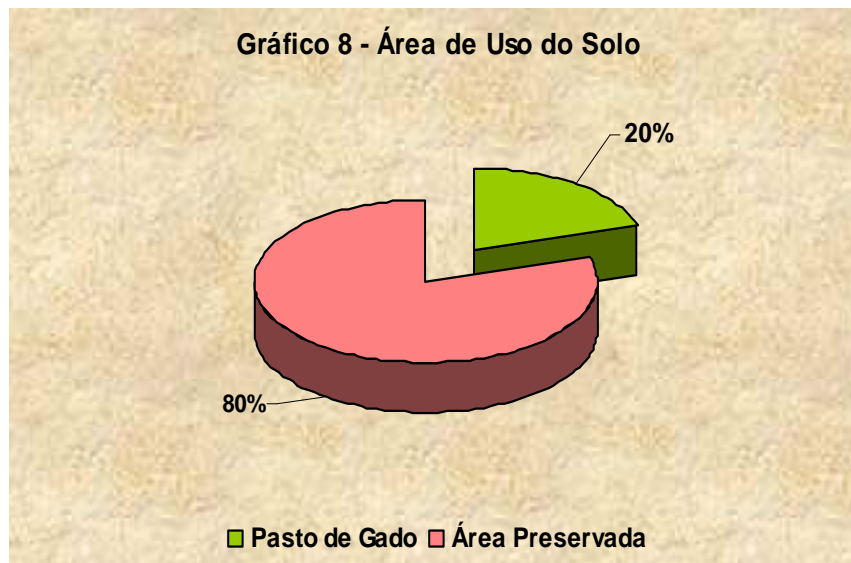


Gráfico 8 – Área de Uso do Solo

Fonte: Levantamento de campo set. 2010

3.10 Ocorrência Arqueológica (comunidade Caminhando com Cristo)

A comunidade Caminhando com Cristo fica ao sul da comunidade Cai n'Água. Na localidade denominada de Cururu, na coordenada S 03°29'33.5" – W 60°35'43.8", o local é de várzea. Na área, identificaram-se ocorrências de vestígios de fragmentos cerâmicos, e o local é a antiga localidade que servia de base de entreposto das pessoas que moram em outra comunidade denominada de Inajá. Na entrevista com o senhor Raimundo Nonato, ele narrou o seguinte:

A comunidade Caminhando com Cristo é o novo nome dado pelos moradores da localidade, mas o nome anterior era Santa Luzia; a troca foi porque todos os moradores hoje são evangélicos. Antigamente, contam as pessoas mais velhas, que o lago do Cururu era um local de passagens das pessoas que vinham do alto rio Manacapuru para irem até ao rio Madeira, durante as cheias dos rios, para trocarem principalmente árvores de manivas, batata, sementes de jerimum, milho e cará de planta. (Senhor Raimundo Nonato Oliveira de Freitas, agricultor, morador da comunidade Caminhado com Cristo).

Apesar de a área ser de várzea, na caminhada, apenas se identificou um único fragmento cerâmico bastante erudito, próximo ao acesso do caminho do porto da residência, além de alguns fragmentos de material lítico (**figura 50**). As evidências são importantes, pois, possivelmente, apontam que esses artefatos eram utilizados pelas populações pré-coloniais.



Figura 50 - Fragmento lítico encontrado no pasto do gado

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Não estava previsto realizar-se entrevista fora da área previamente delimitada na etapa de campo, que foi realizada em dezembro de 2009, mas, para se testarem as informações proferidas na oportunidade pelos moradores, decidiu-se realizá-la na área do lago do Cururu sobre as possibilidades de haver os vestígios arqueológicos. Em verdade, a área no passado pré-colonial foi certamente bastante interagida (Moran, 2008).

3.11 Sítio Arqueológico Santo Antônio

Sítio cerâmico a céu aberto, localizado à margem direita do rio Manaquiri, numa parte alta, na coordenada S 03°27'41.1" – W 60°31'24.3". A área é ocupada

por atividades de agricultura familiar (Noda, 2009) e pelo pasto para o gado. Na agricultura, são cultivados cará, banana, mandioca, jerimum, macaxeira e outras plantações e espécies frutíferas como cupuaçu, cacau, castanha, pupunha, açaí, bacaba, tucumã, uixi e bacuri. Já as plantações são cultivadas para serem introduzidas no tratamento no campo da medicina popular, como a andiroba, a copaíba, e nos canteiros (termo utilizado pelas mulheres que cultivam plantações suspensas em jiraus, vasos, canoas ou nas boias das casas flutuantes etc., na Amazônia Central). No canteiro, há uma variedade de plantas medicinais, tais como hortelãozinho, arruda, urubucação etc.

Entretanto, em virtude de a área estar coberta por vegetação composta de limorana e outras espécies de ervas daninhas, não se realizou a caminhada na região total do terreno. Limitou-se a fazê-lo onde o solo estava sem a presença de capim. Nesse sentido, evidenciou-se material lítico (**figura 51**) e cerâmico. O primeiro estava numa área aberta sem a presença de vegetação, no acesso ou na trilha cultural de acesso à residência da proprietária. Já os vestígios cerâmicos encontravam-se debaixo das plantações e no entorno da residência e na trilha de acesso ao campo do centro do gado. Os termos *roçado* ou *campo do centro* se referem aos locais que dificilmente podem sofrer inundações das subidas das águas do rio Solimões-Amazonas. É nesse local onde são estocadas as sementes de todas as espécies cultivadas pelo morador na região da Amazônia Central.

Devido ao impedimento gerado por ações naturais na propriedade e ao fato de os vestígios evidenciados estarem em dispersões, de certa forma visíveis, levou-se a classificá-lo enquanto sítio arqueológico de médio potencial. No entanto se observou que há uma distribuição do uso do solo. A área de capoeira, nos últimos trinta anos, é manejada somente para servir como uma espécie de arvoredado do gado; outras no plantio de capim, como é o caso do pasto no roçado do centro. O campo do centro só é utilizado nas grandes cheias, como ocorreu na de 2009, no qual está boa parte das terras de várzeas altas, as quais, mesmo estando na margem direita do rio Manaquiri-AM, compõem o relevo do município. Assim, em uma divisão arbitrária, por meio de distribuição de passadas, o atual uso da terra

está distribuído em pasto de gado em cerca de 30% (trinta por cento), 60% (sessenta por cento) nas diversas plantações, e 10% (dez por cento) no uso de propriedades, conforme a distribuição no **gráfico 9**.

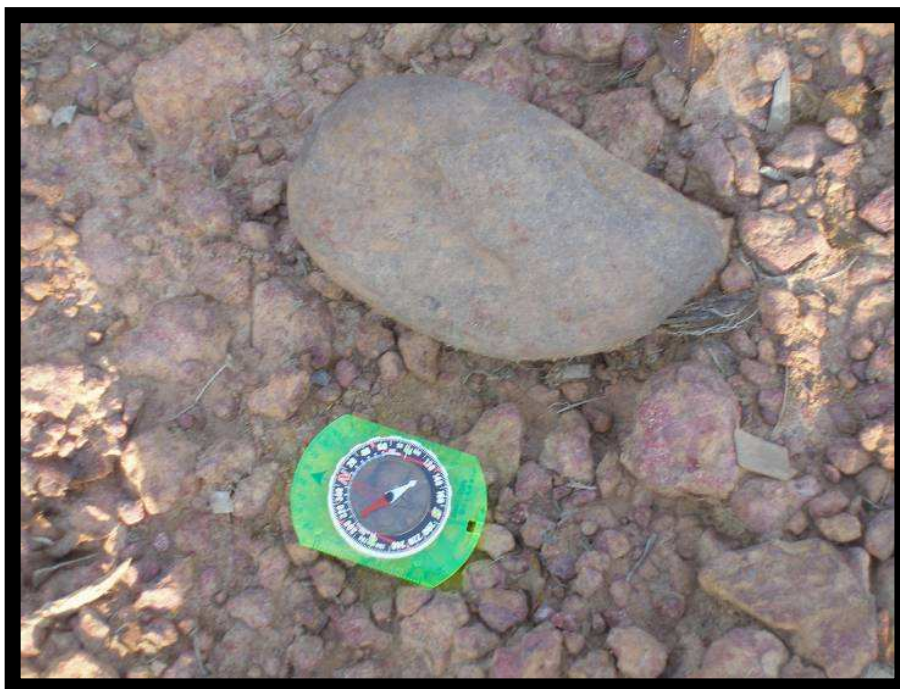


Figura 51 - Batedor utilizado na confecção de artefatos utilitários

Foto: Carlos A. Silva. 2010

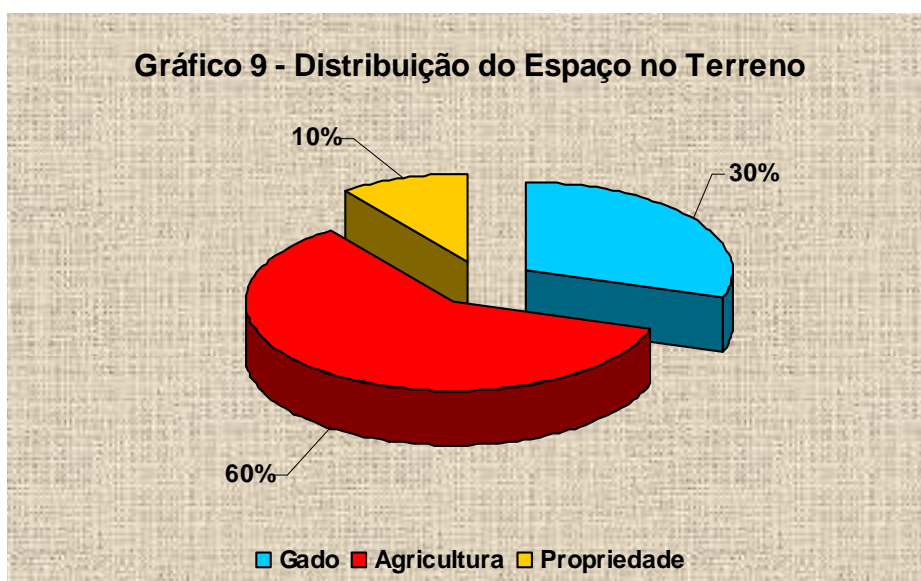


Gráfico 9 - Distribuição do Espaço do Terreno

Fonte: Dados de campo, set. 2010

3.11.1 Local de tradições de famílias de oleiras

A localidade chamada de Santo Antônio foi visitada por Mário Ypiranga Monteiro em 1957. Na oportunidade, a matriarca, Dona Luzia de Oliveira, oleira de tradição de família, realizava a confecção de diversos artefatos cerâmicos. Sua filha, a jovem Manoela de Oliveira, observava a cada passo a arte de criar artefatos por meio de mapa mental, como segue na narração:

A minha mãe nasceu em 1902 e veio a falecer em 1976; ela contava que desde os 13 anos já fazia objetos de barro [cerâmica]. Os objetos eram para serem utilizados na nossa casa e também para serem trocados por outros produtos que a minha mãe não tinha ou não produzia no nosso terreno. Lembro, como se fosse hoje, quando o senhor Mário chegou à nossa casa para assistir à mamãe fazendo as vasilhas de barro. Na época eu tinha de 9 a 12 anos, eu já sabia fazer as bases dos vasos, porque era o mais fácil de fazer; não sabia ainda erguer as vasilhas, pois tem de ter muito cuidado de saber quando está no ponto de esticar morrão [cordões] em volta da vasilha. Mas não só isso; outros detalhes que a mamãe sabia era de ir buscar no mato de igapó o caraipê. Pois, se não souber escolher a árvore, pode trazer a casca da cajurana, que é muito parecida com a do caraipê, aí nenhuma vasilha vai queimar. Mas o maior detalhe de fazer o vaso de barro está na escolha do barro; a minha mãe fazia todo um trabalho na escolha do local. Ali na boca do Caipê [Lago] era o melhor barreiro, mas a mamãe só tirava uma vez por ano quando o rio estava secando; ela fazia umas bolas de 5 a 10kg, deixava debaixo do assoalho da nossa casa. Outra coisa era de queimar o caraipê e, depois de queimado as cinzas, ela pisava bem fino, peneirava para que o pó ficasse igual à massa para carimã [polvilho feito de massa de mandioca]; depois de todos os ingredientes era só fazer as vasilhas. Eu fiz vasilhas de barro por mais de 40 anos, mas, devido à vista [olhos] e outros afazeres, parei de fazer em 2008. (Dona Manoela Gomes de Oliveira, 70 anos, aposentada, agricultura, moradora do lugar Santo Antônio, comunidade Cai n'Água, AM, 2010)

Nos lugares denominados de Conceição e Santo Antônio, as oleiras “Leonor Marques da Silva e Luíza [Luzia] de Oliveiras Gomes” (MONTEIRO, p. 10, 1957) eram as melhores, com profunda habilidade de manuseio na arte de fabricar cerâmicas.

Durante o levantamento de campo, deparou-se com duas herdeiras, que ainda têm em seus mapas mentais todo o arcabouço arquitetônico de como fazer as cerâmicas, além da utilização dos recursos naturais, sem causar impactos diretos ao meio ambiente. A figura 52 demonstra a técnica com algumas dezenas ou centenas de anos na região.

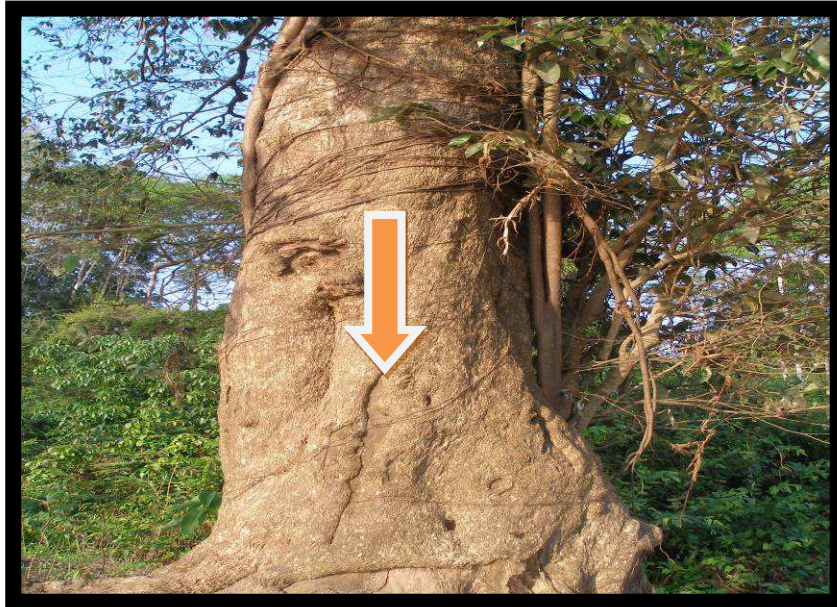


Figura 52 - A árvore de caraipé, espécie de várzea

Fonte: SILVA, C. A. 2010

A técnica consistia em retirar as entrecascas da árvore, porém sem atingir a parte sólida (madeira); a coleta é feita na posição vertical. A técnica, conforme Dona Manoela (comunicação oral, 2010), tem a função de preservar a árvore; se os cortes forem realizados no sentido horizontal, a oleira conseqüentemente matará a árvore. Assim, o *saber ecológico* que Boaventura (2006) contextualiza em “gramática do tempo”, na região do Manaquiri-AM, ainda se faz presente, no entanto pode já estar ameaçado de desaparecer se não houver “[...] valorização dos saberes locais” (Alves & Souza, p. 19, 2010), por meio de ações educativas que estimulem os jovens a continuar a técnica.

3.12 A área de várzea da comunidade da qual os comunitários se servem na seca e na cheia dos lagos

O lago que está na margem esquerda do rio Manaquiri é utilizado pelos moradores da comunidade nas duas estações, na seca e na cheia do rio.

Na cheia e na seca, os lagos à disposição da comunidade são o Lago do Mirauaá, do Cauêra, do Caioê e do Tataputauá. No período da subida e da descida das águas (Witkoski, 2007), são frequentados para as práticas de pesca para o consumo da família (**figuras 53 e 54**).



Figura 53 - Pescadora realiza captura de peixe por meio de flecha

Foto: Carlos A. Silva. 2010



Figura 54 - Peixe à disposição da família

Foto: Carlos A. Silva. 2010

O sistema de pescaria na comunidade é basicamente feito por meio de utensílios tradicionais, como a flecha, a zagaia, o caniço, ou por meio de curral de captura do peixe. Já nos meses de setembro a março, além de ainda ser realizada a prática de pescaria, os comunitários servem-se da área de várzea dos lagos para introduzirem o gado no pasto, cuja área se estende por toda a extensão descampada do leito dos lagos (**figura 55**).



Figura 55 - Área de várzea em formação de pasto natural

Foto: Carlos A. Silva. 2010

Contudo se observou que, durante as etapas de campo, as áreas da comunidade que atingem a margem direita são formadas por terra firme, e as da esquerda, por várzea, que são utilizadas constantemente nas atividades de sustentação, tanto na coleta dos recursos naturais destinados às famílias quanto no uso para a criação do gado. Esse sistema de arranjos introduzidos pela comunidade vem contribuindo para a continuação da existência do ambiente natural e cultural, de certa forma sustentável, haja vista que a criação do gado funciona como uma espécie de poupança ou até, segundo alguns entrevistados, porque avaliam o animal como algo que dá prazer de se olhar e de se utilizar dos produtos que o boi oferece, como é o caso dos excrementos, que são utilizados nas “hortas” suspensas pelas mulheres da comunidade.

Enfim, a comunidade se serve dos recursos disponíveis que há em conformidade com o ambiente. Tendo em vista que as casas estão sempre frente a frente do terreno, o pasto do gado geralmente fica por trás das plantações de diversas árvores que atuam na dieta alimentar e também na medicinar popular. O sistema de cerca na área de várzea é natural ou por meio dos igarapés ou ainda por

cercas vivas, visto que os capins que estão presentes nos igarapés impedem, em princípio, que o gado de um criador se misture com os demais bovinos. Por outro lado, nas grandes estiagens dos lagos, há a mistura do gado. Dessa forma, a solução encontrada é a de que, quando as águas começam a subir, cada dono do gado retira o seu lote, na medida em que o rebanho carrega consigo as iniciais de seu proprietário.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Em busca de parcerias

No sentido de fundamentar o objetivo formulado no projeto, buscou-se a interação com o Centro Social da Comunidade Cai n'Água, a qual ocorreu no segundo semestre de 2009, durante o efetivo andamento das disciplinas do curso. Além disso, procurou-se informações junto aos órgãos de Educação e Meio Ambiente daquele município, por meio do Subsecretário de Educação, o professor Orlan Santana, que naquele momento nos deu o apoio necessário à pesquisa.

Em dezembro de 2009, houve a época crítica da seca que assolou parte dos municípios do Amazonas e, conseqüentemente, a comunidade na qual se fez a pesquisa. Malgrado isso, por meio dos ditos órgãos, possibilitou-se a sua realização por meio de apresentação oral, além da exposição de cartazes, fundamentando e/ou postulando o objetivo da investigação, o qual era entender a dinâmica de uso do solo onde há potencial arqueológico.

Em junho de 2010, saiu o despacho do Conselho de Ética da Universidade Federal do Amazonas, possibilitando a realização da pesquisa e, na sequência, conforme o plano de Dissertação realizou-se as etapas de campo intercaladamente de agosto a outubro do ano em curso.

4.2 Procedimento de campo

No sentido de interagir em busca da participação dos comunitários no que concerne à contribuição de informações para a pesquisa, inicialmente se dividiu a etapa de campo em quatro fases bem distintas. Isso se levando em conta os lugares (Monteiro, 1957) e as pessoas que, em princípio, foram previamente selecionadas, devido ao fato de, em seus espaços (Carlos, 2001), haver a constatação de evidência arqueológica.

Para não acarretar nenhum tipo de constrangimento no que tange ao possível prejuízo às pessoas nos seus afazeres, foi elaborada uma agenda conforme a disponibilidade delas. Nesse planejamento, havia o dia em que os entrevistados poderiam conceder atender-nos. Foi nesse sentido que se optou em selecionar os feriados, os sábados e os domingos com o fito de as pessoas, no período de julho a outubro – meses de intensas atividades de limpeza do campo do gado e de outras atividades na agricultura familiar –, não serem interrompidas. Mas, mesmo assim, antes de realizar a entrevista, fez-se uma visita anteriormente às pessoas detalhando o dia da investigação, conforme o acerto combinado anteriormente.

A primeira etapa foi de ajustar a estratégia usando os feriados, os sábados e os domingos, nos quais se realizou a entrevista por meio de formulário aberto. O segundo momento foi propriamente dita à aplicação do questionário e a busca de identificação de vestígios arqueológicos em superfícies nos terrenos, registrada por meios fotográficos e pela coordenada geográfica do lugar-espço (Monteiro, 1957; Carlos, 2001).

A aplicação dos formulários realizou-se concomitantemente com a vistoria arqueológica, de forma que a entrevista foi realizada por duas pessoas. A primeira pessoa (entrevistadora) conversava com o(a) entrevistado(a), e a segunda anotava

as informações nos formulários. Assim é que, no formulário, havia sempre duas ou mais folhas em branco para as complementações de informações.

Então, durante a aplicação do formulário, a maioria das entrevistas foi concedida pelo sexo feminino, em número de oito, e três pelo masculino, e o proprietário do terreno acompanhava a vistoria ao redor e na área do terreno.

A participação dele foi de grande contribuição, na medida em que o proprietário sabia onde havia a dispersão dos vestígios e, por outro lado, também contribuiu com valiosas informações além do objetivo do projeto, visto que as informações foram proferidas pelo proprietário durante a caminhada na área do terreno, quando foram registradas no caderno de campo as espécies de plantas que são cultivadas, os sistemas de produção de hortas suspensas para não serem perturbados pela criação de galinhas, de patos, de cachorros e de gatos e outros animais, com o objetivo de não se depositarem nos canteiros os excrementos; os locais do terreno que estão sendo preservados para que, no futuro, sejam usados nas atividades agrícolas, ou seja, o sistema de pousio (Noda, 2009), cujo objetivo é deixar por três ou cinco anos uma área de capoeira para uma espécie de recuperação da vegetação e para enriquecimento do solo.

Assim, o caminho trilhado em busca das informações foi, de certa forma, prazeroso e complacente com a dinâmica disponibilizada pelos moradores, pois cada pessoa entrevistada tinha uma história para narrar sobre o seu terreno e o legado das oleiras na produção de cerâmica.

Dessa forma, a dinâmica de coleta foi a de ir ao local da entrevista bem cedo da manhã ou à tarde conforme a disponibilidade da família ou do casal. Na entrevista, usou-se, basicamente, o formulário aberto, o caderno de campo, a máquina fotográfica. Não se optou pelo uso de gravador para não inibir a pessoa entrevistada nem o GPS (Sistema de Informação Global), mas se informou que a

função do GPS era de recolher informações de satélites, tendo em vista que o aparelho tem uma função igual à de um aparelho celular, que capta sinal via satélite. A informação foi no sentido de tornar bem claro o objetivo da pesquisa, de cunho social.

4.3 A Análise dos Resultados

A área delimitada foi de 7,5km perfazendo cerca de 14,1 km²; o limite ao leste está situado no igarapé Biator, próximo à comunidade do Limão, nas coordenadas geográficas S 03°29'46.4" – W 60°30'15. 9", e a oeste o Lago do Fuxico, conforme o quadro 1, à margem direita. Visitaram-se, durante quatro etapas, as residências dos comunitários. A comunidade Cai n'Água tem 86 (oitenta e seis) famílias, conforme dados contidos na planilha de levantamento do diagnóstico do agente de saúde Jair (comunicação oral, 2010). Desse universo foram selecionadas 10 famílias conforme a informação que se obteve em 2009, quando na oportunidade fora apresentado o objetivo do estudo àquela comunidade.

Durante as entrevistas e as vistorias, confirmou-se a presença de vestígios arqueológicos em 10 (dez) propriedades, lugares-espacos (Monteiro, 1957; Carlos, 2001), e houve 1 (um) um local ou espaco com ocorrência arqueológica. Entretanto se salienta que esse local não estava incluso na lista de informações⁴, a qual se obteve na etapa diagnóstica, em dezembro de 2009.

Nas visitas e nas entrevistas, avaliou-se o Lago do Mirauá, na localidade conhecida por Cururu, onde está a comunidade "Caminhando com Cristo", que faz a conexão entre a comunidade do Cai n'Água com o Rio Manaquiri-Am, por meio do furo do Castanha Mirim, interligado com o rio Madeirinhas e, por sua vez, conecta-se com o Rio Madeira. A entrevista e a vistoria arqueológica de subsuperfície

⁴ As informações foram obtidas via oral, a partir dos representantes da Secretaria de Educação e da Comunidade, presentes na reunião, a qual ocorreu em 18 de dezembro de 2009.

identificaram vestígios de fragmentos cerâmicos bem erodidos e líticos. A pessoa que foi entrevistada informou que seus antepassados, avôs e pais, relatavam que, na estação de cheia do rio Solimões, as populações de agricultores faziam intercâmbio, realizando trocas de produtos e sementes. É possível que essa prática possa ter ocorrido no período que antecedeu a chegada dos portugueses à Amazônia.

4.3.1 Características dos sítios arqueológicos

As características dos sítios identificados representam ambientes arqueológicos com baixo índice de material em superfície; seis sítios arqueológicos, conforme a atividade desenvolvida aumentou a concentração de vestígios à disposição entre as plantações em torno das casas, no acesso ao caminho do porto e na área de pasto do gado. Com isso, foram classificados como de média intensidade; e dois sítios arqueológicos associados à terra preta e vários vestígios em superfícies. Um deles tem registro histórico; achou-se por bem classificá-lo como sítio arqueológico de alta intensidade. Ademais, houve uma ocorrência arqueológica na comunidade “Caminhando com Cristo”, ao sul da Comunidade Cai n’Água, a cerca de 10 km em linha reta do Centro Social; o **gráfico 10** apresenta a panorâmica entre as porcentagens de graus de intensidade dos sítios identificados.



Gráfico 10 – Grau de Intensidade dos Sítios Arqueológicos

Fonte: Dados de campo 2010

Os sítios que apresentam alta e baixa intensidade podem estar associados ao fator baixa frequência no uso do solo e, com isso, as evidências de vestígios arqueológicos são poucas em superfície; já os de alta podem estar associados ao grau de uso do solo, já que eles apresentam evidências de terra preta; os de média intensidade podem estar associados aos fatores de invisibilidade na identificação dos vestígios que estão encobertos pelas folhas das árvores ou pelo capim do pasto do gado.

4.3.2 O uso do solo onde há sítios arqueológicos

A totalidade de dispersões de vestígios em superfície levou à seguinte distribuição: 10 (dez) sítios arqueológicos identificados em 132,5 hectares. Desse universo, a dinâmica do uso solo foi da seguinte distribuição espacial: 40% (quarenta por cento) são destinados às atividades de agricultura familiar (Noda, 2009) e de outras plantações que transformaram a pastagem com a introdução de espécies que contribuem na dieta alimentar e/ou em recursos econômicos, haja vista que, durante

a produção dos frutos, tais como tucumã, bacaba, açaí etc., são comercializados ao mercado na própria cidade de Manaquiri-AM ou em Manaus; na composição de transformações de áreas verdes em pasto para o gado, são 37% (trinta e sete por cento); no uso destinado às residências de famílias, no Centro Social da comunidade Cai n'Água ou nas áreas afastadas do Centro Social, são de 18% (dezoito por cento); em edificações em serviços de saúde e de escola, 3% (três por cento); preservação de áreas verdes, 1% (um por cento); em áreas de lazer e de construção naval, 1% (um por cento).

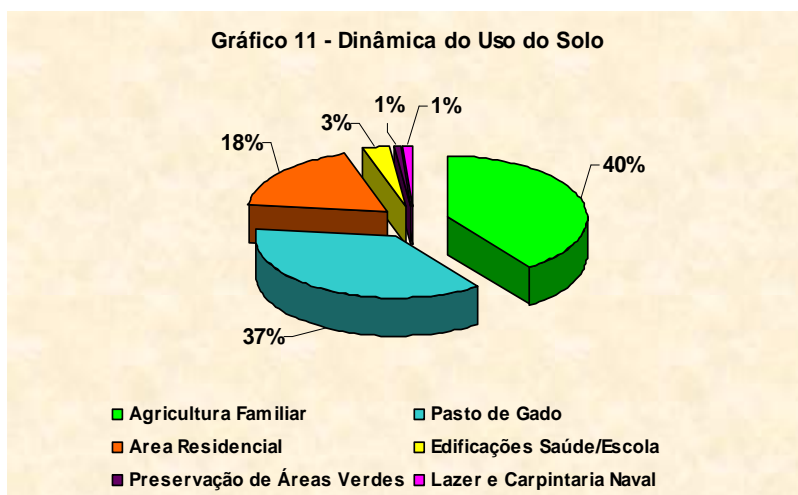


Gráfico 11 – Dinâmica do Uso do Solo

Fonte: Levantamento de campo

A distribuição do uso do solo na comunidade Cai n'Água segue um padrão de dinamismo, conforme a distribuição contida no **gráfico 11**, segundo a qual o maior percentual de distribuição do solo está em atividades da agricultura familiar; o segundo mais frequente é o uso do desflorestamento (Diegues, 1999) para a transformação em pasto de gado, de sorte que a maioria dos 10 (dez) sítios visitados ocorreu em meados dos anos 60 do século passado. Anteriormente a essa data, a criação de gado era realizada na área de várzea, na qual se utilizava o sistema de maromba para acondicionar o gado durante as cheias dos rios.

Já o arranjo para alimentar o gado recorria ao correte de canarana e membeca, espécies de capins que crescem paralelamente à mata de igapó. A retirada do capim precisava de habilidade comunitária, pois ele ficava literalmente de pé no assento da canoa. Para realizar corte do capim, após a canoa estar cheia, levava-se até as marombas (bóias de madeiras submersas, com capim, para proteger o boi). Essa atividade requeria horas de trabalho. Assim sendo, uma alternativa para adaptar o gado foi fazer áreas de pasto em terra firme. Essa foi a alternativa encontrada em condições de adaptabilidade (Moran, 2004) do homem e do gado em novos domínios do conhecimento. As áreas que foram exploradas têm potencial arqueológico pelo fato de o solo contribuir com a adaptação de capins, o que os moradores chamam de “capim de planta”. Os demais usos seguem padrões normalmente frequentes na Amazônia Central, que é o uso do solo pelo caboclo ribeirinho (Fraxe, 2010), com amplas divisões, na atuação da sociodiversidade e da biodiversidade (Hanazaki *et alli*, 2010), em que as estratégias são formuladas por meio de “saberes ecológicos” (HANAZAKI *et alli*, 2010), afinal cada comunitário tem o relógio calibrado em conformidade com o ambiente.

As entrevistas demonstraram algo importante, pois a introdução do gado, além de contribuir como fonte de proteínas, também é uma forma de “poupança”, porque os comunitários, se precisarem de recursos financeiros, recorrem aos rebanhos. E a faixa etária das pessoas entrevistadas é de 60 a 70 anos, dos quais 98% (noventa e oito) são aposentados. Assim, avalia-se que o padrão de uso da terra é de baixo impacto, haja vista que as plantações que foram introduzidas nos últimos 20 e 30 anos, de certa forma, protegem os vestígios enterrados, na medida em que, nas áreas em torno das casas, dificilmente há a supressão vegetal. Nas áreas de pasto para o gado, essa supressão para a introdução de capim, nas últimas quatro décadas, vem contribuindo para que os vestígios enterrados não sofram fortes impactos.

No cultivo de roças (mandioca, cará, batata, tomate e outras), o solo é usado na agricultura familiar (Noda, 2000). Nesse sistema, o processo de preparo do solo é realizado por meio de ferramentas manuais, as “manicujas”, expressão usada pelos

moradores; quando está na época de enterrar as hastes das “manivas”, o corte é realizado no sentido vertical e atinge níveis em média de 20cm a 30cm. A estratégia utilizada pelos moradores torna-se de baixa agressão aos vestígios arqueológicos. E a segunda estratégia desenvolvida pelos moradores é a de que as roças são geralmente replantadas, ou seja, ao se retirar a mandioca ou a batata-doce e outros, já se recoloca uma nova muda ou semente para novas colheitas. As estratégias de dinâmica do uso do solo podem ser representadas conforme a **figura 56**.

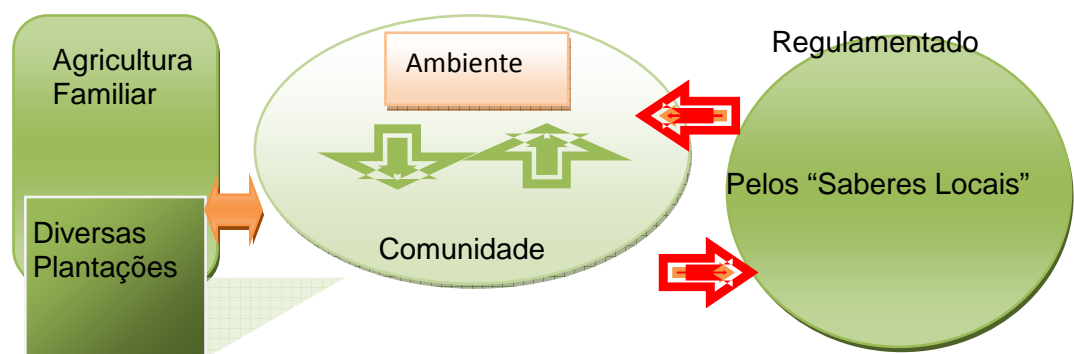


Figura 56 - Representação esquemática sobre o padrão de uso dos recursos naturais e culturais na Comunidade de Cai n'Água, em Manaquiri-AM. (Adaptado de Guarim Neto & Carniello 2010:110)

Quanto à circulação do “saber local” (Guarim Neto & Carniello, p. 105, 2010; “Saberes Locais”, Moreira, p.75-76, 2010), os autores classificam o conhecimento em múltiplas funções, de sorte que cada chave recria ou transforma as representações cognitivas do morador em olhares e em funções de interação e de percepção do ambiente com o qual convivem.

Assim, a dinâmica do uso do solo onde há vestígios arqueológicos é utilizada em conformidade com a demanda da subida e da decida das águas do rio, em Manaquiri-AM. O espaço das plantações de diversas culturas é constante, mas são atividades de baixo manejo ao solo; já o espaço do pasto do gado fica sendo

utilizado na estação da cheia do rio, que ocorre entre os meses de fevereiro a agosto.

Nos meses de fevereiro a maio, há o período em que mais chove na região. Assim, o capim do pasto do gado funciona como um tapete, que, de certa forma, oferece mínima proteção aos vestígios arqueólogos.

Por fim, da terra vêm as proteínas, que constroem os saberes que estão encastelados no cognitivo dos homens e das mulheres, que cultivam a base de regras, de símbolos, além da arquitetura ou da engenharia que estão enraizadas no infinito de seus olhares, transformando e recriando paisagens no seu padrão de uso. Dessa forma, observaram-se dois sítios nos quais residem duas ex-oleiras, as quais conduzem no seu inconsciente uma agenda cultural cognitiva de produção de cerâmicas, por algumas dezenas ou centenas de anos, o que a seguir será detalhado.

4.3.3 A cerâmica em superfície

Antes de se fazer a descrição da técnica das ex-oleiras, será feita uma breve descrição a respeito da cerâmica, a qual se identificou em superfície e está associada às fases Paredão e Guarita da Tradição Policroma da Amazônia (Lima, 2008), sendo que o maior número de fragmentos é simples, composto de paredes, bases e bordas. Nos 10 (dez) sítios identificados, o maior número de fragmentos em superfície está no Sítio Bela Vista, localizado na boca do igarapé Cai n'Água, e no Sítio São Francisco, localizado à margem direita do rio Manaquiri-AM, no Centro Social da Comunidade Cai n'Água. Os números de vestígios em superfície podem estar relacionados à atividade que naquele momento estava sendo realizada neles, haja vista que, em ambos, estavam sendo feitos serviços de intervenção ao solo, tais como para o preparo da terra em plantio de hortas e na complementação de áreas de serviços no Centro Social.

Na fase *Paredão*, há características peculiares, por manifestar estilo artístico e simbólico representado por meio de pinturas, incisões ou manifestado por aves, animais ou humanos. A cerâmica do uso cotidiano tem padrão de sequência, ou seja, não apresenta marcas representativas. Assim, é denominado simples. Já nas de uso em eventos sociais, o estilo do acabamento é mais refinado, possivelmente para atender à demanda de hierarquia social. Uma dessas características é manifestada na urna funerária, cuja marca registrada da *tradição* ou *fase* é representada, geralmente, por adorno próximo ao gargalo da urna (pote). Outra é o processo de polimento ou alisamento nas partes internas e externas dos artefatos, com exceção da urna funerária, em função de o gargalo da urna ser de 20 a 25cm de abertura inviabilizando o acabamento em seu interior.

Outros fragmentos que se identificaram foram da Tradição Guarita da Tradição Policroma da Amazônia, no entanto em números reduzidos; apenas em um sítio se observaram alguns deles, com pinturas e engobo branco, pigmento em vermelho, como se vê na **figura 57**.



Figura 57 - Fragmento de borda da Tradição Guarita

Foto: Carlos A. Silva. A.2010

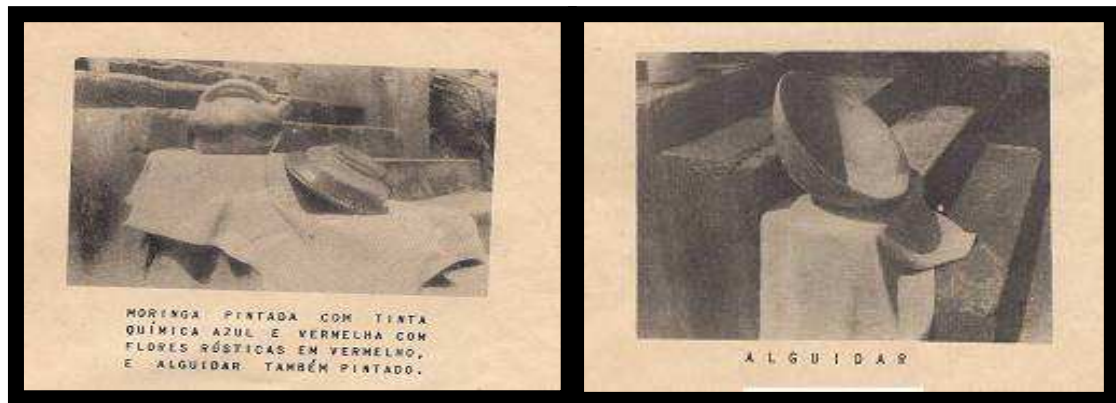
Os sítios arqueológicos com cerâmica Guarita da Tradição Policroma da Amazônia, geralmente, são os primeiros vestígios a serem perturbados no ato de intervenção no solo. Desse modo, nos sítios que estão associados à terra preta, é comum identificar vestígios decorados de preto e vermelho ou engobo branco. Os artefatos dessa *tradição* são geralmente de tamanho médio. As urnas são representadas por figuras antropomorfos.

Nos sítios que se identificaram na área de domínio da comunidade, observou-se em dois deles – os Sítios Porto de São Francisco e Bela Vista – que o padrão de uso é mais utilizado em residências e na agricultura familiar (Noda, 2009).

4.3.3.1 Fragmentos de memória de tradições ceramistas

Em dois sítios arqueológicos, residem duas ex-ceramistas que ainda guardam na memória uma técnica refinada no que diz respeito à produção de cerâmica. Em 1957, o pesquisador Mário Ypiranga Monteiro, em seu livro “Memória Sobre a Cerâmica Popular do Manaquiri” (1957), descreveu a oleira e assistiu a ela preparando algumas cerâmicas, a qual era do “lugar Santo Antônio” (Monteiro, p.12, 1957); fazia várias cerâmicas, cujos nomes são “alguidar, fruteira, moringa, travessa [gamela], jarro, prato, tigela [cuia], terrina, fogareiro para o seringueiro defumar a borracha” (Monteiro, p.13-21, 1957). As coleções seguiam um padrão de sequência de artefatos que tendia a uma demanda social, haja vista que eles eram disponibilizados em conformidade com o que foi requerido, ou seja, as cerâmicas eram produzidas por encomendas.

As oleiras fabricavam os artefatos conforme a demanda de sua clientela. A entrevista realizada no mesmo lugar em que Monteiro (1957) havia realizado a pesquisa permitiu a identificação da única filha da oleira, que na época praticava a arte de produzir artefatos cerâmicos. Ela fez narrativas sobre a técnica de utilizar os recursos naturais no processo de produção cerâmica. Mas informa que, devido aos fatores pessoais, deixou de modelar os artefatos em função de não mais haver pessoas que se interessassem pelas cerâmicas, além de não possuir ajuda na coleta de matéria-prima. E dissera que se lembra muito bem da época em que o pesquisador passou de 7 (sete) a 10 (dez) dias observando, fotografando e escrevendo sobre “como a minha mãe fazia as panelas e potes de barro. Naquela época eu já fazia algumas pequenas panelas e alguidares” (Dona Manoela Gomes de Oliveira, comunicação oral, 2010), conforme mostram as **figuras 58 e 59**, que exemplificam fino trato na tradição de produzir artefatos, o que induziu o pesquisador a dizer que objetos eram pintados à base de tintas, “químicas” e “vidradas” (Monteiro, p. 16, 1957).



Figuras 58 e 59. Moringa e Alguidar.

Fonte: Monteiro (1957)

Conforme se indagou junto à oleira, a tonalidade é realizada a partir de misturas de concentrados de espécies nativas da região; perguntou-se sobre os nomes das espécies, e a informação foi de que um dos concentrados é a fórmula produzida da resina de jatobá e crajiru; o somatório é denominado de “Jutaí-sica”. O concentrado é aplicado na cerâmica depois de algumas horas ao sair do processo de queima, ou seja, quando a cerâmica se encontra quase fria, é realizado o procedimento, mas lembra a oleira que o concentrado só é utilizado em artefatos para depositar líquidos. Assim, a moringa, o alguidar, o prato, a cuia, o pote, a terrina, a travessa recebiam essa concentração, pois esta funcionava como uma espécie de impermeabilizante dos artefatos, por serem estes apropriados para receber líquidos. Em 2001, durante a vistoria realizada junto às ruínas de centenas de urnas funerárias e alguidares, foram coletadas algumas bolotas de “jutaí-sica”. Pode ser que, durante o período pré-colonial, esse produto tenha sido matéria-prima em polir e em impermeabilizar as coleções da tradição *Paredão*.

No lugar (Monteiro, 1957) denominado de Sítio “São Jorge”, entrevistou-se a Dona Raimunda, oleira de 79 anos. Junto à sua residência, havia alguns exemplares cerâmicos com fino acabamento. Dentre eles estavam alguidares, panelas, potes, pratos etc. Segunda a oleira, seguia uma tradição de produzir cerâmicas com cronologia de família, que possivelmente chega a centenas de anos.

O estilo tem algumas características semelhantes à cerâmica arqueológica Paredão (Hilbert, 1968; Neves, 2006; Lima, 2009), conforme se vê nas **figuras 60 e 61**.



Figura 60 - Pote para depositar água potável

Fonte: Carlos A. Silva. 2010



Figura 61 - Alguidar

Fonte: Carlos A. Silva. 2010

A **figura 60** apresenta um pote bem polido, cujo gargalo tem aproximadamente 18cm de altura e abertura de 20cm, com alça alongada, bojuda e base plana e queima de finíssimo acabamento. A **figura 61** mostra um alguidar com a borda digitalizada pelo dedo indicador da oleira, polida com o jutaí-sica no interior da peça. A **figura 64** é uma alça cerâmica arqueológica da tradição Paredão.



Figura 62 - Alça da tradição ceramista Paredão
Fonte: Carlos A. Silva. 2010

A memória das oleiras dos lugares “Santo Antônio” e “São Jorge” da Comunidade Cai n’Água, conforme se observou na técnica e no tempero utilizados nas cerâmicas e durante as entrevistas, permite que se enfatize que produziram esses artefatos por mais de 60 anos, representando uma linha de oleiras que resistem há quase um milênio. Assim, deduz-se que a região do rio Manaquiri-AM foi, no passado pré-colonial, centro de formação de oleiras. No entanto as especialistas não estão deixando a técnica na memória das gerações do presente.

CONSIDERAÇÕES

A interação promovida pelas populações que integram o sistema de uso do solo na comunidade Cai n'Água segue um calendário ecológico que está diretamente associado à história de ocupação dos lugares (Monteiro, 1957; Carlos, 2001). O calendário é seguido por meio da função das estações de subida, de cheia, de descida e de seca do rio (Witkoski, 2007). É nessas estações que é planejado e replanejado o sistema de uso da terra.

Identificaram-se os lugares onde existem sítios e ocorrência arqueológica, cuja distribuição se dá ao longo da comunidade e da região adjacente a ela. Durante as etapas de campo, evidenciaram-se dez sítios, todos localizados na margem direita do rio Manaquiri ou nos igarapés. Nos sítios que estão localizados junto aos igarapés, a dinâmica do solo obedece a uma divisão por escala de tempo, a qual está baseada na conformidade com o tipo de atividade que é desenvolvida no sítio. Há o tempo de plantações de roças, de colheitas, de limpezas do campo do gado, e existem as áreas dos sítios que estão em processo de restabelecimento da vegetação.

Foram identificados dois modelos de ocupação de sítios arqueológicos: os sítios localizados nos interflúvios apresentam-se com dimensão menor em relação aos que estão à margem do rio Manaquiri. Fez-se uma prévia delimitação dos sítios identificados, cuja metodologia se baseou em realizar caminhada a partir de um ponto, geralmente próximo às residências ou às plantações de novas espécies de árvores. Assim, as delimitações sempre foram no sentido norte-sul, mas elas só foram realizadas nas áreas em que era possível fazer a caminhada. Desse modo, uma avaliação preliminar de somatória dos sítios identificou uma área de cerca de 132,5 hectares. Já quanto à ocorrência, evidenciou-se uma que está aproximadamente a cerca de 10 km em linha reta da Comunidade Cai n'Água. O local é área de várzea – segundo a informação obtida por meio da entrevista –, a qual, possivelmente, seria região de entrepostos de passagens de populações, as

quais desciam e subiam pelo local para realizar intercâmbio de sementes e de outros produtos pelas populações do rio Manacapuru.

Há nos sítios dois padrões de uso. O primeiro consiste em atividades de agricultura familiar (Noda, 2009), na qual são realizadas várias práticas de plantio de espécies para a dieta alimentar e também para a medicina popular. O segundo representa a utilização de área do sítio determinada para o pasto do gado. As duas atividades do uso do solo seguem um calendário conforme a determinação das cheias e das secas dos rios. Por outro lado, nas estações de cheia do rio Manaquiri, os moradores utilizam a área de várzea para a prática de pesca; no período da seca, as áreas de várzea são utilizadas para pasto do gado.

O uso do solo segue uma dinâmica: o que se observou é que a utilização da terra tem uma profunda ou ampla adaptação (Moran, 2004), pois os espaços são utilizados racionalmente (Carlos, 2001). Cada atividade tem o seu espaço determinado; a exemplo disso, o da roça é separado de todas as outras atividades. Assim, a terra é percebida pelos moradores como integrante de sua vida, ou seja, os espaços são utilizados por profunda necessidade de uso.

Enfim, pelo movimento que ocorre há cerca de 30 a 40 anos, a população humana da Comunidade Cai n' Água demonstrou, por meio das entrevistas, que utilizam itens do solo por muito tempo, de sorte que o diálogo com os saberes locais (Moreira, 2010) pode ser uma das alternativas para a mínima preservação dos vestígios das populações humanas que viveram na região.

Assim, a conclusão é que tanto o patrimônio cultural quanto o ambiente vêm-se mantendo com baixo nível de impacto. O boi entra no sistema econômico da comunidade como elemento que contribui na renda das famílias, pois as pessoas entrevistadas – nove no total – são aposentadas pelo governo. Assim, os recursos retirados da floresta se configuram como um adicional na renda familiar, já que, no

caso de 90% das famílias entrevistadas, só o casal de aposentados reside no local; os demais membros moram em Manaus ou na cidade de Manaquiri.

O impacto ao patrimônio existe, mas as alternativas aplicadas pelos moradores têm mantido os sítios arqueológicos com impacto numa média de 30% a 40%. Isso pode ser confirmado pelos vestígios em superfície, resultantes da não utilização de máquinas para arar o solo. Quanto à permanência do sistema e do patrimônio, deve-se programar o processo de Educação Ambiental e Patrimonial, uma vez que a entrevista revelou que a região ainda tem as oleiras, que podem contribuir com os saberes ecológicos (Boaventura, 2006), na medida em que sua técnica de manipular a argila constitui algo extraordinário. O envolvimento da sociedade civil com a jurídica pode ajudar a manter esse saber, visto que o Brasil é um dos países onde as leis ambientais são inúmeras. Ademais, a Lei dos Bens das Populações Humanas Pré-Coloniais está prevista desde 1961 pela Lei Federal de 1961, Sirvinskas (2009).

Em suma, a região tem potencial de assentamentos humanos pré-coloniais que precisam ser conhecidos e preservados. As trilhas culturais, os castanhais do Lago Mirauá e as informações de pacote de *Terra Preta* em área de várzea do Lago Caiô precisam ser conhecidos, pois só a partir de seu estudo é que realmente eclodirá uma nova abordagem do modelo de como as populações pré-coloniais tinham certo conhecimento de interação com o meio ambiente.

ANEXOS



UFAM

Universidade Federal do Amazonas

Centro de Ciências do Ambiente

Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e

Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

I. TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Convidamo-lo (la) para participar do Projeto de Pesquisa “A DINÂMICA DO USO DA TERRA NOS LOCAIS ONDE HÁ SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: O CASO DA COMUNIDADE CAI N’ÁGUA, MANAQUIRI-AM”, dos pesquisadores Carlos Augusto da Silva e Eduardo Góes Neves.

O projeto tem por objetivo identificar sítios e ocorrências arqueológicas para, na sequência, avaliar o padrão de uso do solo em atividades agrícolas. Os objetivos específicos são:

1. Avaliar o impacto ao Patrimônio Cultural.
2. Benefícios de conhecer e de preservar os vestígios culturais.
3. Instrumentos a serem aplicados: roteiro de entrevista aberta, registro fotográfico, registro de coordenadas geográficas, observação participante.
4. O sujeito pode retirar-se a qualquer momento da pesquisa.

Eu, -----, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo com o que a pesquisa vai fazer e aceito dela participar de livre e espontânea vontade. Ademais, eu concordo em participar do projeto sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento assinado, a qual vou guardar. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) pelo telefone (92) 3305-4069, do Centro de Ciências do Ambiente (CCA-UFAM), ou pelo e-mail: casilva@ufam.edu.br

Data ____/____/____ _____

Assinatura do (a) entrevistado (a)



Impressão do Polegar

Data ____/____/____

Assinatura do pesquisador



UFAM

Universidade Federal do Amazonas

Centro de Ciências do Ambiente

Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e

Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

II - TERMO DE ANUÊNCIA

Ilmo. Sr. Luis Carlos de Matos Santos

Presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Cai n'Água.

Prezado Presidente,

Após nossos cordiais cumprimentos, vimos, por meio desta, verificar a possibilidade da realização de uma pesquisa junto aos seus associados. O principal objetivo é realizar um estudo sobre *a dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da Comunidade Cai n'Água, Manaquiri-AM*. O estudo será feito pelo pesquisador Carlos Augusto da Silva, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), visando à elaboração da pesquisa de coleta de dados com a produção da Dissertação de mestrado.

Atenciosamente,

Prof. Ph.D. Eduardo Góes Neves

Orientador

Diante da solicitação acima, informo que concordo com a realização da pesquisa.

12/06/2010

.....

Luis Carlos de Matos dos Santos

Presidente da Associação dos Moradores

da Comunidade de Cai n'Água.

**UFAM****Universidade Federal do Amazonas****Centro de Ciências do Ambiente***Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e**Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA***PPG/CASA**

III. CARTA DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR

Eu, Carlos Augusto da Silva, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, assumo total responsabilidade pela elaboração e pelo desenvolvimento da pesquisa para cumprimento do requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Tenho o compromisso de resguardar todos os aspectos referentes à Resolução do CNS 196/96, que trata de pesquisas com seres humanos, tanto na sua execução quanto na divulgação dos resultados. A pesquisa a ser desenvolvida tem como título: A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: O caso da comunidade Cai n'Água, Manaquiri-AM.

Carlos Augusto da Silva**Data 14/06/2010**

**UFAM****Universidade Federal do Amazonas****Centro de Ciências do Ambiente***Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e**Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA***PPG/CASA**

DECLARAÇÃO

Declaração sobre o uso e a destinação do material e/ou dos dados coletados. Eu, Carlos Augusto da Silva, portador da RG 274-534, expedida pela SSP/AM, declaro que o uso dos dados fica à disposição dos participantes incluídos na pesquisa, para consulta e para outros fins. Os dados coletados serão utilizados pelo pesquisador para apresentação de comunicações em eventos científicos e para publicações destinadas à comunidade científica, especialmente envolvendo a UFAM e o PPG/CASA, constando a participação dos sujeitos da pesquisa.

Data: 14/06/2010

Carlos Augusto da Silva

Eu, Carlos Augusto da Silva, portador da RG 274-534, expedida pela SSP/AM, declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, quer favoravelmente, quer não ao parecer dos participantes envolvidos no processo da pesquisa.

Data: 14/06/2010

Carlos Augusto da Silva



UFAM

Universidade Federal do Amazonas

Centro de Ciências do Ambiente

Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e

Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

N.º

PESQUISADOR: DATA: .../.../10 HORA:

MUNICÍPIO: UF: COORDENADAS: Lat Long

NOME DA LOCALIDADE: N.º da Foto:.....

1. DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

1.1 Nome:

1.2 Sexo: 1.M () 2.F ()

2. DADOS DA LOCALIDADE

2.1 História do lugar:

.....
.....
.....

..

2.2 Há quanto tempo mora aqui?

.....

.....
.....
.

2.3 Por que veio mora aqui?

.....
.....
.....
.

2.4 Como era o local quando o(a) senhor(a) chegou aqui?

.....
.....

2.5 Qual é a atividade agrícola que o(a) senhor(a) desenvolve aqui?

.....
.....
.....

2.6 O senhor(a) utiliza a propriedade para a pecuária?

.....
.....
.....

2.7 O senhor(a) já deparou, na sua propriedade, com pedaços de potes ou outros iguais a estes representados nas fotos?

.....
.....
.....

2.8 O(a) senhor(a) utiliza trator para o preparo da terra ou para outras atividades. Quais?

.....
.....
.....

2.9 A sua propriedade ainda tem área com mata virgem?

.....
.....
.....

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003
- AB'SABER, Aziz Nacib. *Ecossistema do Brasil*. Marigo. São Paulo: Metalivro, 2008.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ARAÚJO, Thiago Antonio de Souza (Orgs.). *Povos e Paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil*. Recife, PE: NUPEEA/UFRPE, 2007.
- ALVARES, Ângelo Giuseppe Chaves; SOUSA, Francisco José Bezerra. *Etnoecologia ou Etnoecologias? Encarando a diversidade conceitual*. In: ALVARES, Ângelo Giuseppe Chaves; SOUSA, Francisco José Bezerra; PERONI, Nivaldo (Orgs.). *Etnoecologia em Perspectiva: natureza, cultura e conservação*. Recife: NUPEEA, 2010.
- ANTONIO, Adalberto Carim, *et alii*. *Legislação Ambiental Brasileira*. 6.^a ed. Manaus (s.n), 2005. 189p.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 11.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANCO, Samuel, Murgel. *O Desafio Amazônico*. São Paulo: Moderna, 1995 (Coleção Polêmica).
- BALÉE, William. *Transformação da Paisagem e Mudanças da Língua: Um Estudo de Caso em Ecologia História Amazônico*. In: *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. São Paulo: Annablime, 2006.
- CAMPOS, Pedro Afonso Cardoso Gaia; SOARES, Emílio Alberto Amaral. *Análise Sedimentológica e Estratigráfica de Terraças Fluviais do Quaternário do Rio Solimões na Região do Careiro da várzea, Sul de Manaus, 2010*.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COSTA, Fernando Walter da Silva. *Arqueologia das Campinaranas do Baixo Rio Negro: Em busca dos Pré-ceramistas nos Arredores da Amazônia Central*. 2009.195 f. (Tese de Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Talento e Atitude: Estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. 160 p.: – (coleção Rodrigues Ferreira).

CRUZ NETO, Otávio. *O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação*. In: Maria Cecília de Sousa Minayo (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Desmatamento e Modos de Vida na Amazônia (org.)*. NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, São Paulo, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. 4.^a ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DJALMA, Batista. *O Complexo da Amazônia*. 2.^a Ed. Manaus: Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. Editora Gaia, São Paulo, SP. 3.^a Edição, 1994. Disponível em: <[www.terravista.pt/mussulo/1722/index.html](http://www.terraviva.pt/mussulo/1722/index.html)>. Acesso em: 18 de out. 2010.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. 2.^a Ed. organizada, atualizada, anotada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos *et alli*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FRAXE, Terezinha de J. P. *et alli (org.) Pesca na Amazônia Central – Ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FRAXE, Terezinha de J. P. *Cultura Cabocla-Ribeirinha: Mitos, lendas e transculturalidade*. 2.^a edição, São Paulo: Annablume, 2010.

EVANS-PRINTCHARD, Edward. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das políticas de um povo nilota*. Tradução Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. LTC, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1973.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Atlas, 1999.

GONZAGA, Amarildo Gonzaga. *Contribuições para Produção Científica*. Manaus. BK, 2005.

GUARIM NETO, Germano; CARNIELLO, Maria Antonia. *Etnoconhecimento e Saber Local: um olhar sobre populações humanas e os recursos vegetais*. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ARAÚJO, Thiago Antonio de Souza (Orgs.). *Povos e Paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil*. Recife, PE: NUPEEA/UFRPE, 2007.

HECKENBERGER, Michael. *Ecologia e Poder: a base simbólica da economia política na Amazônia*. In: *Amazônia Além dos 500 anos*. FORLINE, Louis Carlos;

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (orgs.). Belém – Pará – Brasil, 2006.

HANAZAKI, Natalia; GANDOLFO, Elias S.; BENDER, Mariana G.; GILRALD, Mariana.; MOURA, Ezequiel A. de.; SOUZA, Gabriela C. de.; PRINTES, Rafael. *Conservação Biológica e Valorização Sociocultural: explorando conexões entre a biodiversidade e sociodiversidade*. In: ALVARES, Ângelo Giuseppe Chaves; SOUSA, Francisco José Bezerra; PERONI, Nivaldo (Orgs.). *Etnoecologia em Perspectiva: natureza, cultura e conservação*. Recife: NUPEEA, 2010.

HARRIS, M. *Presente ambivalência: uma maneira da Amazônia de estar no tempo*. In: *Sociologia Caboclas Amazônicas*. São Paulo: Annablume, 2006.

HILBERT, P. *Archaologische Untersuchungen AM mittlern Amazonas*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – Um Conceito Antropológico*. 11.^a edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996 .

LATHARP. Donald W. *O Alto Amazonas*. 40.^a ed. Verbal Lisboa: Portugal, 1970.

LATHARP. Donald W. *El Alto Amazonas. Primera edición en español*. Lima-Iquitos, 2010.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*: tradução de Sandra Valentina; revisão técnica de Paulo vieira. 3.^a ed., São Paulo: Cortes, 2002.

LEFF, Enrique (Coord.). *A Complexidade Ambiental*: tradução Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAQUIRI. 1990

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Pensamento Selvagem*. Campinas, São Paulo: 4.^a Ed., 1989

LIMA. H. P.; SILVA, C. A. *Levantamento Arqueológico do Baixo Amazonas*. 2004. (Relatório de pesquisa).

LIMA. H. P. *A História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central*. 2008. 538.f (Tese de Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

MACHADO, Juliana Salles. **Arqueologia da Amazônia Ocidental: os geoglifos do Acre**. Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. A disposição em: [HTTP://www.museu-goeldi.br/editora/br/artigo/ch_2009/resenha_arqueologia](http://www.museu-goeldi.br/editora/br/artigo/ch_2009/resenha_arqueologia). Acesso em 20 jun.2010.

MEGGERS, Betty. J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1987.

MAPAS PEDOLÓGICOS DE MUNICÍPIOS DO MÉDIO SOLIMÕES: *Área de Estudo do PIATAM*, elaborado por EMBRAPA. UFAM/SIPAM. Manaus: EDUA, 2007.

MESORREGIÃO CENTRO-AMAZONENSE (IBGE), 2007. Disponível em: <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Amazonas>. Acesso em 20 jun.2010.

MORAN. Emilio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: vozes, 1990.

MORÁN. Emilio F. *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MORAN. Emilio F. *Nós e a natureza: Uma introdução às relações homem-ambiente*. Senac, São Paulo, 2008.

MOREIRA, Amélia Frazão. A natureza em perspectiva: reflexões sobre saberes ecológicos locais e conhecimentos científicos. In: ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; SOUTO, Francisco José Bezerra; PERONI, Nivaldo (Orgs.). *Etnoecologia em Perspectivas: natureza, cultura e conservação*. Recife, PE: NUPEEA, 2010, p. 75-88.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Memória Sobre a Cerâmica Popular do Manaquiri*. Conselho Nacional de Pesquisa da Amazônia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1957. Antropologia publicação n.º 1.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Etnografia Amazônica* (fac-similado). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

MORAES, Paula Claide de. *Levantamento Arqueológico da Região do Lago do Limão, Iranduba, AM. 2007. 243 f.* (Dissertação de Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Revista e modificada pelo autor – 5.^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NEVES, E.G *et alli*. *Resultados Preliminares de um Levantamento Arqueológico na Bacia da Amazônia Central*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São – relatório encaminhado à 1.^a Coordenadoria Regional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), localizado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, 1998.

NEVES, E.G. *Duas Interpretações para Explicar a Ocupação da Pré-história na Amazônia*. In: *Pré-história da Terra Brasilis*. TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

NEVES. E.G. *Diagnóstico Arqueológico da Área Diretamente afetada pela Implantação do Gasoduto Coari-Manaus*. Manaus-Amazonas. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2003.

NEVES. E G. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NEVES, E. G.; LIMA, H. P.; Silva, C. A. *Introdução à Arqueologia da Amazônia: as Interações entre as Sociedades Pré-Colombianas e o Meio-Ambiente*. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

NEVES, José Luis. *Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades*. Disponível em: <www.eod.fea.usp.br/cod-pesq./arquivo/co3-artg.o6PDF>. Acesso em: 25 nov. 2009.

NEVES, Walter, Alves & PILÓ, Luis Beethoven. *Em Busca dos Primeiros Americanos*. São Paulo: Globo, 2008.

NIMUENDAJU, Curt. *Excursões pela Amazônia*. São Paulo: Rev. Antropol. vol. 44 n.º 2, 2001.

NODA, Sandra do Nascimento (org.). *Agricultura Família na Amazônia das águas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NODA, Sandra do Nascimento. *Apostila da Disciplina Projeto Especial*. Universidade Federal do Amazonas, Centro de Ciências do Ambiente – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2009.

PEREIRA, Edithe. *Arte Rupestre na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. São Paulo: UNESP, 2003.

PORRO, Antonio. *O Povo das Águas: ensaios de etno-história amazônica*. Em coedição; Petrópolis, 1996.

POSEY, Darrell, A. *Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafio à soberania e à velha ordem*. In Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. CAVALCANTI, Clóvis (Org.). 2.^a Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

RIBEIRA, Berta G. *Os índios das Águas Pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo: Campanha das Letras: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3.^a Edição revista e ampliada. São Paulo. Atlas, 1999.

RIBEIRA, Berta G. *Os índios das Águas Pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo: Campanha das Letras: ed. da Universidade de São Paulo, 1995.

ROCHA, Ruth. *Minidicionário*. São Paulo: Scipione, 1996. p.473.

ROCHA, Walter. *Campanha Arqueológica do Município de Urucurituba (CAMUR I)*, 1983.

ROOSEVELT, Anna C. *Arqueologia da Amazônia*. Tradução: John Manoel Monteiro. In: Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras/FAPESP/SMC, 1992.

SCHAAN, Denise. *Arqueologia do Acre: do Pronababa às Pesquisas sobre os geoglifos*. In: SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu; PARSSINEN, Martti (Orgs.). *Arqueologia da Amazônia Ocidental*. Belém EDUFPA; Rio Branco: biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*, São Paulo: Cortez, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22.^a ed. rev. e ampliada, de acordo com a ANBT: São Paulo, 2002.

SILVA, C. A. *Nota de Campo, realizada durante a Expedição Humboldt, 2000*.

SILVA, C. A. *Nota de Campo realizada durante a viagem à Ilha do Araçá, margem direita do rio Amazonas, dez. 2004*.

SILVA, C. A. *Nota de Campo realizada durante a viagem à cidade de Urucurituba-AM. 2008*.

SIOLI, Harald. *Amazônia: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis. Vozes, 1985.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual do direito ambiental*. 7.^a ed. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*: São Paulo: Atlas, 1987.

WAGLEY, C. *Uma Comunidade da Amazônia. As relações Sociais em uma comunidade amazônica*. São Paulo, Edusp (cap. 2 e 4: p.123), 1956.

WITKOSKI, Antonio Carlos. *Terras, florestas de águas e de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007 (série: Amazônia, a terra e o homem).